

DOBRAS INTERDISCURSIVAS: O MOVIMENTO DO SUJEITO NA
CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA DOS SENTIDOS

Cármem Lúcia Hernandes Agustini

DOBRAS INTERDISCURSIVAS: O MOVIMENTO DO SUJEITO NA CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA DOS SENTIDOS

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida por *Cármem Lúcia Hernandes Agustini* e aprovada pela Comissão Julgadora.

Campinas, 19 de fevereiro de 1999.

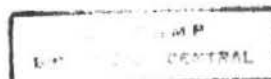
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. *Eduardo Roberto Junqueira Guimarães*.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Estudos da Linguagem

1999



7711943

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	80/37835
FECH.	22/9/99
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	10/06/99
N.º CPO	

CM-00124160-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Agustini, Cármen Lúcia Hernandes

Ag97d

Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos / Cármen Lúcia Hernandes Agustini. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Análise do discurso. 3. Linguagem. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 19 de fevereiro de 1999
pela Banca Examinadora composta pelos Profs. Drs.

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Carmen Lúcia

Hernandes Agostini

e aprovada pela Comissão Julgadora em

19 / 02 / 99.

[Assinatura]

Não me pergunte quem sou eu e não me peça para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis.

Michel Foucault

A meus pais, João e Dionilda.

A Edson.

Agradecimentos

A Eduardo Guimarães pela orientação durante o Programa de Mestrado, por suas leituras e observações sempre pertinentes, e pela confiança em meu esforço de trabalho.

A meus pais pela compreensão, pelo amor, pelo incentivo constante e pela felicidade do abraço em cada encontro.

A Edson, que também vive as felicidades e as angústias da vida acadêmica, pelos esclarecimentos sobre geometria e topologia e pelo auxílio técnico no processo de digitação.

A Mônica, que se tornou, acho que posso assim dizer, amiga, pelas discussões teóricas.

A Malu Braga pelo incentivo, quando a vida chorou para mim.

A Luciani Tenani pelas discussões e pelas indicações bibliográficas sobre prosódia.

Aos funcionários do CEDAE por terem facilitado meu acesso ao acervo *Certas Palavras*.

A todos os professores e funcionários da pós-graduação do IEL pelo respeito e pela dedicação ao aluno.

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos concedida durante o período de março de 1997 a fevereiro de 1999, sem a qual não teria sido possível a realização do Programa de Mestrado em Linguística.

Índice

Resumo	3
Apresentação	4
1 Considerações Teóricas	13
1.1 Quadro Teórico de Referência: a Semântica Histórica da Enunciação . .	13
1.2 Inscrição do Fenômeno na Teoria	15
1.3 O conceito de inserções parentéticas	23
1.4 Discurso, posição-sujeito e dobras interdiscursivas	27
1.5 Categorias teóricas de análise	31
1.6 As entrevistas	37
2 Dobras interdiscursivas e não-coincidência de dizeres-e-sentidos	46
2.1 Dobras interdiscursivas e silêncio: efeitos de linearidade, literalidade e completude	47
2.2 Dobras interdiscursivas: a política do silêncio na atividade de linguagem	49
3 Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade	66
3.1 Enunciação, posição-sujeito, subjetividade	67
3.1.1 Enunciação: subjetividade e exterioridade	70

3.2	Do acréscimo contingente ao funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas	73
4	Dobras interdiscursivas e argumentação: textualização do político	90
4.1	A argumentação sob uma perspectiva discursiva	91
4.2	Análise: dobras interdiscursivas e diretividade do dizer	95
5	As relativas... aqui!?	110
5.1	As relativas no discurso da gramática	110
5.2	As relativas sob uma abordagem discursiva	113
5.3	Os efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas	115
	Considerações Finais	126
	Apêndice	131
	Faixa de Möbius	131
	Construção da Faixa de Möbius	133
	Résumé	136
	Bibliografia	137
	Referências Bibliográficas	137
	Bibliografia Consultada	141

Resumo

Nosso trabalho examina o funcionamento das dobras interdiscursivas na construção enunciativa dos sentidos, sob a perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação. As dobras interdiscursivas, enquanto efeitos de sentido, são paráfrases denegativas do próprio efeito do interdiscurso que irrompe no intradiscurso, (re)significando-o. Uma formulação intradiscursiva do efeito do interdiscurso necessária para administrar/silenciar uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos, colaborando para o estabelecimento das ilusões de subjetividade e de unidade do discurso.

A definição do fenômeno pressupõe uma concepção heterogênea da linguagem, visto que põe em jogo discursos-outros como espaços virtuais de leitura. Com efeito, o fenômeno indica um processo ininterrupto: a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso. Há vários sentidos perpassando o dizer simultaneamente, os quais podem ou não ecoar para o sujeito no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição. Quando ocorre a ressonância, uma necessidade discursiva, que se refere à textualização do político, reclama uma dobra interdiscursiva.

As dobras trabalham a política do silêncio na textualização do político como *forma de fazer dizer uma coisa para não se (deixar) dizerem outras coisas* (Orlandi, 1995:55), descortinando, assim, o movimento do sujeito por diferentes lugares de significação, pontuando a posição-sujeito da qual se enuncia e a formação discursiva de referência do sujeito, e mostrando uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos.

Palavras-chave: Semântica. Enunciação. Sujeito. Sentido. Dobras interdiscursivas.

Apresentação

Os processos enunciativos e os mecanismos do funcionamento discursivo se constituem por meio de uma relação complexa, necessária e constitutiva com o interdiscurso. Eles estabelecem o esquecimento da determinação do sujeito, enquanto posição-sujeito, pelo interdiscurso, sob a aparência da tomada de posição do sujeito-falante na atividade de linguagem.

A presente dissertação objetiva examinar um fenômeno que se põe nos interstícios de tal consideração. Buscamos compreender e explicitar o funcionamento enunciativo-discursivo das dobras interdiscursivas no processo de construção dos sentidos do/no discurso. Conjecturamos que o fenômeno seja um lugar de emergência de dizeres-e-sentidos-outros provenientes do interdiscurso no intradiscurso. Essa emergência de dizeres-e-sentidos-outros no intradiscurso produz um efeito de visibilidade do interdiscurso que perpassa o dizer intradiscursivo no acontecimento enunciativo. Para tanto, realizamos um recorte teórico a fim de delimitar a posição de análise, a concepção de discurso e o âmbito teórico no qual nos inscrevemos: a Semântica Histórica da Enunciação apresentada por Eduardo Guimarães. Teoria que tem uma de suas filiações na escola francesa de Análise de Discurso.

O material empírico que utilizamos em nossa dissertação como base de motivação analítica é constituído por entrevistas radiofônicas pertencentes ao acervo *Certas Palavras* (CP), das quais nos valem de alguns recortes de linguagem-e-situação¹. Esse Acervo é composto por entrevistas de divulgação de fatos e idéias do mundo dos livros,

¹Noção presente em Orlandi (1984) e que é retomada nas categorias teóricas de análise.

funcionando ainda como repositório de memória da cultura nacional brasileira. Sendo assim, o material analítico compreende:

1) recortes de linguagem-e-situação de uma entrevista do sociólogo, professor e político Fernando Henrique Cardoso (FHC), de agosto de 1989. O entrevistado lecionou em universidades brasileiras, européias e norte-americanas. Fundou o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e foi presidente da associação internacional de sociologia durante oito anos. É autor dos livros *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (co-autoria de Enzo Faletto), entre outros. Na política, foi Senador e, atualmente, cumpre seu segundo mandato na Presidência da República.

2) recortes de linguagem-e-situação de uma entrevista do economista e professor Celso Furtado (CF), de abril de 1989. Celso Furtado foi ministro do planejamento do governo João Goulart e ministro da cultura do governo José Sarney. Desde 1949 integra o corpo permanente de economistas da ONU. Serviu na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Dirigiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Foi o idealizador e primeiro diretor da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A entrevista que selecionamos para o nosso trabalho refere-se à segunda parte de suas memórias, editadas no livro *A fantasia desfeita*. Participam da entrevista Antônio Carlos de Godoy, Ricardo Semler, Rick Turner e Francisco de Oliveira².

Quanto à seleção das entrevistas, vale dizer que consideramos dois fatores. Primeiro o fato de já estarem editadas, o que facilita a consulta ao material. As entrevistas estão editadas no livro *Certas Palavras*, organizado por Claudiney Ferreira e Jorge

² A apresentação dos entrevistados consta do livro *Certas Palavras* (1990).

Vasconcellos, e publicado em 1990 pela Secretaria do Estado da Cultura. Por conseguinte, nos valem na análise de tais transcrições. Ressaltamos, porém, que utilizamos as gravações em fita cassete, as quais foram conseguidas junto ao CEDAE do IEL-UNICAMP, para precisar e identificar as suas marcas prosódicas. Segundo, elas abarcam assuntos pertinentes e atuais da situação sócio-econômica e política do país, visto que abordam temas como, por exemplo, distribuição de rendas, reforma agrária, privatizações, globalização da economia.

Em virtude de trabalharmos com entrevistas, julgamos necessário tecer algumas considerações teóricas, posto que *todo falante e todo ouvinte ocupam um lugar na sociedade. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no discurso* (Orlandi, 1996a:18) - as formações imaginárias³ - que, em uma entrevista, são as representações que o sujeito entrevistado tem de si mesmo, do(s) entrevistador(es), do público-alvo e da própria situação de entrevista. Essas representações (posições sociais imaginárias) são constitutivas das significações, uma vez que o registro do imaginário é integralmente lingüístico, porque está feito de discurso e é integralmente histórico, porque depende de outros discursos para se constituir.

Desta consideração, decorrem duas colocações sobre entrevistas, as quais julgamos pertinente explicitar. Primeiro, o entrevistado produz seu discurso, direcionando o dizer, de certo modo, ao que lhe é perguntado ou proposto, procurando *satisfazer* às expectativas do(s) entrevistador(es) e/ou dos possíveis interlocutores e, assim, persuadi-lo(s), segundo a imagem que lhe(s) atribui. Nesta perspectiva, a articulação entre a

³ As formações imaginárias diferem do conceito de posição de sujeito, visto que este se refere às diferentes discursividades que permitem ao indivíduo, enquanto sujeito, falar e/ou agir. Por conseguinte, podemos dizer que as posições de sujeito se ligam às formações discursivas. Há uma intrincação entre as posições de sujeito e as formações discursivas, podendo-se dizer que a cada posição de sujeito *corresponde* uma formação discursiva. As formações imaginárias, por sua vez, constituem uma representação social que o sujeito atribui aos participantes do/no acontecimento enunciativo. Não podemos nos esquecer, no entanto, que as formações imaginárias são determinadas pelo interdiscurso (memória do dizer), visto que as formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores que não estão em funcionamento, mas que estabelecem a *tomada de posição* que assegura a possibilidade do processo discursivo em questão.

ilusão de unidade do discurso e a dispersão do sujeito no dizer se faz como um percurso de determinações e de deslocamentos a distintas posições discursivas que injungem o sujeito pela ideologia, possibilitando os movimentos de identificação. Daí que o entrevistado diz-responde-argumenta, sob o viés das formações imaginárias, a partir do jogo de imagens que faz do(s) entrevistador(es) e/ou interlocutores e de si mesmo. Conforme Orlandi (1996a:18) *compõe a estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor*. A esse mecanismo, que regula a possibilidade de respostas e que dirige a argumentação, a autora denomina *antecipações*. Diríamos que, no imaginário, tais antecipações se constituem como estratégias retóricas. No entanto, elas são estabelecidas pelo lugar de inscrição-identificação histórica e ideológica do sujeito.

Se o sujeito é constituído pela ideologia - *a ideologia vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência* (Orlandi, 1994:8) - as representações imaginárias de posições sociais no interior do discurso funcionam e são constituídas de forma distinta. Sendo assim, podemos dizer que as diferentes posições sociais que participam de uma situação de entrevista são sempre atribuídas a indivíduos que são interpelados em sujeito por diferentes lugares de significação. Lugares esses que, ou os aproximam, ou os afastam de uma possível filiação. Daí a possibilidade do deslocamento dos sentidos para outros lugares de significação e, por conseguinte, a possibilidade de erigir diferentes gestos de interpretação⁴.

Segundo, podemos dizer que há um movimento de diferentes posições de sujeito e, por conseguinte, de diferentes formações discursivas participando da construção enun-

⁴Os gestos de interpretação são definidos como *atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como efeitos de identificações assumidos e não negados*. São atos ao nível do simbólico. Por outro lado, a noção de interpretação é mais ampla, posto que, pelo processo de identificação, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que as suas palavras tenham sentido. Há um trabalho do sentido sobre o sentido. Há injunção à interpretação. O sujeito ao significar e ao se significar está interpretando sentidos, mas a interpretação é apagada na medida em que os sentidos são uns e não outros, dadas as condições de produção, na medida em que se estabelece a ilusão da transparência da linguagem. Isto ocorre, porque há, na injunção a significar, mecanismos de controle dos sentidos, para que eles sejam *x* e não *y*, para que tenham uma direção que constituam uma posição do sujeito. (Orlandi, 1996b)

ciativa dos sentidos. As formações discursivas constituem o modo como as posições de sujeito e suas posições sociais aí representadas constituem sentidos diferentes, uma vez que ao significar o sujeito se significa. O sentido do dizer é determinado pelas posições-sujeito ideológicas que estão em jogo no acontecimento enunciativo, sendo a diretividade do dizer determinada pela posição de sujeito que predomina na atividade de linguagem. As posições de sujeito adquirem/produzem sentidos em referência às formações ideológicas⁵ nas quais se inscrevem. A interpelação do sujeito-falante em sujeito do discurso é determinada pelo interdiscurso que representa no dizer as formações ideológicas que se intrincam às formações discursivas e que se traduzem no discurso pelo efeito das formações imaginárias. Acontece que *as estruturas-funcionamentos da ideologia na linguagem dissimula a própria existência da ideologia no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, nas quais se constitui o sujeito* (Pêcheux, 1975:152).

A inscrição-identificação do sujeito a um lugar discursivo organiza a relação entre as diferentes posições de sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo e que, por conseguinte, constituem o sujeito do discurso. Acontece que, enquanto sujeito-falante, o indivíduo recebe como evidente o sentido do que ouve e/ou diz, lê e/ou escreve, mascarando a dispersão do sujeito⁶ por diferentes lugares de significação e, por conseguinte, por diferentes formações discursivas.

Por outro lado, os lugares de inscrição-identificação histórica e ideológica do sujeito (entrevistado) *controlam* a polissemia do dizer (leia-se a possibilidade de outros dizeres-e-sentidos aderirem ao intradiscurso), para que os sentidos não deslizem para outros lugares de significação. Paradoxalmente, é exatamente essa determinação discursiva que expõe relativamente o sujeito (entrevistado) a deixar *pistas* (as dobras interdiscursivas, por exemplo, são resquícios de tais pistas) dos lugares de significação que o

⁵ Pêcheux e Fuchs (1975:166) definem formação ideológica como *um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflitos umas com as outras*.

⁶ Para uma melhor compreensão desta noção, pedimos para consultar Orlandi e Guimarães, 1988.

constituem, ou seja, expõe o sujeito às contradições que o constituem em sua dispersão; entreabrindo a possibilidade de jogar com as filiações histórico-ideológicas nas relações de distintas formações discursivas.

Com base no exposto, podemos dizer que as dobras interdiscursivas funcionam constitutivamente - trabalho de disciplinarização da polissemia do dizer: a textualização do político⁷ colaborando para a construção imaginária da unidade - na construção enunciativa dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito, deixando, no imaginário, seu vestígio sob a forma de comentários, ressalvas, explicações laterais, atenuações, etc. Vestígios esses que colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade.

Tecidas estas considerações teóricas, podemos argüir que para os propósitos de nossa dissertação trabalhar com entrevistas é significativo, uma vez que, a partir de nossa *escuta* diária, percebemos que, por ser determinado histórica e ideologicamente por certos lugares discursivos, o sujeito está mais suscetível a interpretar⁸ seu dizer, sob o efeito de um gesto erigido por tomadas de posições assumidas, e a silenciar os dizeres-e-sentidos-outros que o negam, que o dispersam por formações discursivas contraditórias e que, por conseguinte, levam-no para outros lugares de significação. Consequentemente, as situações discursivas devem ser consideradas em relação com o interdiscurso que as conforma, posto que o interdiscurso traça a linha demarcatória que circunscreve o dizer. Orlandi (1996b:30), diz que *todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Os sentidos são sempre já referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais.*

Cada entrevista é explorada como *regularidade de uma prática*, como conjunto ma-

⁷ Noção presente em Orlandi, 1998b.

⁸ Aqui, referimo-nos à interpretação enquanto um ato imaginário do sujeito ao nível simbólico. Um retorno do sujeito no sujeito de modo que a não-coincidência de dizeres-e-sentidos se torne homogênea aos dizeres-e-sentidos reconhecidos-aceitos-assumidos com os quais o sujeito se identifica.

terial de enunciados produzidos conforme às coerções das formações discursivas que os sustentam. Assim sendo, para encontrar regularidade do/no discurso não analisamos o produto, mas os processos de sua produção, considerando sua materialidade histórica e as formações ideológicas que os mantêm. Isso implica dizer que, no domínio do discurso, o corpus não pode ser tratado ao modo positivista, ou seja, como material de existência unicamente empírica.

Sob a perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, o corpus é constituído pelo discurso, ou melhor dizendo, pelo intradiscurso perpassado pelo interdiscurso que o semantiza e o faz significar. Portanto, nas análises dos recortes das entrevistas consideramos, além da materialidade lingüística, a historicidade determinada pelo interdiscurso. Pretendemos, a partir de recortes de linguagem-e-situação, estudar a relação entre as posições de sujeito e a não-coincidência de dizeres-e-sentidos que participam do/no discurso. As marcas que tomamos para observar essa relação são as dobras interdiscursivas.

Essas dobras interdiscursivas descortinam efeitos do silêncio na produção de sentidos do/no discurso. É o interdiscurso atuando no discurso de forma visível. Por conseguinte, podemos dizer que as dobras interdiscursivas se relacionam à dimensão política do silêncio, resultante do silenciamento como *forma de fazer dizer uma coisa para não dizermos outras coisas* (Orlandi, 1995:55).

Em consequência do exposto acima, é necessário deslocarmos a análise do domínio dos produtos lingüísticos para o campo dos processos de produção dos sentidos. O método considera o histórico e o interdiscursivo, uma vez que é exatamente a historicidade inscrita no material lingüístico que pode tornar o interdiscurso que o permeia compreensível. Interdiscurso esse que é necessário a todo processo de significação e que torna relevante fazermos as seguintes questões: qual o funcionamento enunciativo-discursivo das dobras interdiscursivas? Que fator ou fatores ~~reel~~ama(m) a sua emergência no intradiscurso? As dobras interdiscursivas seriam um modo de presença de um efeito do interdiscurso no intradiscurso? Nesta medida, qual seu papel no intradiscurso?

Que relação há entre as dobras interdiscursivas e o silenciamento? Para respondê-las, organizamos a pesquisa em torno de tópicos que compõem os capítulos da dissertação, os quais passamos a descrever:

O capítulo 1 apresenta nosso quadro teórico de filiação. Esse capítulo é essencial à compreensão de nossa reflexão sobre o fenômeno das dobras interdiscursivas. Nele tecemos considerações sobre os mecanismos de funcionamento do processo discursivo e a sua relação com a construção enunciativa dos sentidos, e explicamos analiticamente as entrevistas para que nas análises subseqüentes possamos estabelecer uma referência parte-todo.

Por motivos de ordem didática, subdividimos a análise em três capítulos. O capítulo 2 é destinado à análise dos aspectos do funcionamento enunciativo das dobras interdiscursivas referentes à não-coincidência de dizeres-e-sentidos na ordem do discurso, sob o ponto de vista da teoria do silêncio de Orlandi (1995).

No capítulo 3, procuramos compreender e explicitar a relação entre as dobras interdiscursivas e os seus efeitos imaginários. Para tanto, discorreremos sobre a ilusão de subjetividade, procurando compreendê-la e conceituá-la em nosso quadro teórico, para mostrar sua relevância na construção enunciativa dos sentidos.

O capítulo 4, caracteriza-se por trabalhar a relação entre as dobras interdiscursivas e a argumentação, sob um ponto de vista enunciativo-discursivo. Neste capítulo, procuramos compreender e explicitar o funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas em relação à diretividade do dizer, quando há a possibilidade de fuga dos dizeres-e-sentidos para outros lugares de significação que contradiriam o lugar de inscrição-identificação do sujeito.

Quanto ao capítulo 5, podemos dizer que apresenta um caráter complementar, posto que se refere à relação entre as orações relativas de efeito explicativo e as dobras interdiscursivas. Para tanto, empreendemos um estudo discursivo das orações relativas e abordamos o caráter contingente que os gramáticos conferem tanto às relativas explicativas quanto às orações parentéticas e o que isso representa para nós.

Nas considerações finais, buscamos sintetizar o desenvolvimento de nossa reflexão dentro do quadro de convergência ao qual nos propomos: a não-coincidência de dizeres-e-sentidos que participa na emergência das dobras interdiscursivas, trabalhando as conseqüências e as possíveis contribuições de nossa abordagem do fenômeno aos estudos da enunciação.

Capítulo 1

Considerações Teóricas

Neste capítulo nos propomos a discorrer sobre nosso lugar de inscrição teórica com a perspectiva de fornecer ao leitor parâmetros epistemológicos e teóricos, para uma melhor compreensão do fenômeno que analisamos aqui. Para tanto, subdividimos o capítulo em seis tópicos para melhor desenvolvê-lo.

1.1 Quadro Teórico de Referência: a Semântica Histórica da Enunciação

Na medida em que a Semântica Histórica da Enunciação se constitui de pressupostos teóricos e epistemológicos que orientam a análise para um caminho em que se considera, não só o sistema lingüístico, como também a historicidade da língua, ela não funciona como um modelo de análise ao qual o material analítico deva ser encaixado. Ao contrário, ela fornece um dispositivo teórico de análise que nos permite analisar o discurso em relação aos processos de significação que o constituem, através de seus mecanismos de funcionamento.

A Semântica, de modo geral, encontra obstáculos no corte saussureano, ou em relação ao sujeito, ou em relação ao objeto, ou em relação à história, decorrendo daí que o seu objeto de estudo - o discurso - figura no entremeio da *langue* e da *parole* de Saussure.

A língua (sistema lingüístico) e a discursividade (historicidade da língua) constituem a base produtora de sentido do discurso. A Semântica Histórica da Enunciação surge como uma tentativa de correlacionar a enunciação, enquanto um acontecimento de natureza histórico-social, com a língua. Sendo assim, o enunciado se constitui como elemento de uma prática social, com perspectivas (sentidos) determinadas pelas distintas posições-sujeito ocupadas pelo indivíduo e caracterizadas histórica e socialmente no acontecimento enunciativo. O sentido, por conseguinte, liga-se à relação do sujeito com a história, constituindo tal relação em marca de subjetividade e em traço da relação da língua com a exterioridade (Guimarães, 1995a).

Essa exterioridade é uma exterioridade discursiva, ou seja, é o *interdiscurso*, que se define como o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente constituído (Orlandi, 1995:89), ou seja, é uma relação entre discursos que os constitui e os particulariza. Daí o conceito de discurso como *efeito de sentido entre locutores* (Pêcheux, apud Gadet e Hak, 1993:82). Essa concepção de discurso sustém a alteridade discursiva e nos permite analisá-lo em suas duas dimensões: o espaço de constituição (*interdiscurso*) e o espaço de formulação (*intradiscurso*).

É por acreditar que a exterioridade discursiva não abandona a especificidade do sistema lingüístico que a Semântica Histórica da Enunciação se filia, por um lado, aos trabalhos de Bréal, Bally, Benveniste, Ducrot e, por outro lado, aos estudos de Pêcheux, Authier, Henry, Orlandi, entre outros. Ademais, decorre de tal consideração que a enunciação como a língua posta em funcionamento pelo *interdiscurso* no acontecimento é o ponto básico da constituição da Semântica Histórica da Enunciação, posto que o acontecimento - relação do *interdiscurso* com as regularidades da língua - torna-se constitutivo do sentido. Essas regularidades são históricas e a autonomia da língua, por conseguinte, é relativa (Guimarães, 1995a:86).

A Semântica Histórica da Enunciação insere nos estudos sobre a enunciação a historicidade da língua. Conforme exposto em Guimarães (1995a:66), ela trata o sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação é constituída de uma historicidade

entendida como a determinação pelas condições sociais de sua existência. Sendo assim, o sentido constitui-se discursivamente a partir de um acontecimento enunciativo. *Ela se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia* (ibid.:85), o que significa que a linguagem funciona na relação língua/interdiscurso, uma vez que *a linguagem não se confunde com a situação em que seus segmentos ocorrem. Nada é signo se fica colado como etiqueta à situação ou a pessoas da situação. Ademais, a linguagem não seria linguagem se se reduzisse a ser reflexo do pensamento, caso em que seria apenas o exterior do pensamento* (ibid. ibidem.).

1.2 Inscrição do Fenômeno na Teoria

A Semântica Histórica da Enunciação resulta de filiações teóricas entre a escola francesa de Análise de Discurso e a Semântica Argumentativa em moldes Ducrotianos. É movimento de pensamento e esforço teórico de construir uma semântica calcada na historicidade da língua, destituindo, para tanto, o sujeito de uma posição central para torná-lo construto de uma formação discursiva. Uma teoria do discurso como lugar de constituição dos sentidos que rejeita a concepção de sujeito como uma entidade empírica caracterizada como dona de sua vontade e com livre-arbítrio¹. O sujeito da Semântica Histórica da Enunciação não coincide com o indivíduo empírico. Ao contrário, é uma dispersão de posições de sujeito discursivas.

O intradiscurso, a nosso ver, são recortes no próprio interdiscurso empreendidos pelas posições de sujeito que injungem o indivíduo no acontecimento enunciativo. São fragmentos interdiscursivos tecidos pela interpelação em *fio do discurso*, o que denota ao dizer a ilusão de unidade². Conforme Pêcheux (1975), *sob a forma de algo que*

¹Ela propõe, assim, uma forma de pensar o sujeito que se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal).

²A ilusão de unidade advém das filiações empreendidas entre os possíveis fragmentos interdiscursivos que correspondem ao dizer de determinadas formações discursivas afins; e, por outro lado, da política do silêncio.

fala antes, em outro lugar e independentemente, as relações interdiscursivas configuram uma anterioridade e uma exterioridade a todo o discurso. O intradiscurso se constitui como lugar de formulações possíveis, relacionando o dizer ao não-dito no acontecimento enunciativo. O intradiscurso, portanto, é um efeito do próprio interdiscurso sobre si mesmo. A formulação intradiscursiva perfaz um intrincamento de formações discursivas que estabiliza o discurso e que garante a consistência do dizer. Assim sendo, as dobras interdiscursivas, que se põem no acontecimento enunciativo, são parte de um processo ininterrupto: a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso. Processo esse que ganha visibilidade quando o dizer pertinente a uma formação discursiva contrária perpassa o limiar intradiscursivo, provocando uma ressonância interdiscursiva de significação. Neste ponto do dizer, a dobra interdiscursiva emerge como um mecanismo de controle dos sentidos para que mantenham a direção predeterminada pelo lugar de inscrição-identificação do sujeito-falante; colaborando, assim, para o estabelecimento das ilusões de subjetividade³ e de unidade discursiva, como podemos observar em (A) e (B)⁴:

(A) O trabalho que o Banco Mundial fez é um trabalho técnico sério, de denúncia de uma coisa grave. Agora, ninguém pode daí deduzir que o Brasil não necessita de investimentos infra-estruturais na própria Amazônia. Os projetos hidrelétricos dessa região terão que ser levados adiante, mas com outra ótica, não a do passado. Evidentemente, não cabe ao Banco Mundial ditar uma política no Brasil, mas cabe a ele - que *não é propriamente um banco privado, é um banco multilateral dirigido inclusive pelo governo brasileiro que lá está presente*, digamos com certo eufenismo pois sabemos bem quem manda lá - exercer um certo direito de observação, de crítica em assuntos colaterais mas relacionados a seus empréstimos. (CF)

³ As dobras interdiscursivas dizem respeito a subjetividade porque se referem aos gestos de interpretação do sujeito erigidos como efeito da tomada de posição. Os gestos de interpretação, por sua vez, referem-se à relação do sujeito com a língua.

⁴ Em todos os recortes de linguagem-e-situação que citamos em nossa dissertação, as dobras interdiscursivas estão destacadas pelo recurso do negrito. A análise de (A) e (B) consta da dissertação nos recortes (3) e (23) nas páginas 52 e 100.

(B) E os socialistas espanhóis? Tenho muita admiração pelo que aconteceu na Espanha, mas lá existe claramente uma separação entre uma economia que é capitalista e a distribuição dos recursos gerados por essa economia, que eles querem que seja mais social - mas eles não mexem na propriedade privada. A Suécia fez a mesma coisa e deu certo, a iniciativa privada é plena, mas o imposto toma tudo e a distribuição de renda é mais efetiva. (FHC)

As dobras interdiscursivas, enquanto efeitos de sentido, são inserções parafrásticas denegativas do próprio efeito do interdiscurso que irrompe no intradiscurso, (re)significando-o. As dobras interdiscursivas acompanham um percurso da diversidade das formas de ressonância dos sentidos de um dizer-outro e dos mecanismos interpretativos que elas empenham, constituindo-se como o encontro de um não-um (os muitos sentidos) dos sentidos no dizer. Por conseguinte, procuram fixar um sentido x para o dizer, funcionando como uma paráfrase⁵ denegativa do efeito de sentido proveniente do interdiscurso. Uma Formulação intradiscursiva de um efeito do interdiscurso necessária para administrar/silenciar a não-coincidência de dizeres-e-sentidos que se põe no tecido discursivo do/no acontecimento enunciativo. Silenciamento esse fundamental para o estabelecimento da ilusão de subjetividade - o sujeito como fonte estratégica e intencional do seu dizer - e da ilusão de unidade do discurso.

As dobras interdiscursivas, portanto, pressupõem uma concepção heterogênea da linguagem, uma vez que para defini-las como paráfrase denegativa de um efeito do interdiscurso é necessário pôr em jogo discursos-outros, como espaços virtuais de leitura, posto que *ler é saber que o sentido sempre pode ser outro* (Orlandi, 1996a:12).

⁵ Consideramos aqui a noção de paráfrase enquanto ressonância interdiscursiva de significação. Noção que aparece em Serrani (1993:47). Há funcionamento parafrástico quando ocorre uma ressonância interdiscursiva de significação que constrói a realidade (imaginária) de um sentido. A ressonância significativa é um efeito de vibração semântica mútua que caracteriza o processo parafrástico a nível de interdiscurso. Sendo assim, a paráfrase acontece como uma ressonância significativa vertical ao discurso que se repete em sua horizontalidade (intradiscurso), por meio de diferentes realizações lingüísticas.

O funcionamento denegativo⁶ das dobras interdiscursivas refere-se ao fato de que elas negam dizeres-e-sentidos-outros que se põem no discurso, sem, contudo, apagá-los, posto que denegar é dizer negando e/ou negar dizendo. A denegação descortina a presença de dizeres-e-sentidos-outros que se constróem na formulação do dizer como *pistas* da passagem do sujeito por um lugar de significação contrário à formação discursiva que predomina no acontecimento enunciativo, produzindo um efeito de visibilidade do interdiscurso, o que nos permite dizer que o intradiscurso é resultado de uma relação de determinação constitutiva com o interdiscurso. Em outras palavras, o funcionamento denegativo das dobras interdiscursivas é um processo discursivo de administração de dizeres-e-sentidos-outros provenientes de discursos-outros (outros lugares de significação) que participam da constituição do sujeito, mas que não lhe são identificados-reconhecidos-aceitos no gesto de interpretação erigido pela tomada de posições assumidas e reconhecidas pelo sujeito-falante. Sendo assim, a denegação trabalha uma relação de identificação que circunscreve o equívoco, mas que não apaga a relação de alteridade que subjaz à denegação contida na dobra interdiscursiva.

A denegação mascara os dizeres-e-sentidos-outros que, apesar de participar da constituição do sujeito, não lhe é permitido dizê-los, devido à formação discursiva que predomina na interpelação ou devido ao contato com o social e suas coerções. A denegação verbaliza a dispersão do sujeito e do sentido, estabelecendo um lugar para o equívoco, para a deriva dos dizeres-e-sentidos. Porém, é esse mesmo funcionamento denegativo que impele uma diretividade ao dizer. Diretividade essa que garante a consistência do dizer do/no acontecimento enunciativo. Por conseguinte, o discurso relaciona-se com uma posição de significação predominante, sendo por ela determinado, ou seja, é em torno dessa posição de significação que se organizam as relações entre os diferentes lugares discursivos que constituem o sujeito. Sendo assim, podemos descortinar no funcionamento denegativo das dobras interdiscursivas os diferentes lugares de significação

⁶ A denegação é um funcionamento definitório das dobras interdiscursivas. Portanto, ela se dá independentemente da aparição ou não de marcadores de negação nos enunciados.

que participam da construção dos sentidos do/no acontecimento enunciativo.

As dobras interdiscursivas podem ser reconhecidas por uma relação de seu funcionamento discursivo com marcas formais⁷ no material lingüístico que sustém o discurso. Marcas formais que sinalizam a emergência das dobras interdiscursivas no discurso. As dobras interdiscursivas podem ser reconhecidas pela co-ocorrência de certas marcas prosódicas⁸ que as identificam e as delimitam: aumento da velocidade, mudança de tessitura e presença de pausas iniciais e finais. Elas também podem interferir na sintaxe, interrompendo a seqüência oracional na qual se inscrevem, sem estabelecer com ela um nexos formal aparente.

Segundo Cagliari (1992), a tessitura é a variação na altura da melodia da fala. Ela será baixa ou alta dependendo da relação com a tessitura normal de cada sujeito-falante. A tessitura alterna-se com a presença de pausas e a ocorrência de ambas acentua o valor de *deslocado* dos elementos sintáticos (ibid.:140). A pausa⁹ *segmenta* a fala. Ela geralmente indica o deslocamento de elementos sintáticos e a mudança brusca do conteúdo semântico. Diríamos nós, por outro lado, que a co-ocorrência destas marcas prosódicas sinalizam a formulação intradiscursiva de um dizer-e-sentido-outro que ecoa verticalmente no discurso e que advém de outro lugar de significação. Daí seu caráter de *deslocado*.

O aumento da velocidade, segundo Cagliari (op. cit.:143), está ligado à enunciação posterior de um argumento (enunciado) importante. Acreditamos que, no caso das dobras interdiscursivas, o aumento da velocidade esteja relacionado à política do silêncio. Silenciar (leia-se administrar) os dizeres-e-sentidos-outros que se põem no dizer rapidamente para que não se entreabra espaços-outros de interpretação para o(s) possível(is)

⁷Para uma distinção e caracterização específica das marcas formais que sinalizam o fenômeno, sugerimos a leitura de Tenani (1996) que, apesar de trabalhar em uma perspectiva textual-interativa, traz um estudo pertinente sobre tais marcas formais.

⁸A variação dessas marcas prosódicas é estabelecida com base na marca prosódica considerada normal de cada falante, segundo a sua qualidade de voz.

⁹A pausa aerodinâmica é aquela que decorre da necessidade de respirar do sujeito-falante e que não tem um funcionamento discursivo (Cagliari, 1992:142).

interlocutor(es). O aumento da velocidade associado à mudança de tessitura bloqueia a entrada do(s) interlocutor(es) no discurso, permitindo ao sujeito-falante o espaço de (re)formulação dos dizeres-e-sentidos-outros que ecoam verticalmente no discurso e que ultrapassam o limiar intradiscursivo, podendo possibilitar a fuga dos sentidos, para outros lugares de significação contrários ao que predomina no acontecimento enunciativo.

Paradoxalmente, argüimos que as dobras interdiscursivas administram os dizeres-e-sentidos-outros que se põem no acontecimento enunciativo sem, contudo, apagá-los, ou seja, sem apagar o equívoco da língua e, por conseguinte, sem negar a polissemia¹⁰. As dobras interdiscursivas são formulações irremediavelmente equívocas. Elas trabalham a polissemia, lidam com a polissemia, direcionando o dizer para um determinado lugar de significação que injunge o sujeito no/do acontecimento enunciativo.

As dobras interdiscursivas ligam-se à heterogeneidade da linguagem e à dispersão do sujeito. Elas são lugares enunciativo-discursivos onde a heterogeneidade e a dispersão do sujeito são visíveis pelo funcionamento do interdiscurso na constituição dos sentidos do/no discurso.

Authier (1982) distingue dois tipos de heterogeneidade: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. Sobre a heterogeneidade constitutiva, diz que constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro. Trata-se de processos reais de constituição de um discurso. O sujeito da linguagem é determinado pela sua relação com a exterioridade.

Já a heterogeneidade mostrada refere-se às formas pelas quais alteramos a unicidade aparente do fio discursivo, pois elas aí inscrevem o Outro. Essas formas representam

¹⁰ A polissemia é a multiplicidade de sentidos e a paráfrase é a permanência do mesmo sentido sob formas diferentes. A noção de polissemia se refere à exposição da linguagem ao real, constituindo-se como o lugar da história. Há uma tensão discursiva que aponta para a não-coincidência. A não-coincidência é uma manifestação do real sobre a atividade de linguagem. Tensão entre o que é garantido e o que tem de se garantir. Essa tensão discursiva resulta da relação entre o processo de paráfrase e o processo de polissemia. Há uma força na linguagem que desloca os sentidos. A polissemia resta como força indomada. Os dizeres-e-sentidos são polissêmicos por natureza, posto que a polissemia se refere às infinitas direções possíveis para os dizeres-e-sentidos. (Orlandi, 1978)

uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação da heterogeneidade constitutiva. Elas constroem, no desconhecimento desta, uma representação da enunciação que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso seja mantido (Authier, apud Orlandi, 1990:38) Por elas, o sujeito se apresenta como tendo domínio do que é seu e do que é do Outro no seu dizer. Por conseguinte, para Authier (1990), as formas marcadas da heterogeneidade mostrada representam diferentes modos de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do discurso, constituindo a *evidência subjetiva*.

A autora evoca em seus trabalhos o dialogismo de reflexão semiótica e literária de Bakhtin e o Outro da psicanálise lacaniana. Estas noções nos remetem ao Outro como constitutivo. O dialogismo preconiza a linguagem como fundamentalmente dialógica. O Outro não é o interlocutor de uma interação verbal ou o *diferente* ao locutor, mas o que está na constituição do próprio *um*, uma vez que *as palavras são sempre e inevitavelmente as palavras dos outros* (Op. cit.:26). A psicanálise, por sua vez, explica que sob nossas palavras outras palavras se dizem e que o sujeito é o resultado do viver sobre a ação da linguagem, decorrendo daí que o sujeito é um sujeito-efeito da linguagem. É a partir da mobilização destes conceitos que Authier propõe a noção de heterogeneidade constitutiva.

Portanto, em relação à heterogeneidade constitutiva, trata-se da alteridade enquanto condição de existência do discurso de um sujeito e, em relação à heterogeneidade mostrada, da representação do locutor em sua enunciação. Essa representação é necessariamente ilusória, posto que não há correspondência direta entre ambas as heterogeneidades. A heterogeneidade constitutiva é não-localizável e não-representável, enquanto a heterogeneidade mostrada consiste na delimitação - ilusória, mas necessária - do sujeito e do discurso em relação à pluralidade de outros (Authier, 1982:140-143).

Como nossa dissertação pretende estudar uma das formas do efeito da determinação do discurso pelo interdiscurso (as dobras interdiscursivas), a noção de heterogeneidade nos é fundamental. Nós, no entanto, deslocamos a noção de heterogeneidade para um

lugar teórico que reconhece nos trabalhos sobre o interdiscurso uma abordagem da presença do Outro (enquanto memória discursiva) no discurso¹¹. A heterogeneidade coloca em pauta o dizível, sendo este definido pela relação entre formações discursivas distintas. Cada formação discursiva define o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição-sujeito. O complexo das formações discursivas compreende o universo do dizível - interdiscurso - e especifica, em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições no discurso. Consequentemente, para nós, o Outro constitutivo é o interdiscurso, decorrendo que a heterogeneidade constitutiva da linguagem (e que se mostra no dizer em alguns pontos de tensão discursiva) não é o resultado de uma negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do discurso; mas, sim, o resultado da própria condição de existência do discurso.

O discurso não é a manifestação de um sujeito que pensa, que conhece e que diz; é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (Foucault, 1969:70). Espaço esse que trabalha a relação do interdiscurso e seus recortes mobilizados pelas posições-sujeito (dispersão do sujeito) correspondentes a lugares de significação distintos (diferentes formações discursivas) que participam do/no acontecimento enunciativo, resultando a heterogeneidade do discurso. Por conseguinte, é o jogo enunciativo-discursivo que se estabelece entre o interdiscurso e intradiscurso que permite ao discurso significar.

É essa diferença teórica entre o nosso trabalho e o de Authier que nos faz crer que é relevante o estudo deste fenômeno sob a perspectiva teórica na qual nos inscrevemos, enquanto tentativa de (re)conhecer seu funcionamento enunciativo-discursivo. Asseveramos nossa colocação, dizendo que Authier, ao desconsiderar o interdiscurso e/ou se valer do conceito esporadicamente em seus estudos sobre heterogeneidade mostrada, se

¹¹ Ao considerarmos a noção de interdiscurso, analisamos o funcionamento do sujeito em relação à constituição dos dizeres-e-sentidos e não em relação à constituição da *evidência subjetiva* como o faz Authier. Nosso interesse, portanto, é compreender o funcionamento das dobras interdiscursivas em relação à construção enunciativa dos sentidos.

permite uma classificação do fenômeno em tipos e/ou formas da presença da heterogeneidade mostrada (Cf. Authier, 1990, 1994, 1998). Nosso trabalho, por outro lado, inscreve-se em uma abordagem enunciativo-discursiva e pretende compreender e explicitar a presença de dizeres-e-sentidos-outros provenientes da relação entre um efeito do interdiscurso e o intradiscurso no processo de construção dos sentidos do/no discurso. Em outros termos, podemos argumentar que nosso trabalho volta-se para a construção enunciativa dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito enquanto o trabalho de Authier, a nosso ver, procura compreender e explicitar a constituição do efeito-sujeito em relação à heterogeneidade. Daí o nosso afastamento das considerações teóricas de Authier sobre a heterogeneidade mostrada.

Não queremos dizer com isso que o trabalho dessa autora seja irrelevante. Pelo contrário, conforme a Orlandi (1990), ele traz um deslocamento importante ao modo como consideramos a enunciação, visto que a heterogeneidade em Authier se refere ao domínio da enunciação, não sendo apenas um fenômeno gramatical. Além disso, refere-se à produção do sujeito como uma ilusão necessária e constitutiva do seu modo de enunciação, produzindo, no dizível, um recorte importante: o dizer do Outro no discurso.

1.3 O conceito de inserções parentéticas

Sob outras posições, no campo da constituição do fato que estudamos, outros teóricos circunscrevem um fenômeno que denominam *inserções parentéticas* e/ou *parênteses*. Essa denominação é proveniente de uma abordagem textual-interativa. Abordagem que trata a linguagem como a manifestação de uma competência comunicativa - capacidade dos sujeitos-falantes de manter a interação social mediante a produção e o entendimento de textos que funcionam comunicativamente - que pressupõe um saber que engloba a competência lingüística necessária para a formulação e a compreensão de textos enquanto produtos lingüísticos marcados pela dinâmica da atuação interacional.

Trata-se, portanto, de uma nomenclatura vinda de um lugar teórico que trabalha no/o imaginário da língua, não considerando a sua materialidade histórica. Consequentemente, o que o termo *inserções parentéticas* denomina está marcado pela posição teórica assim constituída. Por conseguinte, como assumimos posição diversa desta, não adotamos a nomenclatura *inserções parentéticas* e/ou parênteses.

Preferimos a denominação *dobras interdiscursivas* que condiz melhor com nossas filiações teóricas. Ademais, as dobras interdiscursivas, tal como as estamos entendendo, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e se concretizam na sua horizontalidade - o intradiscurso. Daí advém a motivação para sua nomeação.

Ao termo *dobra* subjazem sentidos como *repetir*, *duplicar* e *domar*, *domesticar*. Assim sendo, a denominação que propomos considera o funcionamento enunciativo-discursivo do fenômeno, posto que as dobras interdiscursivas são a repetição intradiscursiva (material e horizontal) de um dizer-e-sentido-outro que ressoa na verticalidade do discurso, produzindo um efeito de visibilidade do interdiscurso - daí o adjetivo *interdiscursivas* - e, ao mesmo tempo, *domesticando* os dizeres-e-sentidos no discurso, o que garante a ilusão de unidade e colabora para a ilusão de subjetividade.

Sob a nossa perspectiva teórica, o fenômeno, portanto, não se atém meramente a marcas formais ou a ser comentários de um sujeito-falante, e/ou sobre o que está sendo dito, e/ou sobre a situação, e/ou sobre a forma como diz¹². Ele traz em si funcionamentos enunciativo-discursivos que nos permitem (re)conhecer o processo de constituição dos sentidos do/no discurso e os mecanismos do funcionamento discursivo.

Por outro lado, o termo *dobras* retoma as considerações teóricas de Deleuze (1988) referentes ao que nos diz Foucault sobre a subjetividade da/na linguagem. Deslocando a leitura que Deleuze faz de Foucault para o nosso campo teórico, podemos compreender o dizer como um lugar onde os centros difusos do poder (leia-se diferentes formações discursivas) não existem sem a resistência (formações discursivas contrárias) e que o

¹² Considerar as dobras interdiscursivas como comentários de um sujeito-falante é tomar o fenômeno como um reflexo direto do real do processo enunciativo-discursivo.

poder, ao constituir sentidos, reclama, suscita dizeres-e-sentidos que resistem a ele. A força da exterioridade discursiva (interdiscurso) não pára de deslocar os sentidos para outros lugares de significância, não pára de entreabrir a possibilidade dos sentidos serem sempre outros. Sendo assim, o intradiscurso nada mais é do que uma dobra do interdiscurso, *como se o navio fosse uma dobra do mar* (ibid.:104). Em outros termos, queremos dizer que o interdiscurso é a condição de existência do intradiscurso, assim como o mar é a condição de existência do navio.

O dizer, por conseguinte, não é uma projeção do interior do indivíduo. Ao contrário, é um (des)dobrimento do interdiscurso, a instauração de uma exterioridade discursiva por meio da enunciação. A subjetividade deriva do poder e do saber, mas não depende deles, porque é histórica. O poder é estabelecido pelas formações sociais e o saber pelos esquecimentos no.1 e no.2.

O interdiscurso que multiplica o presente e que não se distingue no esquecimento, confunde-se com o (des)dobrimento porque permanece presente naquele como aquilo que é dobrado (dito). É o esquecimento que torna possível encontrar no dizer aquilo que está dobrado na memória (na própria dobra). Nesta medida, podemos dizer que o fenômeno aqui estudado é um lugar onde a dobradura de um efeito do interdiscurso é visível. Essa consideração nos fornece uma justificativa teórica para o fato de termos elegido a denominação dobras interdiscursivas.

Podemos argumentar, ainda, que se conservássemos a denominação *inserções parentéticas*, perderíamos, uma vez que não poderíamos considerar os casos em que há um nexo formal com a oração na qual se inserem as dobras interdiscursivas, visto que a sintaxe define parêntese como sendo *uma frase independente que interrompe a relação sintática da frase onde está inserida e com a qual não apresenta conexão formal nitidamente estabelecida* (Betten apud Jubran, 1993). Podemos observar nos exemplos (A) e (B), apresentados na seção anterior (cf. p. 16), que (A) seria considerado uma inserção parentética e (B) não seria considerado. Para os teóricos de abordagem textual-interativa (B) seria resultado do fluxo de informação nova que o falante quer

transmitir ao seu interlocutor, referindo-se, por conseguinte, ao conteúdo ideacional do sujeito-falante.

Mesmo Jubran (1993), uma teórica de abordagem textual-interativa, afirma que uma caracterização apenas a nível sintático não é suficiente para descrever a natureza das inserções parentéticas que aparecem em textos orais. Por conseguinte, Jubran (1993:71) (re)define as inserções parentéticas como *segmentos do discurso, de curta extensão, que se encaixam no tópico em desenvolvimento, enquanto desvios momentâneos do quadro de relevância temática*. O exemplo (A) seria, nesta perspectiva, um desvio momentâneo que o sujeito faz para esclarecer o que é o Banco Mundial para o(s) seu(s) interlocutor(es).

Para Jubran (1996:413), os parênteses são importantes ao estabelecimento da significação de base informacional, pois promovem esclarecimentos, atenuações, ressalvas, advertências, avaliações e comentários laterais sobre o que está sendo dito, e/ou sobre como se diz, e/ou sobre a situação interativa em que ocorre o ato verbal.

A essa conceituação das inserções parentéticas proposta por Jubran subjaz uma perspectiva textual-interativa, fundamentada em uma concepção pragmática de linguagem. Daí podermos dizer que, apesar desta (re)definição, a nomenclatura não é viável a nossa abordagem teórica, uma vez que pressupõe considerações teóricas e metodológicas sobre a linguagem que contradizem nosso lugar teórico de filiação.

Tanto a pragmática quanto a Semântica Histórica da Enunciação preocupam-se com a relação língua e exterioridade. No entanto, é nesse mesmo ponto de convergência que elas mostram as suas divergências teóricas e metodológicas mais salientes. Para ilustrar tais divergências, valemo-nos da noção de discurso. Enquanto a pragmática considera o discurso um instrumento de comunicação do homem, a Semântica Histórica da Enunciação trabalha com uma noção histórico-social do discurso, definindo-o como efeitos de sentido entre locutores. Por conseguinte, trabalhamos com o discurso enquanto um objeto histórico-social com materialidade lingüística (Pêcheux e Fuchs, 1975). Decorre daí que a historicidade da língua é um pressuposto essencial à Semântica Histórica da

Enunciação.

O olhar teórico sobre o objeto de estudo trabalha a própria constituição teórica do fenômeno. Daí que, para nós, as dobras interdiscursivas diferem das inserções parentéticas e/ou parênteses já na própria conceituação, sendo, por conseguinte, incompatível nos valermos da denominação inserções parentéticas em nossa dissertação.

1.4 Discurso, posição-sujeito e dobras interdiscursivas

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (Pêcheux, 1975). A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza por meio da inscrição-identificação com diferentes formações discursivas que o constituem no acontecimento enunciativo, havendo a re-inscrição dos traços históricos e ideológicos que o determinam como sujeito em seu próprio dizer. Daí que, ao agir e/ou ao dizer, há uma mobilização de diferentes posições de sujeito e, portanto, de distintas formações discursivas.

A interpelação ideológica, a nosso ver, não é algo fixo e completo. Pelo contrário, a mobilidade e a incompletude viabilizam o equívoco, o deslize na interpelação, posto que o indivíduo é tomado por diferentes formações discursivas que o constituem como sujeito e que o fazem significar no acontecimento enunciativo. O sujeito (unidade imaginária) é movimentado por diferentes posições de sujeito, o que permite ao indivíduo, por exemplo, assumir diferentes posições sociais¹³.

Há nos processos de inscrição-identificação do sujeito uma pluralidade contraditória de filiações históricas que movimenta a relação entre o interdiscurso e a manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos e que expõe todo e qualquer enunciado ao equívoco da língua, deixando-o suscetível a

¹³Entendemos posição social como posições ocupadas pelo sujeito-falante nos diferentes contextos que se lhe apresentam na vida social.

tornar-se outro (Orlandi, 1998a:11). É a mobilidade e a incompletude da interpelação que permitem a coexistência desta pluralidade contraditória de filiações históricas e ideológicas e, por conseguinte, o movimento discursivo que engendra a possibilidade de transformações sociais do/no indivíduo-sujeito e/ou em uma determinada coletividade.

Com relação às dobras interdiscursivas, podemos dizer que são lugares enunciativo-discursivos que mostram o movimento do sujeito na constituição dos sentidos do/no discurso. Esse movimento não é consciente ou intencional. É um movimento oriundo da própria incompletude da interpelação ideológica e, por conseguinte, da incompletude do discurso. Portanto, os sentidos do/no discurso resultam da passagem do sujeito por regiões de significância que o injungem no acontecimento enunciativo. Dentre estas regiões há sempre umas que se sobrepõem às outras e que, por conseguinte, predominam no dizer.

O sujeito do discurso não reconhece sua determinação ideológica, visto que essa se realiza sob a forma da *autonomia*, engendrada pela ilusão de subjetividade. Essa ilusão é um processo constitutivo do discurso e, por conseguinte, da enunciação. Sendo assim, podemos dizer que as dobras interdiscursivas, enquanto paráfrases do próprio efeito do interdiscurso que são, constituem um ponto nodal do dizer, uma vez que colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade e, em decorrência, da ilusão de unidade do discurso.

O sujeito do discurso prende-se aos processos enunciativo-discursivos que corroboram tais ilusões, denotando *fantasias metafísicas*, como, por exemplo, a fantasia de duas mãos que, tendo cada uma um lápis, desenham-se sobre a mesma folha de papel¹⁴. Fantasia que sustém a ilusão do desenho, enquanto o dizer, por analogia, sustém a ilusão de subjetividade. As dobras interdiscursivas participam, de forma fundamental, da construção de tal ilusão. Na verdade, as dobras interdiscursivas descortinam um

¹⁴ Metáfora emprestada de Pécheux, 1975:157.

efeito da determinação do interdiscurso sobre o intradiscurso enquanto resultado de um movimento de dizeres-e-sentidos.

Para um melhor entendimento de tal afirmação, exploramos o fenômeno por meio de uma analogia com a Faixa de Möbius¹⁵. A Faixa de Möbius é uma superfície bidimensional não-orientável com bordo; por conseguinte, tomando-se a faixa como análoga ao discurso, podemos dizer que a dobra interdiscursiva é constitutiva do discurso enquanto efeito de sentido. Em outros termos, as propriedades topológicas da Faixa de Möbius nos permite dizer que, além de mostrarem uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos, as dobras interdiscursivas são paráfrases do interdiscurso sobre si mesmo, uma vez que o intradiscurso se constitui de recortes do próprio interdiscurso, só que sob a forma de *fio do discurso*.

As dobras interdiscursivas silenciam/administram o efeito do interdiscurso que perpassa o discurso, surtindo a ilusão subjetiva de que o sujeito controla estratégica e intencionalmente o seu dizer. Ilusão essa que viabiliza a ilusão de unidade do discurso. É esse jogo de silenciar e/ou acomodar o interdiscurso no intradiscurso por meio de uma dobra parafrástica do dizer exterior (dobra do lado de fora - interdiscurso - para o interior do intradiscurso, engendrando a unidade do discurso em um acontecimento enunciativo), que produz tais ilusões necessárias para semantizar e particularizar a enunciação. Mas isso apenas é uma ilusão do olhar local sobre a Faixa de Möbius e, por conseguinte, sobre o discurso.

Na verdade, as dobras interdiscursivas são indicadores de um processo que ocorre

¹⁵ Conforme Serrani-Infante (1998), os psicanalistas costumam recorrer à faixa de August Ferdinand Möbius (matemático - geômetra e topólogo - alemão) para representar a complexidade da relação dentro/fora da constituição da subjetividade. A partir de uma analogia entre a Faixa de Möbius e o discurso podemos pensar a interdependência da relação interior/exterior que existe entre o sujeito e a língua. Os processos enunciativos mobilizam a constituição da subjetividade no dizer. A dispersão do sujeito é constitutiva, mas a ilusão de subjetividade é necessária para que haja sujeito e sentido e, por conseguinte, para que haja a ilusão da unidade do discurso.

O discurso apresenta, assim como a faixa, duas dimensões (a dimensão da constituição e a dimensão da formulação), é não-orientável, posto que o sujeito não tem acesso aos processos que o constituem enquanto sujeito. O bordo denota a autonomia relativa da língua. Para uma melhor compreensão das propriedades topológicas da faixa, pedimos para consultar o apêndice no final desta dissertação.

ininterruptamente, apenas com maior ou menor grau de visibilidade ou consciência, na medida em que da ilusão de unidade ocorre uma fundação enunciativo-discursiva, a qual historiciza o sentido¹⁶. Há vários dizeres-e-sentidos perpassando o discurso simultaneamente. Estes dizeres-e-sentidos-outros podem ou não ecoar pelo intradiscurso. Quando ocorre tal ressonância, uma necessidade discursiva, que se refere à textualização do político, faz emergir uma dobra interdiscursiva.

A emergência de dobras interdiscursivas no tecido discursivo sustém um deslocamento do sujeito, enquanto unidade imaginária, para um outro plano de percepção da língua, uma vez que ocorre quando um dizer-e-sentido-outro adere ao intradiscurso e ressoa para o próprio sujeito no gesto de interpretação erigido como tomada de posição e reconhecido como efeito de identificações assumidas. Daí dizermos que as dobras interdiscursivas produzem um efeito de visibilidade do interdiscurso.

As propriedades topológicas da Faixa de Möbius, permite-nos *caracterizar a intersecção como estruturalmente definível por uma certa relação da superfície consigo mesma, na medida em que, retornando sobre si mesma, ela se atravessa em um ponto sem dúvida a ser determinado. Essa linha de travessia é o que pode simbolizar a função da identificação* (Lacan apud Pêcheux, 1975:184).

A tomada de posição deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da exterioridade do real ideológico-discursivo, na medida em que ela se volta sobre si mesma para se atravessar. Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do sujeito no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele toma consciência e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogêneo à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus

¹⁶ O discurso é sempre-já interdiscurso, porque o interdiscurso que o conforma permanece no discurso como aquilo que é dito. Por outro lado, é o não-dito que permite ao discurso significar.

semelhantes e com o sujeito. O desdobramento do sujeito - como tomada de consciência de seus objetos - é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito (Pêcheux, 1975:172).

A partir da leitura do capítulo *A forma-sujeito do discurso* e mais precisamente do recorte transcrito acima é que estabelecemos toda a nossa reflexão sobre o fenômeno das dobras interdiscursivas. A questão da não-coincidência que elas empenham, a relação com a tomada de posição, os efeitos imaginários, a ilusão de subjetividade e a ilusão de unidade do discurso. Esse recorte compreende a chave para a compreensão do fenômeno aqui estudado, posto que as dobras interdiscursivas constituem um lugar no dizer em que o funcionamento dos mecanismos discursivos podem ser observados e comprovados. São lugares em que o interdiscurso opera de modo visível na determinação dos sentidos e do sujeito. Lugares em que o sujeito resiste à não-coincidência subjetiva e, por conseguinte, à não-coincidência dos dizeres-e-sentidos, que a identificação produz a ilusão de subjetividade. Engodo para muitas teorias da linguagem que permanecem trabalhando no/o imaginário da língua.

1.5 Categorias teóricas de análise

Por ser a relação da língua (sistema lingüístico) com a discursividade (historicidade da língua) a base produtora de sentido do discurso, a análise deste objeto heterogêneo - o discurso - deve abarcar mecanismos de análise lingüística e discursiva. Sendo assim, do universo teórico da Semântica Histórica da Enunciação e da escola francesa de Análise de Discurso recortamos princípios, noções e conceitos que compõem as categorias analíticas empregadas em nossa dissertação.

Uma formação discursiva refere-se a um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas 'regras de formação'. Segundo Foucault (1969),

há regras anônimas e históricas que estruturam o discurso, determinando regularidades enunciativas. Estas regularidades determinam as formações que se auto-delimitam e que se apresentam como práticas ao mesmo tempo textuais e sociais. As formações discursivas se definem pela relação com as formações ideológicas, determinando o que pode e o que deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado. Orlandi (1995:20) as define como regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições de sujeito, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.

As formações discursivas são heterogêneas. O limite de uma formação discursiva é fundamentalmente instável. É um limite que se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função da interpelação ideológica. Podemos definir uma formação discursiva a partir do interdiscurso. O interdiscurso movimenta um processo de reconfiguração incessante, no qual uma formação discursiva é estabelecida em função de posições ideológicas que a formação discursiva apresenta em uma conjuntura determinada.

Sob nossa perspectiva teórica¹⁷, a enunciação é um acontecimento de linguagem historicamente constituído, ou seja, não se limita ao encadeamento lingüístico, é um acontecimento de linguagem-e-situação perpassado pelo interdiscurso que produz efeitos de sentido em um determinado aqui-agora. A noção de recorte sustém uma unidade discursiva (fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação), que é determinada pela materialidade lingüística e pela situação histórica do discurso¹⁸.

Outra noção imprescindível à análise é a de sujeito. O sujeito da linguagem não é o sujeito-falante em si, mas uma posição socialmente determinada, interpelada pela ideologia, o que possibilita afirmar que o sujeito não constitui a origem dos sentidos já que na sua fala outras falas se colocam. Pêcheux se vale da denominação forma-sujeito para indicar o sujeito afetado pela ideologia. Essa denominação é proveniente

¹⁷ Ver Guimarães (1989, 1995a).

¹⁸ A noção de recorte é de Orlandi (1984).

das considerações de Althusser sobre a questão do sujeito. Althusser (1973:92-3) refere-se ao caráter ideológico da forma-sujeito, dizendo que *os indivíduos são 'agentes' das diferentes práticas sociais. Eles agem em e sob as determinações das 'formas de existência' histórica das relações sociais, jurídicas e ideológicas. A forma-sujeito é a forma de existência histórica de todo indivíduo, agente das práticas sociais, uma vez que as relações sociais compreendem necessariamente as relações ideológicas, que, para funcionar, impõem a todo indivíduo a forma de sujeito.*

Por outro lado, Foucault (1969) inscreve a heterogeneidade na noção de discurso ao considerar o sujeito como uma descontinuidade. A constituição do sujeito é heterogênea, visto que ele ocupa diferentes e distintas posições-sujeito na constituição do seu discurso. São estas posições de sujeito que organizam os processos enunciativos e os mecanismos do funcionamento discursivo. Elas denotam as perspectivas discursivas que movimentam o sujeito na construção enunciativa dos sentidos.

Na linha de reflexão teórica filiada a Pêcheux, o sujeito discursivo é descentrado, ou seja, não constitui a origem, a fonte do dizer com controle estratégico e intencional sobre o sentido que produz. O que há é uma ilusão subjetiva do sujeito como ego-imaginário, denotando um sujeito-falante com livre-arbítrio e vontade. Ilusão constituída como resultado do funcionamento de dois esquecimentos:

■ O esquecimento no.1: inscreve o sujeito em uma FD e produz a ilusão de que o sujeito é a fonte de seus enunciados (onipotência do sujeito).

■ O esquecimento no.2: o sujeito tem a ilusão da transparência do sentido, achando que quando diz algo é porque apenas pode dizer esse algo como o disse. É esse esquecimento que possibilita ao sujeito a ilusão de organizador do seu discurso (onipotência do sentido).

Da ilusão de subjetividade, advém a necessidade de considerarmos a enunciação como mecanismos imaginários que, apoiados em diversas formas da língua, constroem a ilusão de um sujeito onipotente, com controle estratégico e intencional sobre o seu

dizer. Assim, para completar esta noção, citamos Guimarães (1995a:70) que diz que a enunciação é um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso que se dá como espaço de memória no acontecimento. O interdiscurso é o conjunto do dizível, ou seja, todo o já-dito e o não-dito que sustém as possibilidades de intradiscurso, fazendo-o significar pelo jogo de silenciar o interdiscurso pela formulação intradiscursiva.

O conceito de silêncio de que nos valem não se refere ao silêncio enquanto ausência de sons, mas ao silêncio enquanto matéria significante por excelência¹⁹. Silêncio que atravessa as palavras sustentando a significação. O silêncio enquanto lugar de recuo necessário para que se possa significar. O silêncio como condição de significação. É o silêncio que permite o movimento do sujeito, posto que o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação.

O silêncio sempre está na relação das diferentes formações discursivas e, por conseguinte, das diferentes posições de sujeito, sendo os efeitos de sentido, a necessidade do equívoco e do investimento em um sentido o resultado da ação do silêncio nas palavras. A linguagem categoriza o silêncio, recortando-o em unidades significativas discretas. Sendo assim, podemos dizer que a linguagem é a passagem constante das palavras ao silêncio e vice-versa. Movimento permanente que caracteriza a significação e que produz o sentido em sua pluralidade. (Orlandi, 1995:72)

Orlandi (1995) distingue duas formas de existência do silêncio enquanto matéria significante: o silêncio fundador e o silêncio político. O silêncio fundador é o "lugar" que permite à linguagem significar. O silêncio fundador se difere da política do silêncio, uma vez que aquele significa por si mesmo, enquanto este produz um recorte entre o que é dito e o que não é dito.

O silêncio político se define como o apagamento necessário de sentidos-outros possíveis, mas indesejáveis em uma dada situação discursiva. Ele subdivide-se em duas formas: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O silêncio constitutivo é determinado pelo silêncio fundador. Pertence à ordem da produção de sentidos e preside todas as

¹⁹Ver Orlandi (1995).

atividades de linguagem como um efeito do discurso que instala o jogo de silenciar *X* para se dizer *Y*. O silêncio constitutivo é necessário a todo processo discursivo, posto que para dizer é preciso silenciar outros dizeres; condição para que o dizer signifique. O silêncio local, por sua vez, diz respeito à interdição do dizer. *É uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos. (ibid.:77)* A censura é um exemplo de silêncio local. Por outro lado, o sujeito e os sentidos se constituem ao mesmo tempo, o que impede ao sujeito ocupar determinados lugares discursivos e, por conseguinte, determinadas posições de sujeito.

A noção de pré-construído é elaborada a partir de uma discussão em torno das considerações de Frege sobre enunciados do tipo *aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria*. A forma *aquele* que não possui um referente, não podendo, portanto, ser utilizada independentemente. A relativa é que denota o referente, que, neste caso, é Kepler. Há na relativa, digamos assim, uma referência que se mantém mesmo que, por exemplo, neguemos ou interroguemos a principal, mas que pode mudar, quando o conteúdo da relativa é alterado. Sendo assim, Frege admite que há um conteúdo de pensamento (sentido) que está pressuposto no enunciado. No exemplo de Frege, o sentido pré-construído é captado para o enunciado pelo encaixe sintático da oração subordinada relativa à oração principal.

Com base nas colocações de Frege, Paul Henry propõe o conceito de pré-construído para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado (Pechêux, 1975:99). Por conseguinte, chamamos de pré-construído aos sentidos exteriores ao acontecimento enunciativo que se põem no acontecimento por meio de outros sentidos captados pelo discurso. Em outras palavras, podemos dizer que o pré-construído é um lugar onde um dizer-e-sentido proveniente do interdiscurso se torna visível.

O efeito de sustentação nos aparece como uma marca da determinação do discurso pelo interdiscurso. Ele se constitui como a articulação entre proposições constituintes por meio de uma relação de implicação entre duas propriedades (α e β) que intervêm

como suporte do sentido contido na outra proposição. A característica essencial do efeito de sustentação é construir uma diretividade para o dizer-e-sentido, funcionando como uma *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar. A articulação de asserções que se apóia sobre o que Pêcheux (1975) denomina *efeito de sustentação* constitui uma espécie de retorno ao interdiscurso (memória discursiva) como forma de sustentar o dizer-e-sentido do intradiscurso, sob a forma de um gesto de interpretação do sujeito erigido pelo efeito de tomada de posição. O efeito de sustentação trabalha a constituição do sujeito em sua relação com o sentido de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito.

O efeito do interdiscurso no dizer, seja pelo efeito de pré-construído, seja pelo efeito de sustentação, traduz um efeito da *modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito ao mesmo tempo que é sempre-já sujeito, descortinando um processo do significante, na interpelação-identificação* (Pêcheux, 1975: 156). O efeito do interdiscurso no dizer mostra o sujeito como resultante do processo de construção (representação) dos sentidos, uma vez que os sentidos que nele se manifestam se desdobram, se dividem, remetendo-o a diferentes lugares de significação, mas de modo que, enquanto sujeito-falante, o indivíduo recebe como evidentes os sentidos do que ouve, diz, escreve ou lê. Por conseguinte, podemos dizer que as dobras interdiscursivas se constituem como lugares onde se produz um efeito de visibilidade do processo de interpelação-identificação do sujeito.

1.6 As entrevistas

Como exposto na apresentação, consideramos em nossa análise algumas dobras interdiscursivas que aparecem nas entrevistas de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Celso Furtado (CF). Não trouxemos para nossa dissertação todas as dobras interdiscursivas que aparecem nas entrevistas, porque, se o fizéssemos, tornar-se-ia enfadonho e penoso ao leitor a repetição que tal procedimento empenharia. Sob a perspectiva de analisar os processos de produção dos sentidos do/no discurso, julgamos relevante e, ademais, interessante aglutinarmos os exemplos e distribuí-los em capítulos específicos.

Antes, porém, julgamos necessário tecer algumas considerações sobre as entrevistas e os procedimentos analíticos. As entrevistas, apesar do caráter fragmentário inerente e da pluralidade temática, apresentam uma diretividade, impelida pela posição de sujeito que predomina no acontecimento enunciativo e que organiza/administra a relação entre as diferentes posições-sujeito que constituem o sujeito-falante enquanto sujeito do discurso. As posições-sujeito são afetadas pelas representações sociais. A representação social põe em questão uma perspectiva para o dizer, tornando-o, nas entrevistas em estudo, um dizer de "político".

Em relação à entrevista de Celso Furtado, podemos dizer que a posição de sujeito que predomina procura *limpar* a imagem pejorativa que norteia a Sudene e, por conseguinte, a imagem do sujeito-falante, para dissociá-las das falcaturas políticas da chamada *indústria da seca*²⁰. O procedimento discursivo de dissociação joga com a construção de uma imagem positiva da Sudene na época de Celso Furtado, tanto que poderíamos dizer que, nesta perspectiva, o título do livro base da entrevista *A fantasia*

²⁰ Houve muita pressão nesse sentido. Nossos críticos surgiam dos setores que se beneficiavam da situação anterior, aquilo que, graças a uma expressão feliz do jornalista Antônio Callado, chama-se *indústria da seca*, do grupo da oligarquia do açúcar, porque, desde o primeiro momento, denunciei o monopólio das melhores terras do Nordeste nas mãos do setor de açúcar. Essas terras eram subutilizadas e, no Nordeste, portanto, não havia produção adequada de alimentos. (...) Fiz com eles todo tipo de aproximação, discussão, mas foi praticamente impossível, já que esses grupos estavam acostumados a decidir por conta própria e a considerar que o governo devia fazer aquilo que era do interesse deles. Essa foi a grande luta contra os grandes interesses latifundiários, do sertão, e contra os interesses do setor açucareiro, monopolista, que prevalecia na região litorânea. (CF)

desfeita funciona como uma grande metáfora - no sentido usual do termo - da ruína e da corrupção que caracterizam a Sudene hoje. Afinal de contas estamos diante, nada mais nada menos, do idealizador e primeiro diretor da Sudene - mas, digamos, antes de tudo um político-economista. Por conseguinte, a posição de sujeito que administra/organiza a relação entre as diferentes posições de sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo está marcada pela representação social do político²¹.

A (re)organização imaginária do acontecer da história trabalha a memória discursiva, configurando um espaço de legitimação para os dizeres-e-sentidos que o lugar de inscrição-identificação do sujeito impele ao discurso. O jogo temporal argumentativo engendra uma narrativa que subjaz ao dizer de Celso Furtado. Essa narrativa ao mesmo tempo enuncia as diferenças de representação para a Sudene e as produz, posto que enunciar é produzir. *O próprio processo da história se manifesta como duplo: ação e relato.* (Faye, apud Zoppi-Fontana, 1997)

Naquele momento^a, 1960, o Nordeste estava mobilizado. Havia preparado, através da Sudene^b, um plano-diretor que estava sendo discutido no Congresso Nacional.(CF)

Nós conseguimos, naquela época^c, que os dois candidatos à presidência da República apoiassem esse plano-diretor.(CF)

Hoje^d, eu vejo nova mobilização do país em torno de uma eleição presidencial. O Nordeste praticamente não existe.(CF)

O quadro nordestino é tão grave quanto o de minha época^e. Eu até diria pior, porque nesse período^f por iniciativa da Sudene^g o Nordeste conheceu um período de crescimento econômico que se limitou a criar uma grande fachada de desenvolvimento.(CF)

Já não estou na fase da vida^h de tomar iniciativa e ir para a frente da luta, mas quis, lançando esse livro, convocar a nova geraçãoⁱ a retomar o problema do Nordeste,

²¹ Aqui, estamos falando do sujeito político enquanto tipo, posto que, a nosso ver, todo sujeito é político, visto que direciona dizeres-e-sentidos que são, em essência, estabelecidos em relação a, para um lugar discursivo determinado. Tanto é assim que político-economista funciona como paráfrase de político.

pensar o Nordeste, tomar conhecimento do que já se fez no passado^j, do que se tentou, onde se falhou, o que é realmente significativo e o que não chegou a ser feito.(CF)

Se tivéssemos começado trinta anos atrás^k com uma política ampla de melhoria efetiva da base mesmo, que é a questão da alimentação, da moradia, do investimento humano naquilo que chamamos de necessidades básicas da pessoa, hoje^l o Nordeste seria diferente.(CF)

Se hoje^m existe uma agricultura nova de irrigação no São Francisco, foi graças a um projeto que iniciamosⁿ e que obteve amplo apoio das Nações Unidas.(CF).

A área da Sudene inclui também uma parte pré-amazônica, e um dos projetos mais interessantes que ela elaborou, em minha época^o, foi exatamente o de criação de uma estação experimental para desenhar um modelo de colonização adequado para a Amazônia. Eu creio que, se esse projeto tivesse sido levado adiante, hoje^p estaríamos em outras condições para enfrentar o problema amazônico, o problema da utilização racional dos recursos naturais da Amazônia.(CF)

Nos quase seis anos que dirigi a Sudene^q jamais os pareceres técnicos preparados pela Secretaria Executiva foram abandonados. As decisões foram tomadas em função deles. Era, de alguma maneira, uma revolução na forma de governar; não eram decisões baseadas em cambalachos, em tramóias políticas^r.(CF)

Quando comecei a briga no Nordeste^s, estava fora do alcance do Brasil fazer um grande projeto. Imaginei que a Aliança para o Progresso poderia oferecer uma saída, e ela fracassou. Mas os recursos de que dispunha o governo brasileiro eram muito poucos^t. (...) Hoje^u estamos em outra realidade histórica que é a de que o país dispõe de meios, mas para dispor de meios precisa colocar ordem em sua casa. (CF)

^{a,b,c} representam a Sudene da época de Celso Furtado. No dizer de Celso Furtado, a representação temporal do passado se constitui como uma paráfrase da Sudene na época de Celso Furtado.

^d é uma representação temporal do hoje que constitui uma paráfrase da Sudene após Celso Furtado. O hoje estabelece uma relação de continuidade desde a saída de Celso Furtado da direção da Sudene até a atualidade. Essa relação de continuidade tem sua razão de ser, uma vez que o lugar de inscrição-identificação, determina a intenção do sujeito para uma discursividade que pode ser parafraseada por: *vocês têm uma imagem errônea de minha pessoa e da Sudene que idealizei e que dirigi durante quase seis anos. Não fui eu quem criou a Sudene que vocês conhecem. Criei a Sudene para beneficiar o povo nordestino e ajudá-lo a acabar com sua situação miserável, mas cassaram meus direitos e desfiguraram a Sudene. Hoje, ela não passa de uma instituição-monstro, mas isso não é minha culpa.*

^{e,j,k,n,o,q,s,t} referem-se à Sudene da época de Celso Furtado. A partir desta representação da Sudene, engendra-se uma imagem positiva do político Celso Furtado. Imagem que se caracteriza pelo cidadão preocupado com os problemas estruturais do país e que luta para resolvê-los, ou seja, um cidadão com compromisso com a vida pública.

^{f,g,h,i,l,m,p,r,u} referem-se à Sudene após Celso Furtado. A Sudene perde seus objetivos originais de vista e se torna uma instituição movida por corrupções e falcaturas políticas. Por conseguinte, hoje, o Nordeste está esquecido, desamparado e cada vez mais miserável.

A citação destes recortes nos permite mostrar que, à construção enunciativa dos sentidos, subjaz um jogo temporal passado/presente que cinde a discursividade que sustenta o dizer, construindo dois espaços de definição para a Sudene, os quais denominamos *a Sudene da época de Celso Furtado* e *a Sudene após Celso Furtado*.

Esse jogo temporal engendra um espaço para o presente que não-coincide apenas com o acontecimento enunciativo, mas que estabelece uma continuidade em relação à Sudene após a saída de Celso Furtado de sua direção até a entrevista.

É interessante ressaltarmos que na entrevista figura um número significativo de

orações condicionais. Condicionais com o verbo no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo e principais com o verbo no futuro do pretérito composto marcam tempos de ação completa, terminada, o que denota ao dizer um efeito de fato de realização impossível. Em relação à diretividade do dizer, podemos dizer que tais condições concorrem para o estabelecimento das diferentes representações da Sudene. Elas sugerem que a cassação impediu Celso Furtado de levar adiante seu projeto (leia-se a Sudene), o que estagnou a luta pelo desenvolvimento do Nordeste.

Percorrendo a entrevista, conseguimos construir um quadro definatório para as duas imagens estabelecidas no acontecimento enunciativo, como podemos observar:

Sudene da época de Celso Furtado	Sudene após Celso Furtado
Nordeste mobilizado através da Sudene	Nordeste esquecido
Sudene em plena atividade	Sudene corrompida
elabora projetos com base científica	cria uma fachada de modernização
aprova projetos com base científica	beneficia apenas uma minoria
pareceres técnicos	tramóias políticas e cambalachos
luta contra a <i>indústria da seca</i>	filia-se à <i>indústria da seca</i>
prestígio internacional	desprestígio, corrupção
atuação política da população	apatia política da população
luta pelo desenvolvimento do Brasil	preocupação com o perfunctório
programa de colonização da Amazônia	uso irracional de recursos amazônicos
preocupação com a miséria	despreocupação com a miséria nordestina

Quanto à entrevista de Fernando Henrique Cardoso, podemos dizer que a posição de sujeito, que predomina e que organiza/administra a diretividade do dizer em relação as diferentes posições-sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo, refere-se à representação social do político, vinculando-se a uma formação discursiva que abarca dizeres-e-sentidos favoráveis à sobreposição sociólogo/político na caracterização de um bom governante. Com efeito, a posição de sujeito predominante direciona o

dizer para um lugar discursivo que conclui pela pertinência de um intelectual-político, em detrimento do político por vocação, na vida pública do Brasil. Vejamos alguns recortes de linguagem-e-situação, que podem nos ajudar a compreender a diretividade do dizer empreendida na entrevista de Fernando Henrique.

Queira ou não sempre houve muitos intelectuais na política^a, isso é tradicional no Brasil. Grandes intelectuais como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, e hoje Florestan Fernandes, Delfim Neto, José Serra... mas repare que todos eles^b, em algum momento, dizem coisas que os do ramo^c não gostam.(FHC)

Não é por acaso os grandes revolucionários foram intelectuais^d. Basta citar Lênin, para não falar de Marx ou mesmo de Khomeini.(FHC)

O intelectual na política rompe mais facilmente, por isso que os outros desconfiam dele^e. De mim^f, por exemplo, sempre se desconfia na política^g, muitas vezes até sem se saber por quê. Mas o fato é que chega um momento em que você^h sente dentro de si uma inquietação que não aceita, que oⁱ obriga a romper com o grupo^j. Isso é ruim para o político, mas para o político cotidiano^k. Eu^m não me pensoⁿ dessa maneira. Vou dizer uma coisa que às vezes digo e ninguém acredita que seja verdade: eu não tenho ambição de cargos^o. Não é isso que me move na política^p, porque realmente o substrato intelectual está muito forte em mim^q.(FHC)

O mais engraçado é que na política o intelectual^r sofre pressões dos dois lados: dos políticos que dizem que ele não é do ramo^s, que não pertence ao meio^t; e dos próprios intelectuais^u que passam a achar que como o cara^v é intelectual não pode ser político.(FHC)

Quando você se pinha no governo^x, tem de tomar decisões concretas; mas o que existe é o predomínio do tradicional, da rotina, porque a rotina está feita e pelo rotineiro você^z não quebra. (FHC)

^{a,b,c} referem-se ao político-intelectual²² falando do intelectual na política.

²² O termo político-intelectual de que nos valem para indicar didaticamente a posição de sujeito que predomina no dizer de Fernando Henrique constitui uma paráfrase de político por vocação.

^a sugere que há intelectuais-políticos. Toda a argumentação de Fernando Henrique direciona o dizer para um lugar discursivo que lhe outorga a imagem de um intelectual-político, quando, na verdade, a posição de sujeito que predomina no acontecimento enunciativo é aquela que chamamos didaticamente de “político-intelectual”. A inversão caracteriza a subordinação da primeira posição pela segunda posição social.

^b paráfrase de intelectuais-políticos.

^c paráfrase de políticos por vocação.

^{d,e} referem-se ao intelectual-político *versus* político por vocação.

^f marca o sujeito se colocando na posição intelectual-político. Não-coincidência com o sujeito do discurso que é marcado pela discursividade do político.

^g refere-se ao político por vocação. O *se* indetermina os políticos por vocação, engendrando um espaço para a indistinção de seus dizeres e ações.

^{h,i,j} são marcas lingüísticas que, no imaginário, criam um efeito de generalização dos intelectuais e que, constitutivamente, mostra uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o sujeito narrado. Sendo assim, o político-intelectual (sujeito do discurso) difere do intelectual-político (sujeito narrado).

^j sugere a inclusão do sujeito-falante no conjunto dos políticos por vocação.

^k é uma paráfrase de político por vocação.

^{m,n,o,p,q} negam a posição “político-intelectual” produzindo um efeito imaginário de inserção no conjunto intelectual-político.

^r refere-se ao intelectual-político e ^{s,t} ao político por vocação.

^{u,v} referem-se ao intelectual; porém, enquanto ^u designa os intelectuais que criticam o intelectual-político, ^v denota o intelectual-político.

^{z,z'} denotam respectivamente o intelectual na política e o intelectual que, sob a influência da rotina política, cede às tramóias e aos conchavos políticos.

Estes trechos analisados permitem-nos mostrar que, à construção enunciativa dos sentidos, subjaz um jogo parafrástico que traça uma definição para o político por vocação e outra para o intelectual-político. O desejo de ocupar um lugar de “políti-

co diferente”, predetermina a diretividade do dizer. No quadro, listamos predicados definitórios para as duas representações sociais que se estabelecem no acontecimento enunciativo:

intelectual-político	político por vocação
é treinado para dizer a verdade	não é treinado para dizer a verdade
não mente e/ou omite	mente e/ou omite
não é movido por interesses	é movido por interesses
não almeja cargos	almeja cargos
é crítico, se isola, não nega suas opiniões	não é crítico, não se isola, vai na maré
não é copista dos outros	é copista dos outros
produz algo próprio	não produz algo próprio
é humilde, é honesto	não é humilde, não é honesto
é disciplinado	não é disciplinado, não tem agenda
é bem informado	nunca sabe o que irá acontecer
não é malandro, não é <i>esperto</i> ²³	é malandro, é <i>esperto</i>
é intelectual, não é mero político	é político por vocação, é do ramo
é revolucionário na política	é político cotidiano

Em decorrência das diferentes perspectivas das entrevistas, temos que o dizer de Celso Furtado privilegia um jogo temporal entre passado e presente, o qual é essencial à diretividade e à consistência do dizer e que, em várias vezes, é marcado nas/pelas dobras interdiscursivas, enquanto o dizer de Fernando Henrique Cardoso trabalha distintas posições sociais, homogeneizando-as, para construir a diretividade predeterminada pela inscrição-identificação histórica e ideológica com uma posição-sujeito que se refere à representação social do político enquanto tipo.

²³ *Procurro sempre interpretar os acontecimentos, porque isso faz parte da minha formação intelectual básica. Nunca neguei isso na minha vida política, apesar de tanta gente dizer insistentemente que eu não sou do ramo. Eu nunca quis ser do ramo, porque acho essa coisa muito pobre. No Brasil, ser do ramo é ser esperto, e um político de vocação real, que se veja mais como estadista do que como político, não pode ser do ramo. Ele tem que ser capaz de pensar sozinho. Aí há um ponto de encontro, porque nesse sentido o grande político é também um intelectual (FHC)*

Em termos analíticos, as perspectivas das entrevistas concorrem para o estabelecimento de uma não-coincidência marcada, por um lado, por uma temporalização argumentativa e por um jogo de diferentes representações sociais, por outro. De forma mais genérica, a análise pretende mostrar que as dobras interdiscursivas constituem um lugar de evidência da heterogeneidade do discurso, que descortina diferentes posições-sujeito - a dispersão do sujeito - funcionando na construção dos sentidos do/no discurso.

Capítulo 2

Dobras interdiscursivas e não-coincidência de dizeres-e-sentidos

Neste capítulo, buscamos compreender e explicitar a relação entre as dobras interdiscursivas e a não-coincidência de dizeres-e-sentidos. Para tanto, tomaremos para nossa reflexão os mecanismos do funcionamento discursivo próprios à ordem do discurso.

Analisar os funcionamentos discursivos das dobras interdiscursivas é compreender a ordem do discurso em questão. Conforme Orlandi (1996b), a ordem do discurso não se refere à organização do discurso¹, mas a forma material enquanto funcionamento que nos possibilita apreender a produção dos sentidos. A ordem do discurso, por conseguinte, refere-se à relação da ordem da língua (sistema lingüístico significante) com a ordem da história (materialidade simbólica). Em outras palavras, a ordem do discurso se constitui, em seu conjunto e funcionamento, na relação da língua com a história, sob os movimentos (gestos) de interpretação do sujeito (efeito de posição

¹Para uma distinção e caracterização entre ordem e organização ver Orlandi (1996b).

assumida), tomando como base o discurso enquanto efeito de sentidos entre locutores. Por conseguinte, é a partir da consideração da forma material - em que o simbólico e o histórico se articulam e os sentidos se produzem com ou sem o controle do lugar de inscrição/identificação do sujeito do discurso - que podemos compreender a ordem do discurso (Op. cit.:51).

É nos interstícios desta consideração que gostaríamos de abordar a questão da não-coincidência de dizeres-e-sentidos, que participa do/no acontecimento enunciativo, quando emerge no dizer uma dobra interdiscursiva, em relação às noções de linearidade, literalidade e completude.

2.1 Dobras interdiscursivas e silêncio: efeitos de linearidade, literalidade e completude

A linearidade se constitui enquanto efeito de uma ilusão de unidade, transposta ao dizer pelas filiações entre as diferentes formações discursivas, que participam do/no discurso, e pela articulação entre o esquecimento no.1 e o esquecimento no.2. Linearidade, literalidade e completude são efeitos discursivos que se imbricam. Eles são a condição para que interpretemos e representemos sentidos ao dizer. Estes três efeitos resultam do trabalho do silêncio na linguagem. Quando fazemos sentidos, silenciemos outros sentidos (Orlandi, 1995).

O contínuo significativo do silêncio abarca todas as direções de sentido e a linguagem organiza e orienta tais direções. Assim sendo, ao falarmos, recortamos os sentidos a partir de posições de sujeito que nos injungem no acontecimento enunciativo. Da relação do silêncio com a linguagem resultam os efeitos de linearidade, literalidade e completude do dizer.

A literalidade é um efeito da disciplinarização da polissemia do dizer. A linguagem administra os sentidos pelo jogo de silenciá-los e/ou acomodá-los em uma determinada direção discursiva. Esse jogo enunciativo-discursivo instaura o esquecimento no.2, im-

pelindo o dizer a uma transparência aparente. É como se aquilo que dissemos somente pudesse ser dito da forma como o dissemos.

Considerar o silêncio como matéria significante é compreender que a incompletude do sentido é constitutiva da linguagem. *É o silêncio que recorta o dizer para que ele signifique, para que o muito-cheio de sentido do silêncio não instaure uma incapacidade de interpretação e de representação do sentido* (op.cit:70), para que o dizer não soçobre na plenitude dos sentidos (ibid. ibidem).

As dobras interdiscursivas marcam linguisticamente um efeito do interdiscurso que nega o lugar discursivo de inscrição-identificação do sujeito. Por outro lado, elas trabalham a política do silêncio na textualização do político, colaborando para a produção dos efeitos de linearidade, literalidade e completude do dizer, ao silenciarem e/ou acomodarem à ordem do discurso dizeres-e-sentidos-outros possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada. Esses Dizeres-e-sentidos-outros poderiam instalar o trabalho significativo de uma formação discursiva contrária, antagônica à formação discursiva que participa/predomina no acontecimento enunciativo em um ponto x do dizer.

Como o silêncio trabalha os limites das formações discursivas determinando os limites possíveis do dizer (Orlandi, 1995:75), a determinação de um sentido para o dizer silencia necessariamente outros dizeres-e-sentidos possíveis. Daí dizermos que as dobras interdiscursivas constituem uma repetição parafrástica horizontal de dizeres-e-sentidos-outros que ressoam verticalmente no discurso e que se opõem ao lugar discursivo que movimenta, organiza e constitui os sentidos do/no acontecimento enunciativo.

Essa repetição parafrástica, necessária para silenciar/acomodar os dizeres-e-sentidos-outros que ressoam no fio do discurso, mostra uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos que participa da/na construção enunciativa dos sentidos. Em outras palavras, as dobras interdiscursivas colaboram para a produção dos efeitos de linearidade, literalidade e completude no imaginário da atividade de linguagem.

Enquanto mecanismo do funcionamento discursivo, no entanto, constituem-se co-

mo lugares onde a não-coincidência de dizeres-e-sentidos entreabre a possibilidade do equívoco, da deriva, do deslize, do deslocamento dos sentidos para outros lugares de significância, posto que trabalha o equívoco, administrando-o, segundo uma intenção predeterminada pelos lugares discursivos que constituem o sujeito e que o dominam, mas sem apagá-lo.

2.2 Dobras interdiscursivas: a política do silêncio na atividade de linguagem

Consideramos, por conseguinte, que as dobras interdiscursivas constituem um bom observatório da determinação do interdiscurso na construção dos sentidos do/no discurso, particularmente em relação à política do silêncio (o silêncio constitutivo nos indica que para dizer é preciso não-dizer, ou seja, que necessariamente ao dizer apagamos os dizeres-e-sentidos-outros que não se filiariam ao dizer intradiscursivo), como podemos observar nas análises dos recortes de linguagem-e-situação que apresentamos abaixo:

(1) A rapidez na transmissão dos sinais, o grande avanço tecnológico está causando um efeito enorme sobre todas as coisas, principalmente na política. Hoje, na economia, quem opera em *commodities*, na bolsa de valores, tem que estar *on line*, como se diz.(FHC).

Aqui, Fernando Henrique lança mão de um predicado exemplificativo, para mostrar a necessidade dos políticos estarem sintonizados aos avanços tecnológicos. Daí que, em (1), a dobra interdiscursiva apreende um grau elevado de genericidade, como podemos observar pelo esquema abaixo:

- ▷ Os economistas dizem... ⇒ dizer específico de uma posição-sujeito.
- ▷ Como dizem (os economistas) ⇒ dizer intermediário: pode pertencer ao dizer genérico como pode pertencer ao dizer específico, dependendo das condições de produção do discurso.

▷ Como se diz $\Rightarrow$ dizer genérico.

No imaginário, o indeterminador *se* produz um efeito homogeneizante sobre o dizer de Fernando Henrique, constituindo, dessa forma, um campo discursivo imaginário logicamente estabilizado e homogeneizado, já que administra a participação no acontecimento enunciativo de posições-sujeito distintas e, em decorrência, da participação de diferentes formações discursivas. Sendo assim, pontua as diferentes posições de sujeito que participam no acontecimento enunciativo ao mesmo tempo que administra/direciona os dizeres-e-sentidos para um determinado lugar discursivo.

A dobra interdiscursiva emerge no dizer, porque o sujeito enunciador se caracteriza pela voz do político (enquanto tipo), mas o predicado exemplificativo abarca um dizer-e-sentido proveniente de outro lugar discursivo (a economia).

Ocorre que a sobreposição das formações discursivas concorre para alargar significativamente o conceito *on line* para outras discursividades (a discursividade da política, por exemplo), produzindo um efeito de continuidade entre a política e a economia. Essa não-coincidência de dizeres reclama sentidos-outros presentes na memória discursiva, daí que a dobra interdiscursiva emerge para estabilizar/administrar a produção dos sentidos no discurso.

A dobra *como se diz* universaliza os possíveis sujeitos enunciadores para tal dizer. Por conseguinte, a dobra interdiscursiva produz uma sobreposição de diferentes formações discursivas, sem, contudo, apagá-la. Ela permite ao sujeito enunciador trazer para o dizer outras discursividades sem engendrar um espaço visível de contradição. Política e economia aparecem, por assim dizer, como uma continuidade.

O efeito de homogeneidade imaginária que a emergência da dobra interdiscursiva produz colabora para a ilusão de linearidade, literalidade e completude necessários para a construção enunciativa dos sentidos, posto que denega a não-coincidência de dizeres-e-sentidos e, em decorrência, a não-coincidência entre os lugares de significação que participam do/no acontecimento enunciativo.

(2) As grandes enxurradas no cristalino, na região da caatinga, provocam uma corrida da água muito rápida, há pouca retenção no solo, a agricultura de ciclo anual não vive, e é essa agricultura de ciclo anual que alimenta o homem. É o milho, o feijão, etc. Então tem que se voltar também para as xerófitas, como se diz², para plantas adequadas a esse clima, com raízes mais profundas, etc. E para isso, portanto, é preciso todo um trabalho ecológico, de conhecimento da flora, da fauna da região, para utilizar adequadamente os solos. Se você ler o meu livro com atenção, verá como todos esses problemas foram considerados simultaneamente, porque o *objetivo original na Sudene* foi chegarmos em pouco tempo a ter especialistas em tudo isso. (CF)

Neste ponto da entrevista, Celso Furtado comenta a questão do índice pluviométrico na região semi-árida do Nordeste em relação a retenção de água e a agricultura, fazendo referência à questão da fome. Para tanto, explica que, apesar do índice pluviométrico ser significativo, ele pode se concentrar em duas grandes chuvas, por exemplo, e como há pouca retenção de água, devido às características do solo, a agricultura anual não sobrevive nas regiões da caatinga.

A dobra interdiscursiva e é essa agricultura de ciclo anual que alimenta o homem parametriza a questão da fome no contexto nordestino, funcionando como uma justificativa para a existência da fome em tais regiões. Sendo assim, a emergência da dobra interdiscursiva silencia/administra dizeres-e-sentidos-outros que poderiam contestar a relação bijetora estabelecida, no intradiscurso, entre a questão da fome no Nordeste e a agricultura de ciclo anual.

Na sequência do dizer de Celso Furtado, o jogo argumentativo entre o passado/presente da Sudene é marcado pela nominalização o *objetivo original na Sudene*.

²Esta dobra interdiscursiva homogeneiza uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos no acontecimento enunciativo. É que o termo *xerófitas* é proveniente do léxico botânico e a posição de sujeito que enuncia é a do político. A emergência da dobra interdiscursiva, paradoxalmente, descortina a não-coincidência. Ela funciona, ao mesmo tempo, como ponto de convergência (harmonização) da não-coincidência de dizeres-e-sentidos e como sinalizador desta mesma não-coincidência. No imaginário, a dobra interdiscursiva produz um dizer genérico que universaliza o possível sujeito enunciador, incluindo, por conseguinte, o sujeito do discurso no rol dos possíveis sujeitos a enunciar-lo.

O especificador *original* no sintagma nominal produz dois efeitos de sentidos: um que joga com o tempo e que remete à Sudene na época de Celso Furtado e outro que denota ao objetivo da Sudene singularidade, ou seja, apenas a Sudene teve o objetivo de pesquisar uma exploração adequada dos solos nordestinos a partir do conhecimento de sua fauna e de sua flora.

(3) O trabalho que o Banco Mundial fez é um trabalho técnico sério, de denúncia de uma coisa grave. Agora, ninguém pode daí deduzir que o Brasil não necessita de investimentos infra-estruturais na própria Amazônia. Os projetos hidrelétricos dessa região terão que ser levados adiante, mas com outra ótica, não a do passado. Evidentemente, não cabe ao Banco Mundial ditar uma política no Brasil, mas cabe a ele - *que não é propriamente um banco privado, é um banco multilateral dirigido inclusive pelo governo brasileiro que lá está presente*, digamos com certo eufenismo pois sabemos bem quem manda lá - exercer um certo direito de observação, de crítica em assuntos colaterais mas relacionados a seus empréstimos. (CF)

Em (3), descortinamos uma sequencialização de dobras interdiscursivas (três no total), emergindo como textualização do político no dizer intradiscursivo. A primeira dobra *que não é propriamente um banco privado* é uma oração relativa que administra um dizer-e-sentido subjacente à designação de banco. Qualquer banco se caracteriza como um *estabelecimento, particular ou estatal, cuja atividade consiste na guarda e empréstimo de dinheiro, transações com títulos de crédito, etc.* (Aurélio, 1986:227).

Essa designação de banco está presente na memória discursiva e ressoa significativamente para o sujeito no gesto de interpretação erigido como efeito de tomada de posição.

A segunda dobra interdiscursiva *é um banco multilateral dirigido inclusive pelo governo brasileiro que lá está presente* denega um dizer-e-sentido-outro que adere ao intradiscorso pelo viés da formulação da primeira dobra. Em outros termos, ela emerge para silenciar um dizer-e-sentido-outro que pode ser parafraseado por *o que é o Banco Mundial então?* O termo *inclusive*, presente na segunda dobra, reclama sentidos

que podem asseverar uma representatividade de intervenção do governo brasileiro na direção do Banco Mundial.

É a formulação da segunda dobra interdiscursiva que chama para o discurso uma discursividade que contesta a representatividade do governo brasileiro na direção do Banco Mundial. Discursividade essa que está presente no interdiscurso que conforma o lugar de inscrição-identificação do sujeito. Daí a emergência da dobra interdiscursiva *digamos com certo eufenismo pois sabemos bem quem manda lá* para administrar essa não-coincidência de dizeres-e-sentidos que aponta para a participação de diferentes formações discursivas no acontecimento enunciativo.

Ressaltamos, ainda, que a pluralização dos verbos em primeira pessoa produz um efeito de consenso. *Quem manda no Banco Mundial* está presente na memória discursiva, não sendo, portanto, necessário explicitá-lo.

Constitutivamente, a seqüencialização das três dobras produz uma contradição no discurso: o Banco Mundial é um banco multilateral, mas há um país que manda lá, ou seja, que domina os demais países que compõem a direção do Banco Mundial. Neste ponto do dizer, a análise mostra uma desordenação das falas sob a contradição que rege a construção dos sentidos do/no discurso e, por conseguinte, a contradição inerente ao sujeito (o sujeito é constituído por diferentes discursividades, entre as quais sempre há discursividades contrárias).

A dobra interdiscursiva que parecia emergir no discurso para funcionar como um argumento favorável ao policiamento do Banco Mundial em relação aos seus empréstimos para o Brasil (primeira e segunda dobras), acaba por tornar-se o lugar de contestação de tal policiamento (terceira dobra). No entanto, no imaginário, fica a aparência de uma explicação que joga com a definição do Banco Mundial, não diluindo a convergência argumentativa para o direito de observação e de crítica dos efeitos dos empréstimos concedidos ao Brasil.

(4) Durante oito anos, portanto, tive contato, *apesar de estar na política*, com os canais de produções sociológicas no mundo, dos dois ou três mundos que há por aí. E isso é que é bombástico: me chama a atenção o fato de a sociologia - *aí, sim*, é uma disciplina em crise - não produziu coisa nova. (FHC)

Consideramos a dobra interdiscursiva, em (4), muito interessante, visto que há uma aparente sobreposição do limiar entre o dizer do sujeito e um dizer-e-sentido-outro. A expressão *me chama a atenção* aponta para o pré-construído *a sociologia não tem produzido nada de novo*, mostrando como isto está dito no discurso científico.

A emergência da dobra interdiscursiva produz uma quebra na construção sintática do enunciado, permitindo que o SN complemento (o fato de a sociologia não produzir coisa nova) seja transposto em oração (o fato de a sociologia não produziu coisa nova). A construção com verbo no infinitivo não constitui uma asserção. A flexão do verbo, no entanto, produz uma asserção, o que denota ao dizer uma determinada força ilocucionária.

A dobra interdiscursiva marca a filiação do sujeito ao lugar discursivo que critica a sociologia, o que sustém a ilusão de que o dizer é dele, podendo, assim, dizer que a sociologia está em crise. Isto descortina a não-coincidência do dizer científico com o da posição-sujeito, gerando um jogo enunciativo entre o modo de presença do que se atribui à posição-sujeito e o que é parte do interdiscurso. Assim sendo, há uma sobreposição dos dizeres-e-sentidos que administra, simultaneamente, a não-coincidência dos dizeres, apontando para uma filiação ao dizer-e-sentido-outro e que revela uma (re)afirmação de um já-dito inscrito na expressão lingüística *aí sim*, produzindo, ainda, um outro lugar discursivo que diz ali não é uma disciplina em crise, ou seja, há um lugar onde a sociologia produz.

Levando-se em conta a diretividade do dizer de Fernando Henrique, a qual procura argüir para os benefícios de ter no governo do Brasil um intelectual-político (sociólogo, no caso), podemos dizer que a posição de sujeito "político-intelectual" organiza a dispersão do sujeito (referente à passagem do sujeito por uma formação discursiva

que abarca dizeres-e-sentidos da ciência), apontado para um dizer que sugere que a sociologia enquanto disciplina não produziu nada de novo, mas que há um lugar onde a sociologia produz. Esse lugar é o campo da política, porque ter um intelectual-político no governo pode trazer benefícios para o povo e, ainda, um desenvolvimento significativo para o país.

As marcas lingüísticas *tive contato*, apesar de estar na política, *com os canais de produções sociológicas no mundo* denotam o jogo entre as representações sociais do intelectual (sociólogo) *versus* o político e sugerem que *o entrevistado apesar de estar na política é um intelectual*. O funcionamento do jogo entre tais representações sociais convergem a diretividade do dizer para um lugar que delineia uma crítica ao político por vocação e que estabelece uma condição para o bom político: ser também um intelectual.

Por conseguinte, podemos dizer que a dobra interdiscursiva, além de administrar/silenciar dizeres-e-sentidos que poderiam contradizer o lugar de inscrição-identificação do sujeito, também trabalha na construção enunciativa dos sentidos, colaborando para o estabelecimento da diretividade do dizer e, por conseguinte, corroborando as ilusões de linearidade, literalidade e completude do dizer.

(5) Para começar, eu não me resolvo. Acho que há uma tensão real entre essas duas funções. Como intelectual, você^a é treinado para dizer a verdade - pelo menos aquilo o que imagina ser a verdade -, para assumir como suas as descobertas. O intelectual^b é um vaidoso porque produz algo próprio, não é um copista dos outros. Todo intelectual^c procura imediatamente apropriar-se daquilo que está descobrindo, e por outro lado isso exige uma disciplina que é a do isolamento frequente. O intelectual^d requer até o ócio para poder pensar. Seu^e tempo não pode ser o tempo do resultado imediato. O político^f é o oposto disso. O político, muitas vezes, não pode proclamar o que sabe. Quando ele^g é sem-vergonha, mente; quando não é sem-vergonha ele omite, senão não chega ao resultado que deseja.(FHC)

De ^a a ^e temos uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o sujeito narrado, funcionando, no imaginário, como uma generalização dos intelectuais e ^{f,g} marcam a não-coincidência com o político por vocação. Neste ponto do dizer, Fernando Henrique comenta as qualidades do intelectual e pontua os defeitos do político por vocação, direcionando o dizer para um lugar discursivo que afirma que o bom político não é o político por vocação, mas o intelectual-político, mediante a pergunta *como é que o senhor concilia o intelectual Fernando Henrique Cardoso. reconhecidamente de altíssimo nível. com o político. o senador? Como o senhor se resolve nesse sentido?*

A emergência da dobra interdiscursiva *pelo menos o que imagina ser a verdade* é licenciada por uma discursividade, presente na memória interdiscursiva, que apregoa a relatividade da verdade, havendo, por conseguinte, uma tensão discursiva entre o dizer intradiscursivo e o interdiscurso, a qual viabiliza uma repetição parafrástica do efeito do interdiscurso que perpassa o acontecimento enunciativo no fio do discurso, descortinando uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos participando da/na construção do sentido do/no discurso.

Essa não-coincidência de dizeres-e-sentidos se produz como efeito da participação no acontecimento enunciativo de diferentes formações discursivas. No intradiscurso que norteia a dobra figura uma formação discursiva que abarca dizeres-e-sentidos pertinentes à posição “político-intelectual”, enquanto a dobra interdiscursiva resulta do movimento do sujeito pelo lugar discursivo que abarca dizeres-e-sentidos pertinentes à posição “intelectual”.

A acomodação do efeito do interdiscurso no intradiscurso produz um silenciamento imaginário dos dizeres-e-sentidos-outros que se põem no discurso, surtindo a ilusão da transparência do sentido em um ponto x do dizer, onde a formulação intradiscursiva reclama dizeres-e-sentidos-outros que convergem o discurso para a possibilidade de diferentes gestos de interpretação por parte dos possíveis interlocutores.

O gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua (Orlandi, 1996b:46). O gesto de interpretação é a marca de subjetividade, por con-

seguinte, a alocação da dobra interdiscursiva no intradiscurso colabora para a ilusão de subjetividade - a onipotência do sujeito - fazendo parecer que o sujeito apenas reformula o seu próprio dizer.

Na verdade, o indivíduo é injungido por posições-sujeito que regulam e delimitam o que pode e o que não pode ser dito de tal posição. Sendo assim, a emergência da dobra interdiscursiva constitui o resultado de um jogo enunciativo-discursivo que se produz no discurso mediante uma tensão entre diferentes dizeres-e-sentidos provenientes de formações discursivas contrárias.

(6) Outro dia o Leonel Brizola foi ao Senado falar sobre uma comissão da dívida externa - eu sou o relator dessa comissão. Ele falou durante três horas e meia e não disse praticamente nada a respeito da sua posição sobre a dívida. Como não cabia fazer críticas muito ofensivas - *mantenho boas relações com o governador, não é nada pessoal* - eu disse a ele: li há algum tempo um livro do Florestan sobre os tupinambás, em que ele dizia que esses índios tinham o hábito de se reunirem no fim da tarde para contar histórias, contar casos. Sei que seu nome é Brizola, mas acho que o senhor é um verdadeiro tupinambá, porque conta caso e conta muito bem.(FHC)

Este recorte de linguagem-e-situação funciona como um predicado exemplificativo dos dizeres-e-sentidos que vão se constituindo no discurso. Aqui, Fernando Henrique fala do caráter indefinido do político brasileiro, quando o entrevistador o contesta sobre o famoso *jeitinho brasileiro*. O caráter indefinido do político no Brasil é uma forma de ter espaço para sempre resolver qualquer coisa. É neste âmbito que o sujeito enunciador conta sua história sobre Leonel Brizola.

A dobra interdiscursiva *eu sou o relator dessa comissão*, em (6), explicita que a posição-sujeito que participa do/no acontecimento enunciativo não-coincide com a posição discursiva do *eu* contido na dobra interdiscursiva. A emergência da dobra outorga o dizer, uma vez que produz um efeito de homogeneidade entre as posições de sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo. Esse funcionamento enunciativo-discursivo da dobra interdiscursiva colabora para a ilusão de linearidade do dizer.

Por outro lado, a emergência desta dobra interdiscursiva produz um efeito de presentificação que pode ser traduzido em duas direções significativas, a saber:

▷ efeito de saber: o eu FHC sabe o que diz porque foi o relator de tal comissão e, portanto, estava presente no senado; Não temos como discordar dele.

▷ efeito de autoridade para falar: a posição de relator lhe permite comentar o dizer do então governador do Estado do Rio de Janeiro Leonel Brizola.

O efeito de presentificação, por conseguinte, corrobora a ilusão subjetiva do sujeito-falante em relação ao seu dizer. Além disso, a dobra interdiscursiva administra/silencia a discursividade que perpassa o discurso e que pode ser parafraseada pela seguinte questão: *Com que autoridade e/ou conhecimento o sujeito afirma tal coisa?*

A emergência da dobra interdiscursiva é licenciada por uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos que provoca uma tensão discursiva, a qual se propaga pelo fio do discurso, precisando ser silenciada/administrada para que não entreabra a possibilidade dos sentidos, erigidos por gestos de interpretação, derivarem para outros lugares de significação.

Como nada em um discurso é sem sentido ou sem razão de ser, podemos dizer que, ao trazer para *seu* discurso o predicado exemplificativo sobre Leonel Brizola (um político por vocação), o sujeito-falante trabalha, mediante a intenção predeterminada, a diretividade do dizer para um lugar que lhe outorga a feição de um político diferenciado, beneficiando-se de suas diferentes posições sociais.

A dobra interdiscursiva *mantenho boas relações com o governador, não é nada pessoal* descortina um efeito de sentido que pode ser parafraseado por *não tenho nada contra Leonel Brizola enquanto governador, tanto que mantenho boas relações com o governador*. No entanto, o intradiscurso que norteia essa dobra sustém um dizer crítico sobre Leonel Brizola. O emprego do termo governador na dobra produz um efeito de

sentido que salienta a autoridade que advoga a favor da posição político-social na qual se encontra Leonel Brizola (o alvo do - crítica - dizer).

Podemos, por assim dizer, que essa dobra interdiscursiva salienta a posição político-social do indivíduo Leonel Brizola no acontecimento enunciativo. Explicitar tal posição engendra um movimento de sentido que traz para o intradiscorso uma crítica em moldes intelectuais dissimulada e, ao mesmo tempo, ríspida sobre o político Leonel Brizola. Por outro lado, é a presença do vocábulo *governador* que permite ao sujeito enunciador estabelecer a crítica sobre o político. Daí a expressão *não é nada pessoal*.

Ressaltamos, ainda, que o *eu* do discurso não-coincide com o *eu* narrado, mas há um efeito de homogeneidade (sobreposição dos sujeitos), engendrado pelos efeitos discursivos de linearidade, literalidade e completude, que ameniza a crítica.

(7) E tem também *Dependência e desenvolvimento da América Latina*. Esse eu^a acho que foi o livro que escrevi que mais influência exerceu no pensamento latino-americano. Creio^b que já tenha aí centenas de milhares desse livro - e ele é acadêmico não é um best-seller. Está publicado em alemão, inglês, italiano, espanhol. Aliás ele foi escrito em espanhol, quando eu estava no exílio^c. Suponho eu que estes são livros que se mantêm.(FHC)

Em (7), Fernando Henrique fala de seus livros, respondendo a pergunta do entrevistador: *Professor, uma vez que este é um programa sobre livros, o que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso está escrevendo? E já que no começo da nossa conversa se falou da crise de idéias dentro da sociologia, dos seus mais de vinte livros, qual o senhor indicaria hoje, que livro o senhor considera um caminho, uma fresta dentro da crise sociológica?*

^{a,b} referem-se ao intelectual, enquanto ^c remete ao político-intelectual. A expressão aliás marca o movimento do sujeito enunciador pelos diferentes lugares discursivos que participam do/no acontecimento enunciativo. O desejo de ocupar um lugar de político diferenciado predetermina a intenção do sujeito enunciador, produzindo um jogo entre o *eu* político e o *eu* intelectual.

A dobra interdiscursiva, por sua vez, procura suprimir uma discursividade presente no interdiscurso que perpassa o dizer e que sustém um dizer-e-sentido-outro que confere ao livro um caráter de cultura de massa. Esta dobra interdiscursiva é licenciada por uma tensão discursiva entre o dizer intradiscursivo e o interdiscurso que são marcados por uma não-coincidência.

Essa não-coincidência é homogeneizada pela emergência da dobra interdiscursiva no acontecimento enunciativo. Sendo assim, a emergência desta dobra, além de silenciar os dizeres-e-sentidos-outros marginais³, produz uma ilusão de unidade do discurso, impelindo ao dizer os efeitos discursivos de linearidade, literalidade e completude.

(8) Na fase de desenvolvimento em que estamos^a, em que precisamos ainda resolver problemas, que eu diria do passado^b, problemas estruturais fundamentais, internacionalizar a economia do Brasil de forma indiscriminada pode ser perigoso; portanto, eu diria que - se bem que o nacionalismo, em princípio, hoje^c não se aplica na forma como se aplicava no passado^d - devemos temer não pelo nacionalismo, mas pela ameaça de uma internacionalização que leve ao descontrole e a uma espécie de incapacidade de governo neste país.(CF)

^{a,c} jogam com o tempo presente e ^{b,d} com o tempo passado ao acontecimento enunciativo. É esse jogo temporal passado/presente que direciona e dá consistência ao dizer, posto que é a partir deste que é traçada a diferença entre a Sudene hoje e a Sudene na época de Celso Furtado.

Aqui, Celso Furtado, a partir da pergunta *o nacionalismo ainda tem razão de ser na esfera econômica ou ele deveria estar mais dirigido à preservação da natureza e dos valores da cultura brasileira?*, comenta as mudanças que o tempo produz nas condições de existência do nacionalismo econômico. Segundo o entrevistado, em sua época, o nacionalismo resumia-se em acreditar que o Brasil tinha todas as possibilidades para se desenvolver, para ser industrial, para se modernizar, para reconstruir suas estruturas,

³ Dizeres-e-sentidos-outros que tangem o intradiscorso e que ressoam significativamente nele.

enquanto, hoje, nacionalistas são aqueles que acreditam que o Brasil necessita de uma inserção maior na economia internacional.

As duas dobras interdiscursivas, em (8) emergem em prol do jogo temporal argumentativo, no qual todo o discurso é construído. A primeira dobra *que eu diria do passado* marca que os problemas estruturais do Brasil que podem comprometer a internacionalização da economia deviam ter sido resolvidos no passado. Podemos dizer que a enunciação da dobra interdiscursiva (re)significa o dizer intradiscursivo, remetendo-o, de certa forma, à discursividade que conforma a condição da Sudene ontem e hoje. É que, se Celso Furtado não tivesse sido cassado e a Sudene tivesse conseguido levar a bom termo seus objetivos, talvez parte destes problemas estruturais (do passado) não existiriam hoje. Por conseguinte, a dobra interdiscursiva liga a questão dos problemas estruturais ao lugar discursivo que predomina no acontecimento enunciativo.

Por outro lado, a dobra interdiscursiva *se bem que o nacionalismo, em princípio, hoje não se aplica na forma como se aplicava no passado* emerge para silenciar um dizer-e-sentido-outro que perpassa o intradiscurso e que afirma que o nacionalismo é histórico, ou seja, que ele não é o mesmo para épocas, situações e lugares (espaços) geo-políticos diferentes. Por conseguinte, a emergência da dobra interdiscursiva no dizer é licenciada por uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos que participa do/no acontecimento enunciativo.

Neste caso, a emergência da dobra homogeneiza/sobrepõe os dizeres-e-sentidos, administrando a polissemia do/no discurso ao reclamar a historicidade do termo, relativizando o discurso. É exatamente essa relativização que estabiliza os sentidos do/no discurso.

(9) O fato mesmo do Nordeste ficar atrasado, acumular atraso dentro do Brasil fez com que muitas das pessoas mais capazes, mais empreendedoras, empresários de vários campos tenham emigrado do Nordeste. Isso já é um aspecto do problema. Outro aspecto é uma economia que se encontra numa armadilha da pobreza. Não digo do subdesenvolvimento, mas no Nordeste 84% da população rural está num estado de

pobreza absoluta e, nessa situação, a população está privada de toda possibilidade de auto-investimento.(CF)

Neste ponto do dizer, Celso Furtado comenta a questão da pobreza e do subdesenvolvimento na região do Nordeste para aludir à autodiscriminação que o nordestino sofre.

A dobra interdiscursiva *Não digo do subdesenvolvimento* emerge para silenciar um dizer-e-sentido-outro que equívale pobreza a subdesenvolvimento. Do lugar discursivo que o sujeito enuncia, considera-se possível a pobreza sem subdesenvolvimento. Daí - no gesto de interpretação erigido pelo efeito de tomada de posição e atitudes assumidas - a necessidade discursiva, que se refere à textualização do político, de silenciar a discursividade predominante (do senso comum) que apregoa a sobreposição pobreza/subdesenvolvimento e que ressoa verticalmente no discurso pelo viés da própria formulação do intradiscurso.

Por outro lado, podemos dizer que a emergência da dobra interdiscursiva assevera a situação do Nordeste, posto que não chega ao menos a se caracterizar como subdesenvolvimento. O Nordeste está estagnado em uma situação de pobreza acentuada.

*

A partir da observação dos funcionamentos discursivos das dobras interdiscursivas em relação à uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos no acontecimento enunciativo, podemos compreender que os discursos, assim como o sujeito, são dispersos e que essa dispersão é constitutiva. Ela interfere na linearidade (imaginária) do discurso, mostrando os efeitos do silêncio em sua constituição (dobras interdiscursivas, por exemplo). As dobras emergem no dizer como um restaurador dos efeitos de linearidade, literalidade e completude, onde a própria formulação do fio discursivo reclama dizeres-e-sentidos-outros.

Retomando Orlandi (1995) que diz que o sentido é produzido sempre a partir de um certo lugar e a partir de uma posição de sujeito dada, havendo, por conseguinte, um recorte no sentido, asseveramos que a significação além uma declinação política resultante da relação das formações sociais e das relações de poder com a linguagem que constitui o sujeito e que trabalha o silêncio como forma de fazer dizer uma coisa para não se dizerem outras (ibid.:55).

Essa é a dimensão política do silêncio e ela está assentada sobre a consideração de que o silêncio faz parte de todo e qualquer processo de significação, uma vez que o discurso é o lugar da materialização da relação entre a ideologia e a língua. O discurso representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e manifesta a materialidade lingüística no interior do ideológico (Courtine apud Op. cit.:22).

Para nós, parece-nos interessante dizer que a política do silêncio trabalha na “formulação” dos sentidos e, por conseguinte, refere-se à diretividade do dizer (leia-se enquanto efeito discursivo “linearidade”).

A recorrência das dobras interdiscursivas nos leva a considerar que a correlação não-coincidência (explicitação) e silenciamento/administração (delimitação) de dizeres-e-sentidos-outros, que participam do/no acontecimento enunciativo estabelecidas pelos mecanismos enunciativo-discursivos que as dobras empenham em sua repetibilidade, produz um espaço enunciativo de organização dos dizeres-e-sentidos que se vinculam à própria estruturação do discurso. Daí dizermos que as dobras interdiscursivas são um fenômeno que se relaciona à ordem do discurso, uma vez que, conforme a Pêcheux (1975), o processo histórico e social estrutura, sob a eficácia material do imaginário, em um mesmo movimento os objetos de realidade e os espaços de sua enunciação.

O sentido do que se enuncia e o modo como se enuncia estão inscritos no interdiscurso que fornece a cada sujeito a *sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas* (ibid:162). Por conseguinte, o discurso não tem a função de constituir a representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência (unidade) de uma certa representação (Vignaux apud Orlandi, 1996a:55).

Representação essa que converge o discurso para uma ilusão de unidade.

A ilusão de unidade, que a dispersão do sujeito e do discurso tomam, assegura a consistência⁴ e a completude (imaginária) do dizer. Por outro lado, são estes efeitos discursivos que traçam a identidade do autor. As posições de sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo podem representar diferentes formações discursivas no discurso. Formações discursivas essas que mantêm distintas relações entre si. A relação entre as formações discursivas que participam do/no acontecimento enunciativo não é simétrica. Algumas formações discursivas podem apresentar-se como “corpos estranhos” que, se ressoam verticalmente no dizer, fazem emergir uma dobra interdiscursiva como resultado de um processo de “fagocitose” do efeito do interdiscurso que os conforma. É o resultado da relação do sujeito discursivo com essa pluralidade de formações discursivas que constitui a sua identidade no acontecimento enunciativo e, consequentemente, a relação de autoria.

A relação entre o interdiscurso e o intradiscurso não se reduz ao que se torna visível junto às marcas lingüísticas, porque ela se caracteriza como um *continuum*. Ela se apresenta como necessária e constitutiva, porque todo discurso significa por relação ao interdiscurso. É que, quando recortamos dizeres-e-sentidos no interdiscurso, são os dizeres-e-sentidos que não recortamos que permitem ao intradiscurso (recortes de interdiscurso) significar.

O interdiscurso configura uma exterioridade constitutiva do sujeito e, por conseguinte, do discurso. Os processos enunciativos correlacionados às tomadas de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante, na atividade de linguagem, traduz um apagamento da determinação ao interdiscurso, posto que se realizam no espaço da ilusão da transparência do sentido e da ilusão de subjetividade.

⁴Conforme Guimarães (1995b:67), consistência é um procedimento posto em funcionamento como marca da presença de uma posição autor. Processo que sutura as distâncias, as diferentes posições de sujeito próprias dos recortes interdiscursivos de um discurso. É um lugar do presente como tempo da ilusão de unidade. A memória do tempo da dispersão. Não há presente sem memória. A memória é o ancoradouro do presente. O disperso habita a unidade e a unidade do corpo que fala se divide.

As análises, aqui empreendidas, possibilitam-nos compreender que os mecanismos enunciativo-discursivos que subjazem à emergência das dobras interdiscursivas explicitam a relação do intradiscurso com discursos-outros (interdiscurso) no interior dos mecanismos do funcionamento discursivo na construção dos sentidos do/no discurso. No entanto, essa explicitação emerge em enunciados que pré-constróem os lugares discursivos por onde o sujeito passa na construção do seu dizer e que sustentam as formulações intradiscursivas e as relações de sentido “desejadas”.

- Concluimos, aqui, que as dobras interdiscursivas tornam visíveis discursos-outros que participam na construção dos sentidos do/no discurso, descortinando, por assim dizer, um retorno constante ao interdiscurso. Retorno esse que mascara, sob a forma ilusória de um controle estratégico e intencional do sujeito-falante daquilo que diz, a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso. O interdiscurso é a própria condição de existência do dizer e, por conseguinte, do acontecimento enunciativo.

Capítulo 3

Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade

As dobras interdiscursivas funcionam constitutivamente na construção enunciativa dos sentidos e do sujeito. No imaginário, elas deixam seus vestígios sob a forma de comentários, ressalvas, atenuações, explicações laterais, etc. Esses vestígios colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade. A ilusão de subjetividade é um componente inalienável do funcionamento do discurso e da construção enunciativa dos sentidos, posto que a constituição do sujeito e dos sentidos encontram na *subjetividade* uma condição necessária para o estabelecimento de um sujeito coerente, com certa permanência (duração), certa especificidade e certo domínio, o que garante ao dizer a consistência necessária para que o sujeito signifique e produza sentidos.

Neste capítulo, procuramos compreender e explicitar a relação entre as dobras interdiscursivas e a ilusão de subjetividade a partir da análise dos efeitos imaginários que elas empenham ao discurso. Para tanto, julgamos necessário discorrer sobre a questão da subjetividade, procurando mostrar que o conceito de *enunciação*, apresentado por Eduardo Guimarães, ao considerar o social e o histórico, nos permite tratar a subjetivi-

dade como uma ilusão necessária e constitutiva do discurso, visto que não reproduz o efeito-sujeito na prática de análise. Ao contrário, ele permite atravessar o efeito-sujeito e compreender como tal efeito se produz na atividade de linguagem.

3.1 Enunciação, posição-sujeito, subjetividade

A enunciação deve ser tratada como acontecimento histórico, como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento enunciativo. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso, e isso, por si só, põe a língua em funcionamento, por afetá-la pelo interdiscurso. A enunciação, deste modo, não diz respeito à situação. E, por ser assim afetada pelo interdiscurso, a enunciação não é homogênea, é uma dispersão que a relação com o interdiscurso produz. Guimarães (1995b:65)

O sujeito, por conseguinte, é uma construção ideológica e historicamente constituída na/pela atividade de linguagem. A subjetividade refere-se à inscrição-identificação do sujeito-falante em relação a uma posição de sujeito que organiza e articula a relação entre os diferentes lugares de significação que constituem o sujeito do discurso. Essa consideração possibilita compreender a noção de sujeito do discurso como uma articulação entre posições de sujeito, em que uma posição de sujeito organiza/administra a relação entre as diferentes posições de sujeito e entre o interdiscurso que recortam e que se dá no acontecimento enunciativo como algo que começa e que termina, garantindo, assim, a consistência do dizer.

Podemos dizer, ainda, que o sujeito do discurso se refere à posição-autor, posto que *assume* os dizeres-e-sentidos do interdiscurso como *seus*. Os dizeres-e-sentidos se dão ao sujeito-autor no acontecimento. Esse processo enunciativo é fundamental para a consistência do dizer, uma vez que possibilita construir como unidade o que é, por

natureza, disperso, produzindo a ilusão de um presente sem memória.

A ilusão de subjetividade é um efeito-sujeito produzido a partir da relação entre as diferentes posições-sujeito que constituem o sujeito-falante enquanto sujeito do discurso, sendo que uma posição-sujeito funciona como organizadora/administradora do lugar de inscrição-identificação histórica e ideológica do sujeito, sob o efeito de tomada de posição. No imaginário da atividade de linguagem, a ilusão de subjetividade denota ao dizer a aparência de que o sujeito-falante detém o controle estratégico e intencional de seu dizer. Essa ilusão, que faz com que o sujeito-falante se enxergue enquanto fonte de seu discurso, é, com efeito, resultado do processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito do discurso¹. As posições de sujeito designam a relação de inscrição-identificação que interpela/constitui o indivíduo em sujeito do discurso.

Para que haja uma construção enunciativa dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito do discurso, há a necessidade da ilusão de subjetividade, posto que o sentido de um enunciado se estabelece materialmente na medida em que pertença necessariamente a esta ou àquela formação discursiva². O enunciado deve pertencer a uma formação discursiva para que produza um certo efeito de sentido e para que recalque para e pelo³

¹É notório que o sistema lingüístico apresenta formas lingüísticas de referência ao efeito-sujeito, mas não podemos reduzi-lo a tais marcas formais, posto que as mesmas marcas podem funcionar diferentemente dependendo das condições de produção. Por conseguinte, as formas lingüísticas de subjetivação não podem ser consideradas como causa suficiente, senão como manifestação de processos de significação e de subjetivação determinados alhures. Não se pode restringir, portanto, a subjetividade a presença de algumas marcas lingüísticas. Cometer este equívoco significa desconsiderar o processo discursivo que se constitui pela relação que se estabelece entre o sujeito do discurso, as formações discursivas que o afetam e as outras formações discursivas que aí se entrecruzam. Por outro lado, não podemos nos esquecer de que *toda atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem para o sujeito* (Pêcheux e Fuchs, 1975:174). A relação dialógica *eu-tu* é fundamental para a questão da subjetividade. O processo enunciativo é o lugar da relação do eu e do tu, mediados pelo social que os envolve. E, finalmente, devemos lembrar que a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

²Uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, pelo interdiscurso que aí é estritamente não-formulável, uma vez que a determina. (Pêcheux e Fuchs, 1975:177)

³O recalque *para* o sujeito refere-se à relação entre o esquecimento no.1 e o esquecimento no.2, a qual engendra a ilusão de subjetividade e de transparência da linguagem. O sujeito precisa desta ancoragem para se significar e para significar. O recalque *pelo* sujeito refere-se à constituição do sujeito, a qual depende do recalque das outras posições, posto que, ao se constituir enquanto sujeito, há o silenciamento das posições de sujeito que não injungem o sujeito do/no acontecimento enunciativo. Este silenciamento é necessário para a constituição das ilusões de subjetividade e de unidade do dizer.

sujeito a possibilidade do enunciado vir a ter outro sentido (pertencer a outra formação discursiva).

Podemos dizer, em decorrência do exposto, que *os processos enunciativos consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o dito e, em consequência, rejeitar o não-dito* (Pêcheux e Fuchs, 1975:175). Sendo assim, podemos argumentar que o interdiscurso é, por excelência, a matéria-prima para a produção de sentidos nos processos enunciativos. No entanto, essa discursividade interdiscursiva se esvanece aos olhos do sujeito-falante pelo funcionamento do esquecimento no.1, inevitavelmente inerente à prática subjetiva ligada à linguagem. O esquecimento no.1 caracteriza-se pela inacessibilidade do sujeito-falante aos processos que o constituem e que constituem os discursos-transversos e os pré-construídos de seu próprio discurso, regulando a relação entre o *dito* e o *não-dito* na enunciação.

Conforme Pêcheux e Fuchs (Op. cit.:177), a enunciação equivale, portanto, a colocar fronteiras entre o que é *dito* e o que é *não-dito*. O *não-dito* desenha num espaço vazio o domínio de *tudo o que teria sido possível ao sujeito-falante dizer*, mas que não diz ou o domínio de *tudo a que se opõe o que o sujeito disse*. Esta zona do *não-dito* pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor - visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito-falante indique com precisão o que ele queria dizer - que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona. Trata-se da zona de esquecimento no.2. Aquela que identifica a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito ("eu sei o que eu digo" e "eu sei do que eu falo"). Decorrendo que *a relação entre os esquecimentos no.1 e no.2 remete à relação entre a condição de existência (não-subjetiva) da ilusão de subjetividade e as formas subjetivas de sua realização*.

Em relação à emergência das dobras interdiscursivas, podemos dizer que o sujeito, no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição - inscrição-identificação com um lugar discursivo - pode *penetrar* na zona de esquecimento no.2

(a zona do saber), antecipar o efeito de seu dizer e retornar sobre o seu discurso para administrar/silenciar a polissemia dos dizeres-e-sentidos que se instaura na formulação do intradiscurso.

O funcionamento dos esquecimentos no.1 e no.2, que constituem o efeito-sujeito do/no discurso, instaura um simulacro de exterioridade para o sujeito em relação ao que enuncia. Daí, podermos dizer que a ilusão de subjetividade apresenta uma ligação estreita com a ilusão de exterioridade, apresentada por Zoppi-Fontana (1997). Ilusão de subjetividade e ilusão de exterioridade são dois efeitos que se imbricam e se constituem mutuamente⁴.

3.1.1 Enunciação: subjetividade e exterioridade

No capítulo “A testemunha: enunciação e exterioridade”, Zoppi-Fontana (1997:28) descreve e explicita *o funcionamento de uma posição enunciativa específica a partir da qual se produz como efeito uma ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso em relação ao acontecimento discursivo*. Para tanto, a autora nos chama a atenção para o fato de que, desde Bréal (1897), na caracterização do *elemento subjetivo da linguagem*, recorre-se à metáfora⁵ do olhar, à metáfora da voz ou à metáfora do teatro (que condensa as duas anteriores). Acontece que tais metáforas não definem o elemento subjetivo da linguagem, elas apenas descrevem o que é entendido como uma de suas propriedades mais importantes: *o desdobramento da personalidade humana* (ibid. ibidem). A língua comporta formas que *expressam* esse desdobramento. Sendo assim, Zoppi-Fontana mostra, a partir dos estudos de Bally por um lado e dos de Bréal, por outro, como o *lugar de exterioridade* produzido pelo funcionamento de tais processos

⁴Pêcheux (1975:163) nos antecipa essa relação quando explica o funcionamento da forma-sujeito como *um processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior), e especificamente do interdiscurso como real (exterior)*.

⁵Zoppi-Fontana (1997) está se valendo do termo metáfora como *processo sócio-histórico que serve como fundamento da apresentação (donation) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base no sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado natural, literalmente pré-social e pré-histórico*. (Pêcheux:1975:132)

metafóricos de significação que participam na construção de uma analogia destinada a explicitar o funcionamento do elemento subjetivo da linguagem acaba sendo projetado na língua como princípio descritivo de organização dos elementos que compõem o sistema lingüístico (Op. cit.:33).

Retomando a analogia de Bréal⁶, Zoppi-Fontana (ibid.:34) mostra que a metáfora do sonho permite pensar uma cisão constitutiva do sujeito enquanto autor e espectador interessado na enunciação. É neste espaço aberto pela metáfora do sonho que a autora desenvolve sua reflexão sobre a *ilusão de exterioridade*. Para tanto, estabelece diálogo com a escola francesa de Análise de Discurso, filiando-se à linha de reflexão teórica sobre a linguagem e a ideologia iniciada por Pêcheux e colaboradores no final da década de 60.

Considerar o discurso um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico, produz uma (re)definição crítica dos conceitos de sujeito e de sentido que servem de base pré-teórica a maioria das correntes lingüísticas contemporâneas. Sendo assim, os trabalhos filiados à reflexão teórica fundada por Pêcheux pressupõem o descentramento do sujeito e a historização do sentido. Sujeito e sentido se constituem reciprocamente em relação às formações discursivas dentro das quais ambos são produzidos como efeitos: efeito de sentido e efeito-sujeito (Op. cit.:35).

Os processos discursivos, por conseguinte, não têm origem no sujeito, mas se realizam necessariamente nele, através de uma relação de inscrição-identificação do sujeito-falante com uma posição de sujeito e, por conseguinte, com uma formação discursiva que organiza/administra a relação entre as diferentes posições de sujeito e/ou formações discursivas que participam na constituição do sujeito e dos sentidos no acontecimento

⁶ Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém freqüentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem. (Bréal, 1897:157)

enunciativo. (ibid. ibidem:35).

Esses pressupostos nos permitem pensar os mecanismos imaginários, que apoiados em diversas formas da língua, constituem o sujeito enquanto ego-imaginário. A representação do sujeito-falante enquanto ego-imaginário é resultado do funcionamento do esquecimento no.1 e do esquecimento no.2. O esquecimento no.1 recalca para o sujeito a inscrição-identificação com uma formação discursiva a partir da qual enuncia. Os processos discursivos que constituem o discurso e o sujeito permanecem inacessíveis ao sujeito-falante.

Já o esquecimento no.2 permite ao sujeito-falante um certo acesso às operações argumentativas e à organização do dizer que se apresentam como “tomada de posição”. A “tomada de posição” é imaginária, posto que agimos e/ou falamos a partir de lugares discursivos predeterminados histórica e ideologicamente pela sociedade que nos comporta. Portanto, os processos discursivos que nos constituem sujeito do discurso nos são inacessíveis (ibid.:36).

Quanto às marcas de subjetividade, o funcionamento heterogêneo dos elementos do sistema lingüístico que servem de base material para a produção do efeito-sujeito permite o estabelecimento do simulacro de exterioridade para o sujeito-falante. Ele faz parecer que o sujeito-falante se vale da língua para expressar suas intenções subjetivas, como se língua fosse uma construção meramente humana. Conforme Zoppi-Fontana (1997:39) o simulacro de exterioridade, na verdade, refere-se aos mecanismos simbólicos que constituem o sujeito-falante como sujeito do discurso (nível do esquecimento no.1) e ao funcionamento imaginário dos processos enunciativos (esquecimento no.2).

A autora, a partir das considerações teóricas de Deleuze (1988), que questionam a interioridade como resultado da exterioridade: um dentro como dobra do fora, define a ilusão de exterioridade como *o efeito-sujeito que se realiza através das formas do sistema lingüístico e que afeta ao sujeito, mas que é produzido pelo funcionamento dos processos discursivos que delimitam as diferentes posições de sujeito dentro do complexo de formações discursivas que intervêm como interdiscurso*. Esse efeito de exterioridade

do sujeito em relação à língua funciona pelo efeito-sujeito produzido pela determinação do interdiscurso (ibid.:39).

O simulacro de exterioridade aparece, majoritariamente, nas teorias lingüísticas como sintoma de uma linha de fissura que atravessa as descrições da língua em todos os níveis de análise. Zoppi-Fontana (ibid.:39) nos diz que a linha de fissura funciona como dobra da língua, na qual se constitui o sujeito-falante como efeito-sujeito. Da dobra da língua resulta o discurso, que se constitui como base material dos processos simbólicos que estabelecem o esquecimento no.1 e como lugar teórico onde o funcionamento imaginário dos processos enunciativos constituem o esquecimento no.2, produzindo a ilusão de subjetividade. Em decorrência do exposto, a autora (re)define o simulacro de exterioridade como *um dos lugares de inscrição-identificação ideológica possíveis para o sujeito na sua relação constitutiva de identificação com as formações discursivas numa formação social determinada* (ibid.41).

Essa concepção do simulacro de exterioridade de Zoppi-Fontana permite compreender os processos enunciativo-discursivos que envolvem os elementos do sistema da língua, que denotam ao dizer marcas de subjetividade e/ou formas de distanciamento, na produção material do efeito-sujeito.

3.2 Do acréscimo contingente ao funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas

No imaginário, as dobras interdiscursivas figuram como acréscimos contingentes que colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade, posto que representam a relação do sujeito-falante com seu próprio dizer. Nesta subseção, buscamos compreender e analisar a relação dos efeitos imaginários das dobras interdiscursivas e seu funcionamento constitutivo referente à diretividade e à consistência do dizer.

(10) Quando veio a televisão, sofremos uma nova revolução. As mensagens são rápidas, curtas, mais indicativas do que argumentativas: a gente vai logo ao finalmente.(...)
Tanto é assim que hoje o político - imagino que todas as pessoas, não só o político - que não seja capaz de ir direto ao ponto não tem espaço na mídia. (FHC)

O recorte (10) se inscreve na resposta de Fernando Henrique sobre o valor da palavra no processo político atual. Ele comenta a influência dos meios de comunicação de massa no valor das palavras: *as palavras perderam um pouco o valor, qualquer bandeira é bandeira e vazia...*

No imaginário, a emergência da dobra interdiscursiva *imagino que todas as pessoas, não só o político* se constitui como um comentário do sujeito-falante sobre o *seu* próprio dizer. É como se ele inserisse uma opinião pessoal sobre o assunto. Esse comentário lateral funciona como argumento a favor do que diz, posto que universaliza a necessidade de clareza e concisão ao falar. Ele incide sobre a natureza epistêmica da proposição que comenta, conferindo-lhe um caráter de verdade que trabalha a credibilidade do dizer junto ao(s) interlocutor(es).

Na dimensão constitutiva do sujeito e dos dizeres-e-sentidos, a dobra interdiscursiva põe em cena um dizer que aparentemente se filia à posição-sujeito "individual", devido à ocorrência da forma linguisticamente marcada: o verbo *imaginar* conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo, denotando uma impressão subjetiva. Com efeito, esse jogo lingüístico dissimula a posição de sujeito no acontecimento enunciativo, fazendo parecer que o dizer-e-sentido-outro está do lado de fora da dobra e que, neste caso, a dobra interdiscursiva comporta um dizer-e-sentido do sujeito-falante. No entanto, a negação *não só o político* contida na dobra interdiscursiva descortina a posição-sujeito da qual o sujeito-falante enuncia. A posição-sujeito da qual Fernando Henrique enuncia é a posição-sujeito "político", o que fica evidente quando associamos a emergência da dobra interdiscursiva à argumentação enquanto diretividade do dizer.

A dobra interdiscursiva funciona como argumento para silenciar o dizer-e-sentido-outro que apregoa que o político diz e não diz nada, ou seja, que é um embromador por

natureza, ao expandir tal peculiaridade a qualquer indivíduo. Por outro lado, temos aí uma crítica ao político embromador que advém da memória discursiva e que o sujeito do discurso incorpora ao discurso como *seu* dizer.

Podemos dizer, por conseguinte, que a dobra interdiscursiva *imagino que todas as pessoas, não só o político* instaura um argumento de defesa. Há, na dobra interdiscursiva, um espaço de defesa para o político, mas para o político que é conciso, que não embroma. Esse político é caracterizado no dizer de Fernando Henrique pelo intelectual-político. O político embromador é o político por vocação. É em relação a este que a crítica se estabelece. Isso nos permite argumentar que essa dobra interdiscursiva trabalha a diretividade do dizer, conduzindo-o para um lugar discursivo que equivale o bom político ao intelectual na política em detrimento do político por vocação.

(11) Os indicadores sobre a educação são de arrepiar. A última estatística do Tribunal Superior Eleitoral é espantosa: mais ou menos 10% do eleitorado é analfabeto e 68%, se não me falha a memória, tem apenas o curso primário, metade dos quais apenas sabe ler e escrever. (FHC)

Em (11), a dobra interdiscursiva *se não me falha a memória* marca a posição do sujeito. Posição essa que o desobriga de um possível erro, visto que fala de uma posição informal, descomprometida com a exatidão dos dados. Essa expressão possui a peculiaridade de atenuar o compromisso com a verdade da asserção, o que acarreta, no imaginário, uma modalização epistêmica do dizer.

A dobra interdiscursiva, na verdade, constitui um ponto de fuga dos sentidos, marcando o lugar do equívoco. A posição de sujeito, que administra/organiza a relação com as demais posições de sujeito que participam no acontecimento enunciativo, não coincide com a posição de sujeito que sustenta o predicado exemplificativo, delegando a emergência da dobra interdiscursiva para que se estabilizem os dizeres-e-sentidos.

O efeito de sentido desta dobra interdiscursiva sugere que, fora este ponto do dizer, o sujeito-falante é dono de *seu* dizer e que ele está fora do efeito-literal (há uma marca

de que o dizer-e-sentido pode ser outro, entreabrindo a possibilidade do equívoco), o que a torna um componente da ilusão referencial. Ela funciona como o lugar em que o sujeito resiste ao trabalho da diferença e dos dizeres-e-sentidos-outros. É uma forma de proteção da identidade do sujeito, posto que cria condições para que o sujeito não apareça como responsável pela verdade do dizer.

No imaginário, a dobra interdiscursiva constrói um funcionamento local que faz parecer que o sujeito-falante não sabe ao certo os números exatos e/ou não se lembra, produzindo um efeito imaginário de dúvida. Constitutivamente, ela marca a não-coincidência e denega os dizeres-e-sentidos-outros, que contestam a precisão dos dados, erigidos no gesto de interpretação do sujeito sob o efeito da tomada de posição.

(12) Já se sabe quais são as categorias intelectuais para entendê-las, mas as coisas não mudam. O povo também está cansado disso, está irritado com a promessa de mudança que não se concretiza. Talvez o que falte agora seja uma análise, *como é que eu vou dizer*, mais construtiva da sociedade. Fomos capazes de criticar, e creio que esse tenha sido um papel importante que minha geração prestou e outras gerações também. Fomos capazes de criticar, fomos intelectuais que não nos vendemos, que não nos acomodamos.

(FHC)

A dobra interdiscursiva, em (12), pontua uma não-coincidência entre a posição-sujeito da qual se enuncia e a posição-sujeito que sustenta o dizer-e-sentido, tornando possível enunciá-lo. A emergência da dobra *como é que eu vou dizer* produz, no imaginário, um efeito de busca de denominação. Efeito esse que impele ao dizer informalidade e descompromisso com a exatidão do dizer e atenua a força ilocucionária do dizer.

Por outro lado, a dobra interdiscursiva recalca o dizer-e-sentido próprio ao lugar de inscrição-identificação do sujeito, injungindo-o a um dizer-e-sentido-outro. Com efeito, o dizer-e-sentido intradiscursivo não-coincide com o dizer-e-sentido que constitui o sujeito e com o qual se identifica, uma vez que a dobra interdiscursiva irrompe como

resultado da inacessibilidade do sujeito a ele mesmo. Neste caso, a inacessibilidade do sujeito a ele mesmo é marcada pelo silêncio local. Ou seja, há a interdição do dizer-e-sentido, porque o lugar discursivo de que fala não lhe permite enunciá-lo diretamente, sendo necessário um retorno do sujeito ao seu lugar de inscrição-identificação para (re)formular o dizer-e-sentido. Portanto, podemos dizer que a dobra interdiscursiva marca a não-coincidência ao mesmo tempo em que a homogeneiza na dimensão do imaginário, o que garante ao dizer sua consistência.

(13) Quando estava na USP^a, pensávamos que o ideal era fazer dela uma universidade tipo Heidelberg, onde Kant passeava pelas ruas, para pensar as grandes categorias do pensamento (...) O Florestan^b me influenciou muito, naturalmente. Fui aluno dele e depois seu assistente e a ambição era realmente pensar os grandes temas^c. (...) Éramos educados à la Sorbonne. (...) Isso influenciou muito, é claro. Queríamos nos colocar em nível internacional^d. Quando alguns *pensadores* brasileiros iam para o concreto, nós^e os desclassificávamos. (...) Talvez até houvesse uma razão para isso, mas ele^f (Guerreiro Ramos) apontava um problema real. Ele^g dizia: "não adianta vocês^h ficarem pensando nos louros alemães, que o nosso negócio aqui é negritude". Bem, nesse aspecto eleⁱ tinha razão. Não quero dizer que nós^j não tenhamos feito um esforço nessa direção. Florestan^k fez, todos nós^l fizemos. Digo mesmo que os problemas brasileiros se desenvolveram bastante nessa área, mas transmitimos^m - e não fomos sóⁿ nós - um modelo de intelectual, o chamado grande intelectual, que só pensa os grandes temas. E, realmente, o desafio é outro. É claro que tem de ter as categorias fundamentais, mas não se^o pode simplesmente dar as costas aos problemas do cotidiano. (FHC)

Este recorte de linguagem-e-situação faz parte da crítica que Fernando Henrique estabelece aos chamados *grandes intelectuais*. Na verdade, ele argumenta que os intelectuais podem ser muito úteis à política e ao desenvolvimento do país, desde que estejam 'pinhados' na política.

Em ^a a marcação de tempo passado corresponde ao espaço acadêmico, representado, no dizer de FHC, pela Universidade de São Paulo (USP), ligando o passado do

entrevistado ao espaço acadêmico e o tempo presente com a política. Uma comparação entre estes espaços se estabelece, direcionando o dizer para um lugar discursivo que afirma a pertinência de intelectuais na política. É na política que o intelectual produz.

^b marca a representação de Florestan Fernandes no espaço acadêmico e ^c marca a postura dos intelectuais-acadêmicos, que alheios ao mundo cotidiano, restringem-se a pensar os grandes temas, esquecendo os problemas cotidianos que assolam a sociedade.

^d sugere que essa postura do intelectual-acadêmico é resultado do desejo do reconhecimento internacional, engendrado pela imagem que fazem dos grandes intelectuais. Imagem essa que a dobra interdiscursiva *e não fomos só nós* remete tal representação ao consenso internacional.

^e refere-se ao intelectual-acadêmico. Aquele que critica os intelectuais, aqui representados pelo sintagma “pensadores” - paráfrase de intelectual - que procuram pensar os problemas cotidianos.

^{f,g,i} refere-se a Guerreiros Ramos caracterizado, no dizer de FHC, como um sociólogo preocupado com os problemas do cotidiano. Daí a paráfrase “pensadores”. Do lugar discursivo do qual o sujeito-falante enuncia ser um intelectual preocupado com os problemas do cotidiano significa ser um intelectual-político. Aí encontramos a necessidade discursiva, referente à textualização do político, estabelecendo as ‘*escolhas lexicais*’.

^h refere-se ao intelectual-acadêmico, enquanto ^{j,i} referem-se ao intelectual-político e ^k marca a representação do político para Florestan.

^{m,n} referem-se ao intelectual-acadêmico e marcam a inclusão do sujeito-falante neste conjunto, enquanto ^o marca sua exclusão, estabelecendo uma crítica aos intelectuais-acadêmicos.

A partir da observância das relações parafrásticas empreendidas acima, podemos dizer que a dobra interdiscursiva *e não fomos só nós* produz, no imaginário, o efeito de atenuar o comprometimento do sujeito-falante com seu dizer, visto que delega a outros a responsabilidade pelos intelectuais que se restringem a pensar os grandes problemas.

O pronome *nós* estabelece uma referência interdiscursiva com “brasileiros”, remetendo o modelo de grande intelectual a outras nações.

Na verdade, no dizer de Fernando Henrique o modelo de grande intelectual representa a imagem que o entrevistado faz dos intelectuais da Europa. A dobra, por conseguinte, cria uma diretividade para os dizeres-e-sentidos, convergindo-os para um lugar discursivo que considera que o modelo de grande intelectual não é próprio do Brasil. Esse lugar discursivo sugere que esse modelo de intelectual é um modelo vindo do exterior. Em decorrência, podemos dizer que a dobra interdiscursiva *e não fomos só nós*, além de direcionar os dizeres-e-sentidos, estabelece um espaço para o sujeito-falante se representar como um intelectual diferente. Ele se diz diferente porque não é apenas um intelectual, mas um intelectual-político.

Na dimensão constitutiva, há uma tensão discursiva entre o intradiscurso e o interdiscurso que provoca a emergência da dobra interdiscursiva no acontecimento enunciativo. A dobra interdiscursiva irrompe como uma ressonância denegativa de significação de um efeito do interdiscurso, silenciando um dizer-e-sentido-outro que sustenta uma discursividade que apregoa a existência de outros responsáveis pela transmissão do modelo de *grande intelectual*. Por conseguinte, a dobra interdiscursiva marca a emergência, no tecido discursivo, de dizeres-e-sentidos que parecem ser produzidos em uma situação de enunciação distinta daquela em que o discurso acontece, mostrando-se como um discurso-outro.

Quanto à outra dobra interdiscursiva *não quero dizer que nós não tenhamos feito um esforço nessa direção*, ela emerge para administrar/silenciar dizeres-e-sentidos-outros que contradizem o lugar de inscrição-identificação do sujeito-falante que a própria formulação intradiscursiva reclama. No imaginário, porém, figura como um marcador de atenuação do dizer do entrevistado. Com efeito, o entrevistado diz fazer um esforço para resolver os problemas do cotidiano, tanto que deixou o espaço acadêmico para se colocar no espaço político. Espaço esse que lhe autorizaria pensar os problemas cotidianos e, ao mesmo tempo, procurar formas de resolvê-los.

(14) Mas *essas coisas* são o fermento da política, senão ela corre o risco de virar uma conciliação permanente de interesses. A política tem muito disso, mas tem de ter também algo de quebra de interesses - e *acho que o intelectual quebra mais*. Não por acaso os grandes revolucionários foram intelectuais. (FHC)

Aqui, Fernando Henrique comenta que na política há quebra de interesses, que nem tudo é resolvido na base de conchavos e tramóias políticas. A dobra interdiscursiva e *acho que o intelectual quebra mais* emerge como um comentário do sujeito-falante: há quebra de interesses na política, mas isso é coisa dos intelectuais-políticos e não dos políticos por vocação.

Em uma abordagem funcionalista-pragmaticista da questão, poderíamos dizer que a dobra interdiscursiva em (14) constitui meramente a inserção de uma opinião lateral do sujeito-falante. O sujeito-falante interrompe momentaneamente o fluxo discursivo para fazer um comentário pessoal sobre o assunto. Esse comentário é tido como importante para a informação de base ideacional, posto que sinaliza aquilo que o sujeito-falante tem a intenção de acrescentar ao conhecimento de seu(s) interlocutor(es). A emergência da dobra interdiscursiva e *acho que o intelectual quebra mais* faz parecer que o sujeito-falante insere em seu dizer uma informação nova sobre um determinado consenso de que há quebra de interesses na política. A dobra sugere que tal postura política é típica⁷ aos intelectuais-políticos e não aos políticos por vocação. Esse modo de considerar o fenômeno contradiz nosso lugar teórico de filiação, visto que não teoriza o sujeito, trabalhando no/o imaginário da língua e, por conseguinte, o efeito-sujeito.

Na perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, a dobra interdiscursiva em (14) pontua o lugar discursivo, a posição-sujeito da qual o sujeito-falante enuncia. Considerando a diretividade do dizer, que organiza/administra os dizeres-e-sentidos no acontecimento enunciativo, podemos dizer que, a partir da posição de sujeito "político", é que o sujeito-falante enuncia.

⁷ Típico porque os políticos, segundo a direção da entrevista, quebram mais, o que não significa dizer que o político por vocação seja movido apenas por interesses e tramóias políticas.

Acontece que há uma não-coincidência entre o lugar histórico e ideológico de inscrição-identificação do sujeito e os dizeres-e-sentidos que a formulação intradiscursiva reclama no acontecimento enunciativo. É que a posição-sujeito da qual o sujeito-falante enuncia não se identifica com o sujeito narrado. A emergência da dobra interdiscursiva concorre para a diretividade do dizer, posto que constrói uma argumentação que converge os dizeres-e-sentidos do/no acontecimento enunciativo para um lugar discursivo que apregoa uma condição para o bom político: ser também um intelectual. Sem a dobra interdiscursiva *e acho que o intelectual quebra mais* o dizer intradiscursivo poderia comprometer a diretividade do dizer, uma vez que os dizeres-e-sentidos acabariam por se referir aos políticos por vocação. Daí podermos dizer que a dobra interdiscursiva emerge para administrar/silenciar a contradição que se estabelece pelo viés do construíto deste imaginário de bom político que se produz pelo jogo das representações sociais: intelectual e político.

(15) É que o solo nordestino semi-árido retém pouca água. De uma maneira geral o cristalino está quase à mostra, (...) a água corre rápido demais, lava rapidamente o solo, não é retida. Como a evaporação é fortíssima. Se tem em conta que a evaporação no Nordeste é duas vezes e meia a precipitação, o resultado é que essa água que cai, se não for adequadamente protegida, retida e conservada, inclusive em barragens subterrâneas - coisa que no Nordeste pouco se faz - ela se perde. Portanto, a situação nordestina é mais grave do que pensa qualquer pessoa que chega lá, olha o índice de precipitação e diz que 800 milímetros é um índice bom. (CF)

Celso Furtado comenta em (15) a questão da retenção da água pluviométrica em relação às características do solo nordestino nas regiões da caatinga. Ele acredita que a construção de barragens subterrâneas contribuiriam para melhorar o problema da seca no Nordeste.

A dobra interdiscursiva *coisa que no Nordeste pouco se faz* emerge na direção discursiva que estabelece uma crítica aos dirigentes políticos, pois há tecnologia e conhecimento suficientes para melhorar a situação nordestina, mas nada é feito. Essa

dobra interdiscursiva, por conseguinte, apresenta-se, no imaginário, como um comentário crítico do sujeito-falante sobre a acomodação dos dirigentes políticos em relação aos problemas do Nordeste e suas soluções viáveis.

A presença do termo *inclusive* sugere que, se hoje sabemos até fazer barragens subterrâneas é porque temos tecnologia e conhecimento suficientes para combater a seca no Nordeste e, por conseguinte, combater a fome. Na dobra interdiscursiva, temos o agente da ação indeterminado, sugerindo que não interessa quem esteja no poder, o quadro nordestino tende a manter-se e/ou agravar-se, porque o verbo figura no presente do indicativo, impelindo ao dizer o tempo *presente*, remetendo a crítica à Sudene após Celso Furtado. Se ele estivesse no poder, se não tivessem cassado seu direito de participar da vida pública no país, poderia mudar o quadro nordestino porque ele sabe o que fazer e tem compromisso com a vida pública.

Na verdade, a dobra interdiscursiva *coisa que no Nordeste pouco se faz* emerge como resultado de uma tensão discursiva que a própria formulação dos dizeres-e-sentidos intradiscursivos reclama. Ao intradiscorso subjazem dizeres-e-sentidos que poderiam estabelecer um lugar discursivo que asseveraria ação no Nordeste contra a seca. A emergência da dobra interdiscursiva denega que se façam barragens subterrâneas. Ela emerge para silenciar/administrar dizeres-e-sentidos-outras que aderem ao intradiscorso e que o contestam: *há tecnologia e conhecimento para melhorar a situação nordestina. Então, por que a situação no Nordeste é tão grave?*

A dobra emerge para pontuar que, no *presente* (Sudene após Celso Furtado), pouco ou nada se faz para melhorar a situação nordestina. No *passado* (Sudene na época de Celso Furtado) não era assim. Havia pessoas preocupadas em lutar por melhorias no Nordeste. Sendo assim, se levamos em conta a diretividade do dizer impelida pelo jogo temporal argumentativo passado/presente, podemos argumentar que tal dobra interdiscursiva constitui uma marca deste jogo. Ela marca que a Sudene na época de Celso Furtado foi a única instituição que se preocupou, de verdade, com o Nordeste. A Sudene após Celso Furtado tornou-se um instituição-monstro, filiada à *indústria da*

seca.

(16) Eu peço para não estabelecer nenhuma correlação entre a luta contra os usineiros do Nordeste do tipo que conheci e a luta do Senhor Collor de Mello com seus marajás ou com seus colegas da indústria do açúcar. Ele na verdade é uma pessoa que participa desse meio. Ele se elegeu e é parte do *establishment*, vindo desse mundo. Portanto, a luta dele deve ser vista no quadro de uma confrontação eleitoral - para não se dizer eleitoreira - e não tem nada que ver com os problemas profundos da região. (CF)

Em (16), Celso Furtado comenta a postura do então candidato à Presidência da República Fernando Collor de Mello. Para ele, a luta de Collor contra os “marajás” deve ser vista como uma estratégia de confrontação eleitoral. A dobra interdiscursiva *para não dizer eleitoreira* emerge para administrar/silenciar um dizer-e-sentido-outro que perpassa o intradiscurso e que contesta a legitimidade desta confrontação eleitoral. Não se trata de uma confrontação eleitoral honesta, mas de uma confrontação eleitoreira, de fachada, apenas com o intuito de ganhar votos. Portanto, a luta de Collor de Mello contra os “marajás” deve ser vista como diferente da luta contra os usineiros do Nordeste da qual o sujeito-falante participou. A luta contra os usineiros do Nordeste é uma luta justa, digna, honesta, é uma luta a favor do pobre e desvalido Nordeste, como podemos observar na transcrição do seguinte recorte:

Vim para o Nordeste com minha fantasia organizada e tive a oportunidade extraordinária, dada pelo presidente Kubitschek com a Operação Nordeste, da qual saiu a Sudene. Em seguida, tive o apoio do presidente Jânio Quadros, do presidente João Goulart etc. E depois tive de interromper toda essa obra, e termino esse livro (A fantasia desfeita) dizendo: “E assim, a minha fantasia, que eu havia organizado para lutar pelo nosso Nordeste, desvalido e pobre Nordeste, essa fantasia foi desfeita, foi levada como por uma enxurrada, está tudo perdido.” Assim termina o livro, exatamente quando sou cassado de direitos e sou nada mais nada menos que proibido de trabalhar no Brasil para a coisa pública e, portanto, assim me fecham todas as portas de continuidade de ação no Nordeste. (CF)

No imaginário, a dobra interdiscursiva *para não, se dizer eleitoreira* constitui um comentário crítico do sujeito-falante que pontua o lugar que movimenta as ações contra os “marajás” de Fernando Collor de Mello. Não se trata de uma confrontação eleitoral honesta. Trata-se de um grande jogo imaginário para criar uma certa imagem para o candidato. Por outro lado, podemos dizer que a indeterminação do agente da ação contida na dobra interdiscursiva universaliza os dizeres-e-sentidos, impelindo-lhes um caráter de consenso. No entanto, como a dobra interdiscursiva se constitui como um acréscimo contingente do sujeito-falante, ela o compromete com os dizeres-e-sentidos presentes na memória discursiva ao denegar os dizeres-e-sentidos provenientes de um efeito de interdiscurso.

(17) Eu nem creio que tenham sido os militares propriamente, o estabelecimento militar, quem procurou, por exemplo, cassar os meus direitos e me excluir da vida pública brasileira. Isso é o que eu digo no livro. Foi um militar - aparentemente de acordo com o que chegou ao meu conhecimento - quem agiu, mas não o fez como militar e sim como alguém ligado à oligarquia do açúcar em Pernambuco. (CF)

Em (17), Celso Furtado comenta sobre ligação dos militares e seu processo de cassação. No imaginário, a dobra interdiscursiva *aparentemente de acordo com o que chegou ao meu conhecimento* constitui uma expressão que atenua a asserção da proposição que a contém, produzindo um efeito imaginário de dúvida, uma modalização epistêmica do dizer.

A emergência da dobra interdiscursiva é licenciada pela asserção que a contém. A flexão dos verbos *ir* e *agir* no pretérito perfeito do modo indicativo produz uma força ilocucionária que sustenta uma discursividade que contradiz à discursividade que sustenta o lugar de inscrição-identificação ideológica e histórica do sujeito. Daí que a dobra interdiscursiva emerge para administrar/silenciar dizeres-e-sentidos-outros que poderiam erigir gestos de interpretação contrários à intenção de Celso Furtado.

A intenção de Celso Furtado é fazer crer a seu(s) interlocutor(es) que a Sudene na época dele é extremamente diferente da Sudene após ele, para, dessa forma, dissociá-lo

da chamada *indústria da seca* e apresentá-lo como alguém realmente preocupado com os problemas do Nordeste e do Brasil. A entrevista de Celso Furtado constitui uma espécie de apologia do sujeito-falante a si mesmo e à Sudene da sua época.

(18) Ela (Luíza Erundina) poderia ser mulher e não ter qualidades, mas, pelo que posso observar, é uma pessoa equilibrada, com profundo sentido social e, portanto, alguém que merece admiração de quem tem compromisso com a vida pública, que é o meu caso. (CF)

Neste recorte de linguagem-e-situação, Celso Furtado comenta o fato de São Paulo ter uma prefeita (Luíza Erundina). A dobra interdiscursiva *pelo que posso observar* emerge no discurso com o efeito imaginário de atenuar o compromisso do sujeito-falante com a verdade da asserção, constituindo-se como um recurso de modalização epistêmica do dizer, do qual o sujeito-falante se vale para não arriscar um comentário "falso".

O verbo *ser* conjugado no presente do modo indicativo assevera a asserção e a dobra interdiscursiva atenua a força ilocucionária que a flexão do verbo produz.

Constitutivamente, podemos dizer que a dobra interdiscursiva *pelo que posso observar* emerge para administrar/silenciar uma não-coincidência entre os dizeres-e-sentidos intradiscursivos e os dizeres-e-sentidos que constituem o sujeito. Essa não-coincidência produz uma outra não-coincidência: a do sujeito do discurso com o sujeito narrado na dobra interdiscursiva. Ela administra/silencia as não-coincidências que participam na construção enunciativa dos sentidos sem apagá-las, produzindo um efeito de homogeneidade. É esse efeito imaginário que garante ao dizer-e-sentido sua consistência.

Quanto à dobra interdiscursiva *que é o meu caso*, podemos dizer que ela sustenta os dizeres-e-sentidos pertinentes ao lugar discursivo de inscrição-identificação do sujeito-falante. Ela sinaliza a diretividade do dizer, visto que define o sujeito-falante como alguém compromissado com a vida pública.

Essa dobra interdiscursiva participa na construção da imagem de Celso Furtado. Ele procura fazer crer a seu(s) interlocutor(es) que, como ele é um homem sério, preocupado

com os problemas do Brasil e do Nordeste, com compromisso com a vida pública, a Sudene em sua época era fruto destas qualidades que a Sudene após ele perdeu, passando a fazer parte da *indústria da seca*. Assim, Celso Furtado se desvincula da imagem negativa que norteia a Sudene, pois se a Sudene está como está não é sua culpa. Afinal, ele foi até cassado pelos usineiros de açúcar de Pernambuco, por causa de suas qualidades enquanto homem público e por causa de sua preocupação com o pobre e desvalido Nordeste.

(19) O que me preocupa hoje - a mim que já vivi distintas fases da luta pelo desenvolvimento do Brasil - o que me preocupa hoje é a apatia, o desvio das atenções para o estritamente perfunctório, para o imediato, para o que é conjuntural, para a crise deste momento, como se o Brasil não fosse um processo histórico maravilhoso. (CF)

A emergência da dobra interdiscursiva *a mim que já vivi distintas fases da luta pelo desenvolvimento do Brasil* concorre para o estabelecimento do jogo temporal argumentativo passado/presente. Hoje existe uma apatia em relação aos problemas brasileiros de ordem estrutural. No passado, havia pessoas preocupadas com tais problemas. O sujeito-falante se põe no conjunto das pessoas que, além de estarem preocupadas com os problemas brasileiros, também lutaram para resolvê-los.

Podemos dizer, por conseguinte, que a dobra interdiscursiva textualiza o político, direcionando o dizer para um lugar discursivo que considera a Sudene na época de Celso Furtado e a atuação de Celso Furtado no Nordeste uma luta pelo desenvolvimento do Nordeste e, por conseguinte, do país, visto que o sujeito-falante fez tudo o que estava ao seu alcance para melhorar a situação nordestina. Foi a falta de apoio do governo e a força política dos usineiros do açúcar em Pernambuco que desfizeram a fantasia organizada de Celso Furtado para lutar contra o pobre e desvalido Nordeste.

Com a análise aqui realizada, podemos compreender e constatar a importância do fenômeno das dobras interdiscursivas para o estabelecimento da ilusão de subjetividade. A ilusão de subjetividade corrobora a ilusão de unidade do dizer e do sujeito. Ilusões necessárias para o estabelecimento das relações de sentido. Ou seja, ilusões necessárias para que o sujeito signifique e produza sentidos.

A análise mostra que as dobras interdiscursivas constituem um lugar de evidência da heterogeneidade do discurso, que descortina diferentes posições-sujeito (dispersão do sujeito) funcionando na construção enunciativa dos sentidos. As dobras interdiscursivas fazem parecer que o sujeito controla estratégica e intencionalmente o balanceamento entre o que é o *seu* dizer e o que faz parte dos dizeres-e-sentidos-outros que participam do/no discurso, uma vez que a ressonância interdiscursiva de significação que compõe a dobra interdiscursiva se cose ao discurso como um acréscimo contingente do sujeito-falante.

O imaginário dos processos enunciativo-discursivos, sua capacidade de refletir aspectos da realidade se apresenta sempre na construção de determinadas operações retóricas como condição de produção da unidade imaginária do discurso e dos sentidos. As dobras interdiscursivas constituem operações retóricas que estabelecem a unidade imaginária do discurso e dos sentidos. Aí encontra-se a importância do fenômeno para a construção enunciativa dos sentidos. O imaginário engendra uma relação de verossimilhança que constrói a ilusão de subjetividade e a unidade do discurso. Essa relação transpõe a opacidade constitutiva dos sentidos em transparência imaginária.

No discurso e no sujeito se realizam e se processam as distintas estratégias retóricas. Estas são estabelecidas pelo lugar discursivo de inscrição-identificação histórica e ideológica do sujeito. É o imaginário que constitui a institucionalização dos sentidos. Por outro lado, é a relação com a "realidade" intermediada pelos sentidos a que funda a constituição da subjetividade. A mediação significante entre o sujeito e a *sua*

realidade é eficaz, uma vez que conforma representações derivadas da importância que adquirem os mecanismos da estrutura social na emergência dos processos de sentidos institucionalizados pela ideologia. O retorno às situações institucionalizadas organiza as representações e o retorno às condições sociais exigem do discurso sua constituição imaginária. As evidências subjetivas se explicam historicamente e o mecanismo ideológico (de naturalização do histórico) é compreensível a partir da “percepção direta da realidade”.

O imaginário discursivo constitui uma dimensão da prática social: a produção de discursos específicos, as estruturas rituais de organização das condutas e regulações das atitudes são elementos que atravessam a prática social e ligam aos sujeitos a seus lugares predeterminados na estrutura social. A prática discursiva é produzida por um conjunto de relações de sentido e de força, de mecanismos que funcionam de forma dispersa. No entanto, na sociedade o que funciona em termos de linguagem são os efeitos imaginários. Portanto, na sociedade, os efeitos imaginários das dobras interdiscursivas é que importam. Portanto, o imaginário é um componente inalienável da produção significativa em uma sociedade. A formação imaginária se define a partir das perspectivas dos dizeres-e-sentidos e o efeito de transparência da linguagem resulta do esquecimento que se opera no sujeito-falante: o esquecimento da determinação dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito pelo interdiscurso.

O esquecimento é constitutivo da causa, da condição necessária para o funcionamento dos processos enunciativos. O esquecimento no.1 estabelece a possibilidade da passagem do sujeito-falante por diferentes lugares de significação; e o esquecimento no.2 faz com que o sujeito, ao se colocar socialmente, perceba-se subjetivamente. Em um mesmo acontecimento enunciativo, o sujeito-falante ocupa diferentes posições de sujeito. A relação do sujeito-falante com o que diz é complexa. As posições de sujeito representam as diferentes perspectivas de enunciação. Há marcas lingüísticas - as dobras interdiscursivas as exemplificam - que atestam a inscrição-identificação do sujeito-falante com um determinado lugar discursivo. Esse lugar discursivo é determi-

nado historicamente pela sociedade que o acolhe em sua estrutura. Acontece que os modos pelos quais o sujeito se inscreve no dizer correspondem a diferentes representações que particularizam a enunciação.

Capítulo 4

Dobras interdiscursivas e argumentação: textualização do político

A questão da argumentação está presente nos estudos sobre a linguagem desde a antigüidade grega, mesmo que sob diferentes perspectivas teóricas. Neste capítulo, visamos mostrar que as dobras interdiscursivas do dizer se relacionam com a argumentação.

Buscamos argumentar que as dobras interdiscursivas são lugares de produção de sentidos que irrompem no dizer pelo trabalho do silêncio. Elas trabalham a política do silêncio na textualização do político como *forma de fazer dizer uma coisa para não se (deixar) dizerem outras coisas* (Orlandi, 1995:55). A textualização do político, por conseguinte, é a *direção que se especifica na história pelo mecanismo ideológico da constituição do sentido no acontecimento enunciativo* (Orlandi, 1996b:22).

Com efeito, devemos ater que em nossa sociedade atual é impossível pensar o sujeito sem considerar as relações de poder. A atividade de linguagem movimenta relações de poder. Relações que são essenciais à constituição dos sentidos. É que os indivíduos não nascem na solidão do espaço sideral, mas em uma sociedade preexistente a eles

que os acolhe e os distribui em sua estrutura social, tornando-os sujeitos. Foucault (1995:235) nos diz que a sociedade é *uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos: sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito preso à sua própria identidade pela consciência ou conhecimento de si. A palavra sujeito sugere uma forma de poder que subjuga e assujeita.*

O político é um espaço de relações que necessariamente se constituem enquanto poder, o que não significa reduzi-lo ao exercício do poder na análise da dominação política, mas que nos permite pensá-lo em relação às diferentes posições de sujeito: o político como as possibilidades na relação entre posições de sujeito (Lagazzi-Rodrigues, 1998:33). A autora nos diz, ainda, que, *na perspectiva do pensamento crítico, o lugar do político é a desterritorialização e a heterogeneidade.* Podemos apreender tal consideração sob a observação da ordem do discurso, voltando nosso olhar para a desterritorialização e a heterogeneidade no dizer referentes aos lugares de significação que movimentam o discurso e que constróem uma direção histórica e ideológica para o sentido no acontecimento enunciativo.

4.1 A argumentação sob uma perspectiva discursiva

A enunciação entendida como acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso (Guimarães, 1995a:70) nos permite considerar que os sentidos são constituídos em regiões de significação historicamente construídas, ou seja, nos discursos. Por conseguinte, podemos nos filiar à escola francesa de Análise de Discurso que define discurso como *efeitos de sentidos entre locutores*. Definição que nos possibilita tratar os sentidos como movimentos na rede de significações. Os sentidos não existem por si mesmos, mas se constituem sempre em relação a¹, uma vez que o sentido não é alocado no simbólico

¹ Canguilhem (apud Orlandi, 1998) em notas de sala de aula.

ou em qualquer outro lugar; os sentidos se historicizam em efeitos que movimentam o simbólico em sua inscrição histórica², ou seja, são as filiações ideológicas do sujeito que produzem o imaginário, o lugar interpretativo que atribui sentidos fixos às palavras em um determinado acontecimento enunciativo. Sendo assim, argumentar, a nosso ver, é direcionar o dizer, unificando a interpretação em gestos que traduzem a ilusão de subjetividade e a ilusão de unidade do discurso. É estar no político, é estar na história e é ser ideologicamente determinado por ela, trabalhando discursos-outros.

Estas ilusões são possíveis graças ao trabalho do silêncio. É o silêncio que garante o movimento de sentidos³ dotando o dizer de materialidade histórica. Orlandi (1995:15) diz que a ilusão da transparência da linguagem e o (in)definir-se dos sentidos na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio seu ponto de sustentação. Por isso, distingue entre o silêncio fundador, presente nas palavras, que significa o não-dito e que produz as condições para o dizer significar, e a política do silêncio, subdividida em silêncio constitutivo, aquele que nos indica que para dizer é preciso não-dizer, e o silêncio local, que se refere à censura propriamente dita. Portanto, o silêncio se faz imprescindível à argumentação como diretividade do dizer.

A argumentação, assim concebida, liga-se ao processo histórico em que os lugares de significação são constituídos. O sujeito tem sua posição discursiva já determinada pelas filiações ideológicas, o que nos permite dizer que os argumentos são historicamente determinados e que derivam da relação entre formações discursivas vigentes, tendo um papel importante na projeção imaginária (Orlandi, 1998b), uma vez que a argumentação traz para o dizer a impressão de que o dizer é determinado por intenções subjetivas pertinentes aos sujeitos-falante.

O intradiscurso, por ser uma *dobra* - no sentido de Deleuze/Foucault - do próprio interdiscurso sobre si mesmo, sustém uma subjetividade que lhe é coextensiva. Subje-

²Tanto é assim que Orlandi (1998a) mostra que uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em ~~uma~~ ou outra formação discursiva.

³O silêncio garante o movimento dos sentidos, porque dizemos a partir do silêncio (Orlandi, 1995). O acontecimento enunciativo imprime-se no contínuo significativo do silêncio, historicizando-se.

tividade essa que é engendrada pelo movimento do sujeito por diferentes posições de sujeito no acontecimento enunciativo. Os enunciados remetem a um *ser na linguagem* que lhes dá uma direção histórica e ideológica, a qual estabelece a ilusão de unidade. A diretividade do dizer encerra uma intenção predeterminada pelos lugares de significação que constituem o sujeito do/no discurso; mas, como diz Deleuze (1988:117), *a intencionalidade se faz ainda num espaço euclidiano que a impede de se compreender a si mesma*. Ela deve ser ultrapassada em direção a outro espaço 'topológico', que ponha em contato o interdiscurso e o intradiscurso; uma vez que, se olharmos a intencionalidade sob o ponto de vista euclidiano, recairemos no imaginário da língua. Devemos olhá-la em relação ao interdiscurso e ao intradiscurso, posto que a sua determinação percorre o fio do discurso, a diretividade do dizer.

Consideramos, por conseguinte, a intencionalidade um construto da relação entre os diferentes lugares ideológicos de inunção do sujeito que participam do/no discurso. Acontece que, para o sujeito, ela funciona sob o efeito de tomada de posição, visto que há o esquecimento de sua determinação pelo interdiscurso. Com efeito, a intencionalidade é determinada na zona de esquecimento no.1, uma vez que se caracteriza pela inacessibilidade, para o sujeito, aos processos que a constituem. Daí dizermos que ela se constrói em um espaço euclidiano que a impede de se compreender a si mesma.

Podemos dizer, ainda, que o fato da intencionalidade se constituir em um espaço euclidiano erige uma inacessibilidade do sujeito a ele mesmo decorrente da dimensão histórica da intencionalidade e, por conseguinte, do sujeito. A intencionalidade não acompanha a temporalidade do sujeito, entreabrindo a possibilidade do equívoco, da deriva dos sentidos. Essa temporalidade⁴ denota o movimento do sujeito por diferentes posições de sujeito e, em decorrência, por distintos lugares discursivos no acontecimento

⁴ Aqui, compreendemos temporalidade como a iminência de tempos e lugares discursivos diferentes para o sujeito. Iminência essa que os relativiza, entreabrindo a possibilidade do tempo e do lugar se desconectarem e de se contradizerem. É que o sujeito pode encontrar-se em múltiplos lugares e tempos discursivos, o que o deixa suscetível ao equívoco. Por conseguinte, a temporalidade do sujeito é relativa. Não é fixa e não se refere à situação física, mas a história que o constitui. Por outro lado, a enunciação instaura uma temporalidade imaginária que denota ao dizer uma continuidade.

enunciativo. A intencionalidade, por conseguinte, deve ser considerada em um espaço 'topológico', posto que se constitui na opacidade da orientabilidade do fio do discurso e em relação ao tempo de passagem do sujeito por seus diversos espaços de constituição.

Por outro lado, o saber - enquanto efeito do trabalho dos esquecimentos no.1 e no.2 - é determinado pela forma que assume o enunciável/dizível no acontecimento enunciativo, enquanto o poder é determinado nas relações de forças. O poder aparece no dizer pelo viés da textualização do político. A subjetividade deriva dos lugares de significação por onde passa o sujeito-falante ao dizer. Por conseguinte, as condições de produção do discurso não são evidentes, mas opacas e variam de acordo com a história. Nesta medida, a argumentação refere-se à textualização do político. O político é *o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição* (Orlandi, 1996b:21). A Textualização do político pressupõe uma orientação discursiva do dizer, a qual está vinculada a intenção do sujeito⁵.

Com efeito, podemos dizer que o intradiscurso corresponde a recortes do interdiscurso segundo uma intenção predeterminada por uma posição de sujeito. Acontece, porém, que o sujeito não controla os efeitos de sentido que percorrem o discurso. Sendo assim, há lugares no discurso onde uma tensão discursiva se faz presente, onde uma espécie de atrito entre o dizer intradiscursivo e o interdiscurso movimenta sentidos-outros que não se filiariam aos sentidos que correspondem ao lugar de significação historicamente constituído do sujeito; havendo a necessidade discursiva de silenciá-los e/ou acomodá-los na ordem do discurso. E, quando isso ocorre, temos a emergência de uma dobra interdiscursiva. Dobra essa que corrobora a política de silêncio e que contribui para as ilusões de subjetividade e de unidade do discurso, demandando o esquecimento no.1 e o esquecimento no.2. Orlandi (1998b:2) nos diz que *o esquecimento no.2 produz a impressão da transparência da linguagem ao mesmo tempo em que*

⁵ A intenção é determinada pela ideologia que constitui o indivíduo em sujeito, ou seja, é a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que determina a intenção. Portanto, não se trata de uma intenção subjetiva.



apaga a produção discursiva do referente, elidindo a construção imaginária do efeito de unidade. É justamente nesse aspecto que as dobras interdiscursivas colaboram para a argumentação. Elas mantêm a orientação discursiva por meio da política do silêncio e por meio do efeito de unidade do discurso, o que nos permite afirmar que são, ainda, construtos enunciativo-discursivos que participam, constitutivamente, do processo de argumentação do discurso.

4.2 Análise: dobras interdiscursivas e diretividade do dizer

Os recortes de linguagem-e-situação que analisamos neste capítulo, possibilitam-nos compreender e explicitar a relação entre as posições de sujeito que participam do/no discurso e as dobras interdiscursivas na construção da argumentação.

(20) Agora, o Brasil precisa de gente que construa coisas novas. Vou dar um exemplo: o Estado brasileiro está em péssima situação de governo. Não é o presidente, não é o governador. São as instituições que governam. A previdência, o BNH que acabou, todas as instituições que permitem que a sociedade seja atendida pelo Estado estão deterioradas. Quando se tenta transformar isso num problema intelectual, a intelectualidade não presta atenção, porque não se trata de um grande problema, não é um desafio - *mas para o povo é. É preciso que haja um pensamento mais concretizado, mais objetivo que permita a transformação. A mesma coisa vale para os partidos políticos.* (FHC)

Em (20), a dobra interdiscursiva mostra uma complexidade enunciativo-discursiva: há duas formações discursivas contrárias que se põem no dizer por meio do conectivo *mas*. Uma análise argumentativa da construção enunciativa do sentido do/no recorte *p, mas q* explicado e compreendido por uma instrução, conforme o esquema⁶:

⁶ Este esquema retoma uma análise da semântica argumentativa de Ducrot para seqüências lingüísticas como *P mas Q*. (Orlandi e Guimarães, 1988). Nós, no entanto, deslocamos o esquema para uma abordagem discursiva. Para tanto, valemo-nos da noção de formação discursiva.

$$\left[\begin{array}{ccc} \sim r & & r \\ \uparrow & & \uparrow \\ \underbrace{X} & mas & \underbrace{Y} \\ FD_1 & & FD_2 \end{array} \right] \rightarrow^7 r$$

X sustém/abarca o dizer-e-sentido de p e Y , o dizer-e-sentido de q ; $\sim r$ e r as suas respectivas direções significativas a que levam e que são preenchidas segundo o acontecimento enunciativo. FD_1 e FD_2 são as formações discursivas contrárias que abarcam X e Y respectivamente e que são configuradas no acontecimento enunciativo de modo específico, ou seja, em virtude da passagem do sujeito do discurso por regiões de significação distintas e contrárias.

A análise formal, portanto, leva-nos a considerar que a diretividade do dizer orienta a argumentação para r (os problemas do cotidiano são um desafio). Acontece que o sujeito do discurso diz a partir da posição “político”. É essa posição social que organiza/administra os dizeres-e-sentidos que constituem o discurso. A emergência da dobra interdiscursiva faz parecer que o sujeito se filia ao dizer pertinente à FD_1 , mas de forma a criticá-la. Sendo assim, o funcionamento tradicional do operador argumentativo é alterado pela emergência da dobra interdiscursiva. A emergência da dobra faz parecer que o sujeito-falante se filia à posição “intelectual”, diferenciando-se dela por acreditar que, da posição que ocupa, considera os pequenos problemas da sociedade. Sendo assim, o sujeito (re)significa a posição que participa do/no acontecimento enunciativo, estabelecendo um lugar para o intelectual-político.

A dobra interdiscursiva administra a contradição entre as duas formações discursivas que participam do/no acontecimento enunciativo. Y é um argumento a favor da crítica aos intelectuais que pensam apenas os grandes problemas, mas não funciona como lugar de inscrição/identificação do sujeito, posto que o lugar de inscrição-identificação

⁷ A seta indica em matemática uma implicação. Aqui, a seta significa *argumento a favor de*. X é argumento a favor de $\sim r$ (os problemas do cotidiano não são um desafio) e Y é argumento a favor de r (os problemas do cotidiano são um desafio). O último argumento é mais forte que o primeiro. Assim, o dizer orienta-se argumentativamente para r .

do sujeito refere-se ao "político".

Em suma, a dobra traz para o discurso uma crítica aos intelectuais que pensam apenas os grandes problemas sociais, estabelecida por meio do operador argumentativo⁸. Ela funciona como argumento para o sujeito do discurso dizer que os intelectuais devem pensar também os problemas cotidianos, direcionando o dizer intradiscursivo para uma posição intelectual que pensa os problemas do cotidiano e, ademais, que os valoriza, pois se para o povo (a maioria) são problemas grandes, para o intelectual (a minoria) também devem sê-lo.

Essa posição intelectual que pensa os problemas do cotidiano refere-se ao intelectual na política. O intelectual na política pode e deve pensar os problemas do cotidiano. Sendo assim, podemos dizer que a dobra interdiscursiva trabalha as diferentes representações sociais que norteiam a pessoa de Fernando Henrique como textualização do político: a convergência dos dizeres-e-sentidos para um lugar discursivo que considera pertinente para o desenvolvimento e bem-estar do Brasil ter um intelectual-político no governo.

⁸Gostaria de tecer alguns comentários sobre essa posição crítica de FHC. Em outro recorte de linguagem-e-situação desta mesma entrevista, temos: *Quando eu estava na USP, pensávamos que o ideal era fazer dela uma universidade tipo Heidelberg, onde Kant passeava pelas ruas, para pensar as grandes categorias do pensamento.(...) Éramos educado à la Sorbonne, mas em compensação queríamos ter um pensamento mais rigoroso. Hegel e Kant e não sei mais o quê. Bem, isso influenciou muito, é claro. Queríamos nos colocar em nível internacional. Quando alguns pensadores iam para o concreto, nós os desclassificávamos. Guerreiros Ramos, que é um sociólogo que vocês conhecem, queria fazer uma sociologia meio tropical, e isso para nós era uma coisa meio aberrante (FHC).*

Primeiro, queda-nos a interrogação quem é *povo* para FHC? Certamente, não se refere à massa de desvalidos e de trabalhadores assalariados, mas a uma facção específica da sociedade. Facção que delega algum poder e que reclama seus direitos/interesses.

Segundo, a não especificação de *povo* produz sentidos que convergem a crítica estabelecida para uma questão social mais ampla, ou seja, que fazem parecer que o sujeito participa das formações discursivas que sustentam os dizeres-e-sentidos pertinentes aos interesses e/ou direitos da população brasileira em geral. Neste momento, parece-nos que o sujeito entrevistado responde a questão segundo a imagem que faz de seu(s) provável(is) interlocutor(es), circunscrevendo o dizer-e-sentido que movimenta ao seu lugar de inscrição-identificação histórica e ideológica.

Por outro lado, há uma referência à representação do intelectual-político, uma vez que a construção enunciativa dos sentidos produz um lugar discursivo para se dizer que o intelectual na política considera os problemas do cotidiano enquanto o intelectual institucionalizado pensa apenas os grandes problemas, criando um argumento que pode ser parafraseado por *eu também era um intelectual que pensava apenas os grandes problemas, mas eu mudei ao entrar para a política. A política faz o intelectual considerar os problemas do cotidiano.*

(21) Porque é a melhor maneira de ter prestígio, porque cada um encontra naquele vácuo do discurso seu próprio discurso, projeta no nada a sua imagem. Será que não está acontecendo isso com Fernando Collor de Mello? Será que as pessoas não estão projetando nele o que ele não diz que é? É a mesma coisa: quanto mais vazio - vazio não é a pessoa, é o discurso que ela usa - mais chance tem de satisfazer, e eu não gosto disso. (FHC)

Em (21), Fernando Henrique Cardoso responde uma questão sobre a indefinição dos políticos brasileiros. Trata-se do *jeitinho brasileiro*. A indefinição dos políticos cria um espaço para resolver sempre as situações comprometedoras. A partir dessa discursividade presente na memória discursiva, as relações de sentido estabelecidas mostram que a indefinição dos políticos por vocação é uma estratégia política para conseguir se safar dos eventuais problemas.

A dobra interdiscursiva *vazio não é a pessoa, é o discurso que ela usa* administra um efeito de interdiscurso, silenciando a não-coincidência de dizeres-e-sentidos. A dobra interdiscursiva fixa um sentido *x* para o dizer e, por conseguinte, mantém a diretividade e a consistência discursiva, visto que, ao estabelecer que o discurso dos políticos é que é vazio, estabelece um espaço para criticar o político por vocação e para colocar-se como um político diferenciado, uma vez que ele não se considera um político por vocação, mas um intelectual-político. Aquele que tem vontade política, que não embroma, que pensa os problemas do cotidiano, etc. Ou seja, aquele que tem condições de melhorar o país.

Essa dobra interdiscursiva emerge não só para desfazer uma possível ambigüidade dos sentidos do/no dizer, mas também para sinalizar a diretividade do dizer, apresentando-se, na dimensão do imaginário como uma operação retórica.

A dobra interdiscursiva *e eu não gosto disso* é licenciada por uma outra não-coincidência de dizeres-e-sentidos. A própria formulação intradiscursiva sugere que é bom para o político ser indefinido. Sem a emergência dessa dobra interdiscursiva, esse dizer-e-sentido denegaria a discursividade pertinente ao lugar de inscrição-identificação.

Por conseguinte, a dobra interdiscursiva emerge para garantir a diretividade do dizer. No imaginário, ela guarda uma opinião do sujeito-falante. Opinião essa que lhe outorga um lugar de político diferenciado. Por conseguinte, podemos dizer que a emergência desta dobra interdiscursiva trabalha a diretividade e a consistência do dizer. Ao mesmo tempo, a dobra interdiscursiva *e eu não gosto disso* pontua uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o sujeito narrado na dobra, uma vez que o sujeito do discurso está relacionado à representação social do “político”.

(22) Acho que a construção da democracia não passa só pelos políticos, passa também pela universidade. É o que dissemos há pouco: faltam idéias, faltam críticas, faltam pensamentos construtivos e isso não vem dos políticos, tem que vir da universidade. Não adianta ela se omitir, cruzar os braços, dizer que não tem verba. Não tem verba, mas tem cabeça, tem que usar a cabeça que tem, mesmo sem verba. Não estou defendendo a falta de verba. Estou dizendo que isso não justifica, que a universidade também tem que se sentir responsável. Aqui, não: todo mundo tira o corpo e atira a pedra no outro. A mídia diz que são os políticos, então eu posso dizer que é a mídia, que somos nós todos, que é um problema realmente nacional. (FHC)

Em (22), Fernando Henrique fala sobre a responsabilidade pela construção da democracia. Ele considera que a democracia deve ser tratada pelos políticos e pela universidade. Sendo a universidade o lugar comum à intelectualidade e considerando que ele considera que a intelectualidade não deve se omitir na sua responsabilidade, podemos argumentar que a diretividade do dizer joga com a intenção predeterminada pelo lugar de inscrição-identificação do sujeito, construindo no imaginário de *seu* discurso uma imagem para o bom político. Imagem essa que é representada pelo intelectual-político. Por conseguinte, podemos parafrasear a *intelectualidade não deve se omitir* por *o intelectual deve estar na política, porque estar na política é não se omitir*.

A dobra interdiscursiva administra/silencia o efeito do interdiscurso, mostrando a deposição de uma pluralidade de sentidos. No entanto, a dobra ocorre como uma

forma de bloquear os efeitos de sentido que tal deposição pode acarretar ao dizer. Esse funcionamento discursivo da dobra trabalha com o silêncio constitutivo, surtindo um efeito de visibilidade do interdiscurso e produzindo uma orientação discursiva, que nega os dizeres-e-sentidos-outros que se constróem na própria formulação do dizer, ou seja, os dizeres-e-sentidos-outros que advêm da rede de filiações que sustém o sentido "desejado" pelo sujeito discursivo.

O sujeito discursivo, ao negar que não está defendendo a falta de verba, afirma o efeito do interdiscurso que reclama dizeres-e-sentidos que defende a falta de verba para a universidade. Por conseguinte, Fernando Henrique, ao dizer que não defende a falta de verba, di-lo a partir de um gesto de interpretação erigido pelo efeito de tomada de posição. Ou seja, ele interpreta *seu* próprio dizer. Dizer esse que pode ser parafraseado por: *a universidade não tem verba e nem precisa ter, ela tem cabeças pensantes e isso lhe basta para que participe da construção da democracia . Portanto, não adianta se omitir.*

A denegação do efeito do interdiscurso pode mascarar os dizeres-e-sentidos-outros que aderem ao dizer intradiscursivo, possibilitando a verbalização de posições contrárias, uma vez que a formulação negativa dos dizeres-e-sentidos-outros torna possível expressá-los sem admiti-los. A denegação interdiscursiva ocorre porque a mobilização de dizeres-e-sentidos-outros provenientes de outras formações discursivas estabelece com o intradiscurso uma relação antagônica ideologicamente determinada.

Por outro lado, podemos dizer que há uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o sujeito narrado na dobra interdiscursiva. Não-coincidência que é homogeneizada no imaginário pelo efeito de retificação do próprio dizer. É como se o sujeito-falante voltasse sobre o *seu* próprio dizer e o reformulasse para não sobrarem dúvidas ao(s) seu(s) interlocutor(es) quanto ao conteúdo informacional que intenciona veicular.

(23) O socialismo ganhou no Japão; mas o que é que vai significar socialismo no Japão? Não tem nada que ver com o que se imaginava que fosse o socialismo no século passado. Eles ganharam porque há corrupção no Japão. Eles ganharam por causa dos

escândalos do Japão, não por causa das idéias socialistas em si. Foi um voto de protesto. E os socialistas espanhóis? Tenho muita admiração pelo que aconteceu na Espanha, mas lá existe claramente uma separação entre uma economia que é capitalista e a distribuição dos recursos gerados por essa economia, que eles querem que seja mais social - mas eles não mexem na propriedade privada. A Suécia fez a mesma coisa e deu certo, quer dizer⁹, a iniciativa privada é plena, mas o imposto toma tudo e a distribuição de renda é mais efetiva (FHC)

Em (23), a dobra interdiscursiva silencia o argumento que sustém um dizer favorável à distribuição mais justa da renda, descortinando a idéia de que se pode ter uma economia mais social com propriedade privada. A dobra interdiscursiva mostra uma complexidade enunciativa: há duas formações discursivas contrárias que se põem no discurso por meio do conectivo *mas*. O operador argumentativo deveria levar o sujeito a filiar-se ao dizer pertinente à FD_2 , conforme o esquema:

$$\left[\begin{array}{ccc} r & & \sim r \\ \uparrow & & \uparrow \\ \underbrace{X} & mas & \underbrace{Y} \\ FD_1 & & FD_2 \end{array} \right] \rightarrow \sim r$$

X é um argumento a favor de uma economia mais social com propriedade privada e Y é um argumento a favor de uma economia mais social sem propriedade privada. r e $\sim r$ as suas respectivas direções significativas a que levam e que são preenchidas segundo

⁹ Esta dobra interdiscursiva sustém uma relação de equivalência entre dizeres-e-sentidos, produzindo um espaço de indefinição, já que os dizeres-e-sentidos não apresentam uma ressonância de significação, o que há é um efeito de apagamento da formulação, do recalque de um dizer-e-sentido por outro dizer-e-sentido. Apagamento esse que produz uma ilusão de que os dizeres-e-sentidos são meramente casos de sinonímia ou definição/explicação em um mesmo dizer-e-sentido (Zoppi-Fontana, 1991:52). A dobra emerge devido a uma tensão discursiva que se cria quando se sobrepõe dizeres-e-sentidos provenientes de lugares discursivos distintos, fazendo-se necessário descortinar o limiar entre ambos, mas com a ilusão de estar reformulando o mesmo e único dizer-e-sentido, posto que um dos funcionamentos prototípicos das dobras interdiscursivas é justamente o de manter a ilusão de subjetividade, constituindo o sujeito como ego-imaginário conforme a teoria do esquecimento de Pêcheux, para, em decorrência de tal ilusão, engendrar a ilusão de unidade do discurso.

o acontecimento enunciativo. FD_1 e FD_2 são as formações discursivas contrárias que abarcam X e Y respectivamente e que são configuradas no acontecimento enunciativo de modo específico, ou seja, em virtude da passagem do sujeito do discurso por regiões de significação distintas e contrárias.

A análise formal nos permite considerar que a diretividade do dizer orienta a argumentação para $\sim r$, isto é, para um dizer-e-sentido favorável à distribuição mais social da renda sem propriedade privada¹⁰. No entanto, o sujeito do discurso filia-se ao ponto de vista proveniente da FD_1 . É o funcionamento da dobra interdiscursiva que desloca a posição do sujeito da FD_2 , que abarca um dizer favorável à distribuição justa de renda sem propriedade privada, para se filiar à FD_1 que sustém um dizer favorável à distribuição justa da renda com propriedade privada. A formulação do dizer intradiscursivo remete o sujeito a dois efeitos possíveis e distintos: um que sustenta uma crítica ao sistema econômico que quer ser mais social, mas que mantém a propriedade privada (FD_2), e outro que denota uma justificativa para se manter a propriedade privada (FD_1). A relação da dobra interdiscursiva com o operador argumentativo *mas* funciona como um intensificador do distanciamento entre os dois dizeres-e-sentidos e, por conseguinte, do distanciamento do sujeito do discurso em relação a FD_2 . Portanto, a posição de sujeito que participa do acontecimento enunciativo é contrária ao dizer favorável à distribuição justa de renda sem propriedade privada.

A dobra interdiscursiva, em (23), irrompe como um argumento contrário a uma distribuição mais justa da renda sem propriedade privada. Esse efeito argumentativo é alcançado pela relação do operador argumentativo *mas* com o funcionamento denegativo da dobra interdiscursiva. A formulação da dobra direciona o dizer para um lugar discursivo que considera viável uma distribuição mais social dos recursos sem a necessidade de reforma na propriedade privada. A diretividade discursiva impelida pela dobra, tem seu efeito de sentido sustentado pelo predicado exemplificativo que a

¹⁰Notemos que se permanecêssemos apenas na análise formal, teríamos dizeres-e-sentidos que nos remeteriam a uma crítica ao sistema que quer ter uma distribuição mais social dos recursos mas que não realizam uma reforma na propriedade privada.

contém e que pode ser parafraseado por *a Espanha tem uma distribuição mais social dos recursos gerados pela economia capitalista sem mexer na propriedade privada.*

(24) E por outro lado, na União Soviética - também estive lá no ano passado - é uma coisa fantástica o grau de programas que existem. Eles não sabem o que vão fazer no dia seguinte, só sabem que o sistema que foi montado lá não funciona do ponto de vista de oferecer o que a população deseja, e não têm um modelo para refazer. (FHC)

(25) Na Europa, onde eu vivi muitos anos, é a mesma coisa: que tipo de inserção, como enfrentar a economia japonesa, como, digamos assim¹¹, se relacionar com os países de Terceiro Mundo, etc.(CF).

Em (24) e (25), as dobras interdiscursivas irrompem como argumentos de credibilidade à formulação, funcionando como uma autorização ao dizer intradiscursivo, o que surte um efeito de testemunho. Assim, as dobras interdiscursivas licenciam o dizer intradiscursivo, porque atribuem ao sujeito conhecimento sobre o que afirma, ao silenciar o efeito de sentido proveniente do interdiscurso que perpassa o discurso: *com que autoridade e/ou conhecimento afirma tais coisas?*

O efeito de testemunho é produzido pela presentificação do sujeito, que as dobras interdiscursivas impelem, aos fatos. As dobras interdiscursivas, em (24) e (25), administram uma não-coincidência do sujeito do discurso com o 'eu' presente nas dobras. Acontece, porém, que as dobras interdiscursivas, ao mesmo tempo que administram essa não-coincidência, produzindo um efeito de homogeneidade, colaboram para a ilusão de subjetividade, sem, contudo, desfazer a não-coincidência. Não-coincidência essa que

¹¹Sobre esta dobra interdiscursiva, podemos dizer que alguns funcionamentos discursivos se tornam prototípicos no discurso. A dobra emerge como resultado de uma inacessibilidade do sujeito a ele mesmo. A posição discursiva que o movimenta no acontecimento enunciativo não lhe outorga a formulação do dizer, sendo necessário subdizê-lo, o que surte um efeito de atenuação. A dobra é licenciada por uma necessidade discursiva. Tanto é assim que a dobra interdiscursiva 'digamos assim' não pode figurar em qualquer ponto do dizer, mas somente naqueles em que há uma tensão discursiva. Neste caso, por exemplo, a dobra parece emergir, porque do lugar discursivo que se fala, não se pode dizer que a Europa subjuga os países de Terceiro Mundo, sendo necessário, por conseguinte, buscar outras formas de dizer. Daí a inacessibilidade do sujeito a ele mesmo.

é apreendida na observação dos processos enunciativos e dos mecanismos do funcionamento do discurso pelo dispositivo de análise.

Em (24), o termo *também* contido na dobra interdiscursiva traz para o dizer de Fernando Henrique a afirmação de que esteve em outros lugares. Como ele está falando da Espanha, Inglaterra, Polônia, da União Soviética, da China, do Japão, o termo *também* sugere que o sujeito-falante esteve nos demais países a que se refere, o que produz um efeito de conhecimento e/ou autoridade sobre o que diz sobre os demais países. Ou seja, expande o efeito de presentificação aos dizeres-e-sentidos referentes a todos estes países. Ademais, como Fernando Henrique está comparando a situação destes países, podemos dizer que o termo *também* traz para o dizer uma força argumentativa comparativa. Em relação à expressão *ano passado*, podemos dizer que denota um curto espaço de tempo, uma vez que a entrevista foi concedida no ano seguinte a sua viagem. Isso cria um imaginário de conhecimento da situação atual dos países visitados.

Em (25), a dobra interdiscursiva é uma oração relativa com onde. Ela figura, no imaginário, como uma explicação para o dizer, estabelecendo uma relação de causa-consequência. Porque ele morou lá muitos anos, sabe o que está dizendo.

De modo geral, podemos dizer que a marcação da relação tempo/espaço que figura nestas duas dobras interdiscursivas produzem um efeito de presentificação do fato narrado. Essa presentificação assume um papel argumentativo, posto que traz para o dizer autoridade e/ou conhecimento para o sujeito-falante enunciá-lo. É como se o sujeito-falante argumentasse que sabe e conhece o que diz porque testemunhou o fato narrado. Portanto, a relação entre o efeito de presentificação e a argumentação se estabelece na criação de um imaginário de conhecimento e/ou saber para o sujeito-falante referente ao *seu* dizer.

(26) O objetivo original da Sudene foi chegarmos em pouco tempo a ter especialistas em tudo isso. Especialistas não só do Brasil, porque como a Sudene se transformou num projeto de prestígio mundial. Basta ver como está explicado no livro que o próprio Presidente Kennedy me convidou, Eu estive com ele nos Estados

Unidos. Esse prestígio fez com que muitos outros países quisessem nos ajudar. Assim, eu tinha lá técnicos de Israel, França, Japão, de uma dezena de países, quase uma centena de técnicos de alto nível, pagos pelas Nações Unidas, pagos pelos governos.(CF).

Em (26), a emergência da dobra interdiscursiva traz para a formulação do dizer de Celso Furtado um argumento de credibilidade, o qual explica o prestígio da Sudene a partir de um predicado exemplificativo.

Podemos dividir a dobra interdiscursiva, em (26), em dois grupos tonais: O primeiro *Basta ver como está explicado no livro que o próprio Presidente Kennedy me convidou* apresenta como sílaba tônica saliente a última sílaba da palavra *convidou*. Ela é a sílaba que ocorre com maior mudança de nível melódico. Ou seja, ela marca o foco do dizer-e-sentido pelo seu tom mais alto. Com efeito, estrutura a argumentação para um lugar que denega a discursividade presente na memória discursiva e que apregoa a ligação da Sudene com a *indústria da seca*. A marcação enfática se traduz pela necessidade discursiva, referente à textualização do político, de administrar/silenciar os dizeres-e-sentidos provenientes do interdiscurso que contestam o prestígio, os objetivos e as atuações da Sudene e, por conseguinte, de Celso Furtado, uma vez que ele é o idealizador e primeiro diretor da Sudene. É essa mesma discursividade que produz o jogo temporal argumentativo que se estabelece no dizer do sujeito-falante.

O segundo grupo tonal caracteriza-se por tons entonacionais mais baixos. Sua sílaba tônica saliente localiza-se no pronome *ele*. Ambos os grupos tonais são marcados por elementos lingüísticos que remetem o fato narrado ao passado. Passado esse que pode ser parafraseado pela expressão *a Sudene da época de Celso Furtado*.

A dobra interdiscursiva, em (26), emerge para administrar/silenciar os dizeres-e-sentidos-outros que contestam o prestígio da Sudene. É que a memória discursiva abarca dizeres-e-sentidos que contestam o prestígio da Sudene. Vários discursos trazem um caráter de instituição-monstro, de instituição demagógica que trabalha em prol da *indústria da seca* no Nordeste e que funciona como cabide de emprego ao 'curral eleitoral' dos políticos nordestinos. Acontece que a discursividade de desprestígio já é

predominante, tanto que o tom alto do primeiro grupo tonal da dobra interdiscursiva confere jocosidade ao dizer. Na verdade, os lugares discursivos que constituem o sujeito no acontecimento enunciativo abarcam um dizer favorável à Sudene da época de Celso Furtado. Daí o discurso defensor¹².

(27) Cabe ao Banco Mundial exercer um certo direito de observação, de crítica em assuntos colaterais relacionados a seus empréstimos. É a pressão dos grandes movimentos de opinião no exterior - tenho visto o Brasil no exterior ser apresentado como um país irresponsável pela destruição que está fazendo na Amazônia - que está na base de tudo isso.(CF).

Em (27), Celso Furtado argumenta a favor do direito de observação do Banco Mundial em relação aos seus empréstimos ao Brasil. Para tanto, ele busca na imagem que fazem do Brasil no exterior uma justificativa para a necessidade da observação.

A dobra interdiscursiva emerge para administrar/silenciar um dizer-e-sentido que contesta o envolvimento dos movimentos de opinião internacionais na questão do direito do Banco Mundial exercer um controle ou não de seus empréstimos ao governo brasileiro. Ela funciona, ainda, como um predicado exemplificativo que corrobora a diretividade do dizer e, por conseguinte, a argumentação, posto que concorre para a aceitação por parte do(s) interlocutor(es) do dizer intradiscursivo. Ao discurso subjaz uma discursividade favorável a que o Banco Mundial controle os efeitos colaterais de seus empréstimos (*leia-se uso indevido dos empréstimos*).

Por outro lado, há uma sobreposição entre o eu contido na dobra e o sujeito do discurso. Ao mesmo tempo que essa sobreposição produz um efeito de homogeneidade dos dizeres-e-sentidos que participam do/no acontecimento enunciativo, ela produz uma simulação-presentificação. O poder de *pôr em cena* o deslocamento do presente

¹² Neste recorte de linguagem-e-situação, a dobra interdiscursiva estabelece uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o "eu" contido na dobra. Não-coincidência que é apreendida pelo dispositivo de análise, uma vez que este considera as condições de produção do discurso e sua materialidade simbólica. Quem fala é o político Celso Furtado e quem foi aos Estados Unidos foi o diretor da Sudene. Posições que, no imaginário, sobrepoem-se, homogeneizando o dizer-e-sentido que se estabelece.

ao passado, acoplado ao deslocamento de um sujeito a outros sujeitos constitui uma forma de identificação do sujeito do discurso *ε* com o *sujeito* de sua narração (Pêcheux, 1975:168). Esse efeito imaginário de identificação do sujeito do discurso com o sujeito narrado é que permite estabelecer estas relações entre os dizeres-e-sentidos pertinentes a cada posição já ocupada pelo sujeito-falante. Portanto, essa sobreposição imaginária é necessária e constitutiva dos dizeres-e-sentidos que compõem o discurso.

(28) O quadro nordestino é tão grave quanto o de minha época. Eu diria até pior, porque nesse período (...) o Nordeste conheceu um período de crescimento econômico que se limitou a criar, a montar uma grande fachada de modernização. Fachada que beneficia uma minoria nordestina. Não digo que essa minoria não mereça atenção. Mas o verdadeiro objetivo do desenvolvimento é resolver o problema da miséria, da pobreza, é atender às necessidades fundamentais do homem: alimentação, habitação, vestimenta, etc. Isso não foi feito.(CF).

O dizer intradiscursivo de Celso Furtado sustém uma crítica ao desenvolvimento do Nordeste que beneficia apenas uma minoria de nordestinos. Essa crítica faz ressoar um dizer-e-sentido-outro que transpõe o limiar intradiscursivo e que, por conseguinte, precisa ser silenciado para que a diretividade do dizer não extrapole o que pode e/ou deve ser dito a partir da formação discursiva de referência. A dobra interdiscursiva surge para pontuar o lugar discursivo que constitui o indivíduo em sujeito no acontecimento enunciativo. Não se trata de uma posição contrária ao fato do desenvolvimento do Nordeste beneficiar uma minoria predatória. Deste lugar considera-se que o desenvolvimento deve conciliar tal benefício com a solução da pobreza que assola a grande maioria dos nordestinos.

A dobra administra/silencia o dizer-e-sentido-outro que adere à formulação do dizer e que provém de um outro lugar de significação e que pode intervir na diretividade do dizer e, por conseguinte, na argumentação. No entanto, o que nos chama a atenção é que é justamente a emergência da dobra interdiscursiva que nos permite entrever os dizeres-e-sentidos-outros no discurso. Daí dizermos que a posição de sujeito que participa no

discurso não é contrária ao desenvolvimento beneficiar a *minoría*. Pelo contrário, essa posição de sujeito defende tal benefício. Ademais, podemos dizer que a *minoría de nordestinos* está presente na memória discursiva, tanto do sujeito-falante, tanto na de seu(s) interlocutor(es), posto que aparece como um já-dito não necessitando, portanto, ser especificada.

*

Na análise aqui realizada, tentamos mostrar o jogo argumentativo que perpassa a emergência de uma dobra interdiscursiva do/no discurso. Relacionamos tal jogo à diretividade do dizer. A ilusão de transparência da linguagem e o movimento da política do silêncio descortinam a importância do silêncio e do interdiscurso no processo de significação. O silêncio e o interdiscurso, além de serem a pedra angular da produção dos sentidos, dos mecanismos do funcionamento discursivo, colaboram para a diretividade do dizer quando em junção com as dobras interdiscursivas. São as dobras interdiscursivas que mantêm a diretividade discursiva nos pontos de não-coincidência entre o dizer intradiscursivo e o efeito do interdiscurso, entre diferentes formações discursivas e/ou entre diferentes posições de sujeito, construindo um efeito de sustentação para o dizer. Daí sua importância para a argumentação e para a textualização do político.

Quanto ao efeito de presentificação, podemos dizer que ele tem o poder de pôr em cena o sujeito-falante, seja como espectador, seja como ator dos acontecimentos. Ele produz o efeito de participar/assistir à cena. Em relação à argumentação, a presentificação produz um efeito de testemunho. Ela joga com o espaço e o tempo do acontecimento, deslocando o sujeito a outros sujeitos e o presente ao passado, o que constitui a identificação. Essa identificação do sujeito com sujeitos-outros é que permite mascarar as condições de produção do discurso e a referência a sua origem: a forma-sujeito. A partir do momento em que “o ponto de vista cria o dizer-e-sentido”, ele aparece como maneiras de falar que põem em dúvida, ao se multiplicarem os sujeitos e os mundos possíveis, a existência independente do real como exterior ao sujeito.

A polissemia é a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. Na polissemia o que há é a composição (com + posição) de sentidos. É o interdiscurso que sustenta esta composição, visto que ele é, por princípio, polissêmico (Orlandi, 1993:160). Portanto, podemos dizer que as dobras interdiscursivas surgem como um administrador da polissemia, onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos pertinentes à formação discursiva que sustém o dizer intradiscursivo do/no acontecimento enunciativo.

A dobra interdiscursiva marca que o interdiscurso afronta a unidade do dizer e a domesticação dos sentidos, procurando fixar um sentido *x* para o dizer. É um jogo discursivo que movimenta a política do silêncio na textualização do político. A dobra interdiscursiva funciona como um aparato de orientação do fio discursivo, silenciando e/ou acomodando dizeres-e-sentidos-outros que se põem no dizer e que podem deslocar os efeitos de sentido para outros lugares de significação. Paradoxalmente, ao silenciar/administrar um dizer-e-sentido-outro, a dobra interdiscursiva mostra-o, expondo o sujeito relativamente aos lugares de significação que o constitui e entreabrindo a possibilidade de gestos de interpretação distintos.

Capítulo 5

As relativas... aqui!?

Determinar é retirar uma confusão de significação
(Chevalier, La notion de complément chez les gramairiens)

5.1 As relativas no discurso da gramática

Para um melhor entendimento e um desenvolvimento mais detalhado do raciocínio que propomos aqui, julgamos necessário trazer as considerações da gramática normativa sobre as orações relativas (e sobre as orações parentéticas ou intercaladas) para os limites de nossa dissertação.

A gramática, assim como a NGB¹, distingue entre as orações relativas restritivas e as orações relativas explicativas. As primeiras *limitam, precisam e restringem a significação do substantivo (ou pronome) antecedente, tornando-se, por isso, indispensável ao sentido da frase*. As segundas *acrescentam qualidade acessória ao antecedente, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto, mas não são indispensáveis ao sentido essencial da frase* (Cunha, 1992:561).

Depreendemos do exposto que as orações tidas como relativas explicativas apresentam o mesmo caráter contingente que os gramáticos conferem às orações parentéticas

¹Cf. Barbosa (1962), Bechara (1978), Cunha (1992), Rocha Lima (1992), etc.

ou intercaladas². Bechara (1978:224) se refere a tais orações *como simples elementos adicionais de esclarecimento que não vêm em geral introduzidos por conjunção (as que aparecem possuem mero valor estilístico intensivo)*.

A distinção das relativas nas gramáticas normativas aparece como uma distinção meramente classificatória. No entanto, de certa forma, podemos dizer que os gramáticos intuíram a diferença, mas seguem as considerações das gramáticas clássicas.

Conforme Henry (1990), nas gramáticas clássicas, o que distingue as orações relativas restritivas das orações relativas explicativas é a presença de duas concepções antagônicas de determinação. A saber, a determinação pela identificação prática do objeto do discurso em dependência de correlação entre as unidades na cadeia discursiva (relativa restritiva) e a determinação prática independente da correlação entre as unidades na cadeia discursiva (relativa explicativa). Na base do problema da distinção entre as relativas restritivas e as explicativas nas gramáticas clássicas subjaz a questão da relação entre pensamento e discurso. Relação essa que fundamenta as concepções clássicas de determinação.

Na Gramática de Port-Royal, as relativas restritivas são descritas como orações que identificam o antecedente que está em questão no discurso, posto que, na medida que o substantivo ou equivalente não pode por si só designar um ser específico da ordem das coisas ou do pensamento, a relativa restritiva é que determina o substantivo ou equivalente, particularizando a designação (referência). Assim sendo, é porque os determinantes não são suficientemente determinados para as necessidades da identificação prática que é preciso outra forma de determinação (a relativa restritiva) para os especificar. Sendo assim, a relativa funciona como determinante e o antecedente é determinado pela relativa que particulariza a designação. Nesta medida, é a ordem das

²Na gramáticas, tais orações são vistas como meros comentários de um sujeito-falante. O caráter contingente das orações intercaladas e das orações relativas explicativas preconiza a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso, posto que são mecanismos do funcionamento discursivo que empenham tais construções. Elas podem ser descritas como dobras interdiscursivas, visto que apresentam os mesmos funcionamentos enunciativo-discursivos e os mesmos aspectos prosódicos que precisam e delimitam as dobras interdiscursivas.

coisas ou do pensamento que explica a ordem do discurso e o fundamento da relação determinante-determinado (Op. cit.:44).

Já as relativas explicativas são descritas como orações que enunciam uma particularidade do que está em questão no discurso. Particularidade que não intervém na identificação prática (referência), uma vez que se supõe que o substantivo antecedente ou equivalente tenha determinado suficientemente o ser da ordem das coisas ou do pensamento (referente). A referência é assegurada independentemente da relativa explicativa. Sendo assim, a ordem do discurso pode ser concebida independentemente da ordem das coisas ou do pensamento, porque as necessidades da identificação foram asseguradas alhures. Neste caso, a relativa é determinada pelo antecedente - o determinante - que especifica a designação da relativa. O determinante se correlaciona ao determinado na ordem do discurso e não mais na ordem das coisas ou do pensamento (ibid:44).

Em suma, as duas concepções de determinação que subjazem à classificação das orações relativas, seja em restritivas, seja em explicativas, na gramática nos remete a uma contradição. Essa contradição remonta à Gramática de Port-Royal. A concepção de determinação que subjaz à classificação da relativa em restritiva estabelece que a ordem das coisas e do pensamento impõe/determina a ordem do discurso, enquanto, à classificação da relativa em explicativa, subjaz uma concepção de determinação que estabelece que a ordem do discurso independe da ordem das coisas e do pensamento para a determinação do objeto do/no discurso. Daí a relação de contradição entre as duas concepções de determinação que subjazem à classificação das orações relativas.

Acontece, porém, que a forma lingüística das duas relativas são idênticas mas seus funcionamentos discursivos não³, o que demanda dois problemas que se imbricam. O primeiro problema é o da definição dos dois tipos de relativa e o outro é o da classificação de tal ou tal relativa particular num ou noutro tipo. Estes problemas

³Contrariando alguns gramáticos, Arnaud e Nicole (apud Henry, 1990:47) dizem que nem sempre os dois funcionamentos da relativa podem ser diferenciados pela simples presença ou ausência de vírgulas.

dizem respeito à relação entre a ordem do pensamento e a ordem do discurso. A abordagem clássica, conforme Henry, parte da ordem do pensamento para estabelecer a ordem do discurso com a finalidade de retornar à ordem do pensamento. A ordem do discurso jamais é confrontada com a ordem das coisas ou do pensamento, visto que sob o discurso aparece um sujeito (universal e racional) capaz de conceber as relações do pensamento, das coisas e do discurso e, por conseguinte, capaz de estabelecer os sentidos da determinação.

5.2 As relativas sob uma abordagem discursiva

Para Henry, a questão da distinção entre as relativas explicativas e as relativas restritivas pode ser explicada a partir da noção de *referencialidade* enquanto um efeito de sentido produzido pela possibilidade de substituição de unidades ou expressões numa relação de paráfrase. A questão de fundo que se coloca com a determinação é a da referência e do sujeito, de uma possibilidade de referência para o sujeito.

A relação de paráfrase é constitutiva do efeito de sentido e da relação a um referente que implica este efeito. O efeito de sentido não está nas unidades mas em suas relações. Em outros termos, seria a substituíbilidade da unidade que constituiria o objeto do discurso em objeto exterior ao discurso, precisamente porque ele é susceptível de aí figurar por formas diferentes daquela que o representa sem que o sentido do discurso seja modificado. Deve-se, então, considerar que é a substituíbilidade de uma unidade num discurso dado que lhe confere neste discurso um caráter referencial e não o fato de que se possa definir, fora de contexto, a classe de seres susceptíveis de serem designados por esta unidade. (Henry, 1990:52)

A noção discursiva de paráfrase a que Henry se refere nos remete ao conceito de formação discursiva enquanto determinação daquilo que pode, numa conjuntura dada

e a partir de uma posição dada, ser substituto de uma unidade dada (ibid.ibidem). Por conseguinte, podemos dizer que as relações parafrásticas não podem ser definidas fora do discurso. Sendo assim, uma unidade jamais pode ser substituída por outra unidade a não ser por expressões bem determinadas e que não possam designar outra coisa. Não se trata de uma característica intrínseca da unidade, mas de suas possibilidades de funcionamento determinadas pelas diferentes formações discursivas nas quais pode figurar. Ademais, deve estar ligada a condições precisas de produção e interpretação do discurso.

Essa noção de paráfrase faz intervir a *memória discursiva* (interdiscurso), podendo, por conseguinte, operar sem que ela se realize materialmente sob a forma de uma relação material de seqüências efetivas. Daí que a materialidade das formações discursivas não se reduz à materialidade das seqüências discursivas.

A partir desta noção discursiva de paráfrase, Henry propõe uma distinção entre o funcionamento restritivo e o funcionamento explicativo das construções relativas. Do ponto de vista sintático, há apenas uma única estrutura lingüística em que a presença do pronome relativo representa a relação entre o antecedente e a relativa como uma relação intra-seqüência. A relação intra-seqüência é aquela que denota a relação de uma seqüência discursiva com ela própria sob o crivo de critérios sintáticos (posição) na cadeia lingüística.

Do ponto de vista discursivo, há a relação de duas seqüências discursivas distintas (relação inter-seqüência), o que produz a diferenciação entre os dois funcionamentos das relativas. No entanto, como as relações inter-seqüenciais podem corresponder à zona de esquecimento no. 1 e à zona de esquecimento no. 2 definidas por Michel Pêcheux (1969, 1975) e Pêcheux e Fuchs (1975), é possível uma formulação parecer saturada como se a saturação decorresse de uma relação intra-seqüência.

Na verdade, é a relação inter-seqüência que necessariamente produz o efeito de pré-construído, posto que ela faz intervir a *memória discursiva* (interdiscurso) no discurso. Portanto, o funcionamento restritivo das orações relativas produz um efeito de apaga-

mento da relação inter-sequência pela relação intra-sequência, tornando-a uma relação de determinação saturada na qual as marcas da asserção são apagadas; enquanto, no funcionamento explicativo, a relação inter-sequência não é apagada. A possibilidade de apagamento da relação inter-sequência está ligada às condições de produção dos processos de constituição dos sentidos do/no discurso. Por conseguinte, podemos dizer que a distinção dos dois funcionamentos das relativas somente é possível do ponto de vista discursivo.

Realizada toda essa discussão sobre a distinção entre o funcionamento restritivo e o funcionamento explicativo das construções relativas, podemos discorrer sobre os efeitos discursivos que as relativas explicativas empenham no discurso.

5.3 Os efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas

Durante nosso trabalho de análise, deparamo-nos com algumas relativas que apresentam o mesmo funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas. Elas apresentam, ainda, os mesmos aspectos prosódicos⁴ - aumento da velocidade, mudança de tessitura e pausas iniciais/finais - que sinalizam a emergência de uma dobra interdiscursiva no dizer. Isso se explica pelo fato de que tais relativas não têm suas relações de inter-sequência apagadas. O não-apagamento da relação inter-sequência produz um efeito de sustentação que consiste em uma marcação intradiscursiva da orientabilidade do sujeito no movimento dos sentidos. Ou seja, engendra um efeito de sustentação para

⁴Estes aspectos prosódicos, segundo Henry (1990), tendem a desaparecer (cf. nota 14, página 63, em que aspectos prosódicos são equivalentes à entonação). Quanto à Língua Portuguesa, podemos dizer que a prosódia participa de funcionamentos discursivos. Em uma situação de entrevista, por exemplo, os aspectos prosódicos sinalizam, por vezes, a diretividade do dizer, precisando e delimitando os dizeres-e-sentidos que compõem a formação discursiva de referência do sujeito. Ela não é, portanto, um recurso lingüístico do qual se vale o sujeito-falante ao dizer. Ao contrário, está ligada ao modo de funcionamento dos mecanismos discursivos. Por conseguinte, acreditamos que as marcas prosódicas que sinalizam o funcionamento discursivo das relativas explicativas não tendem a desaparecer na Língua Portuguesa.

o lugar de inscrição-identificação do sujeito-falante. Com efeito, vamos considerá-las dobras interdiscursivas.

O nosso propósito aqui, por conseguinte, é explicitar alguns efeitos discursivos que se ligam ao funcionamento das relativas explicativas na construção enunciativa dos sentidos. Para tanto, analisamos alguns recortes de linguagem-e-situação:

(29) Como é que fica a sua primeira atividade, que é ligada à sociologia, com todos esses problemas, principalmente com essa mudança do significado da palavra?(CP).

Em (29), o entrevistador faz uma pergunta a Fernando Henrique sobre a sua primeira atividade em relação ao valor da palavra. O funcionamento da relativa descortina um efeito do interdiscurso que, ao mesmo tempo, explica e pontua qual a atividade a que o sujeito do discurso se refere, materializando, por assim dizer, uma relação de paráfrase sobre um já-dito presente na memória do dizer (interdiscurso).

A relação entre o antecedente e a relativa é explicitada anteriormente no discurso, sendo que a possibilidade de apagamento da relação interdiscursiva pela relação intradiscursiva liga-se às condições de produção e aos gestos de interpretação erigidos sob o efeito de tomada de posição do sujeito-falante. Gestos que são preestabelecidos pela inscrição-identificação do sujeito do discurso com uma determinada formação discursiva.

A análise empreendida em (29) nos permite dizer que o efeito de pré-construído é característico das orações relativas restritivas, estabelecendo-lhe uma dependência a uma espécie de saturação do sentido. Às relativas explicativas, por sua vez, ligam-se ao efeito de sustentação, uma vez que o sentido resulta de um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso, não precisando necessariamente saturar o dizer-e-sentido, mas, sim, delegar-lhe uma diretividade, para que não se entreabra a possibilidade do deslocamento dos sentidos para outros lugares discursivos de significação.

O efeito de sustentação se constitui pela articulação entre o dizer-e-sentido intradiscursivo e dizeres-e-sentidos-outros provenientes de um efeito do interdiscurso. Essa

articulação atribui ao dizer uma determinada diretividade que sustenta a posição da qual se enuncia e/ou escreve. Por conseguinte, o funcionamento da relativa explicativa nos faz considerá-las como construções enunciativo-discursivas que resultam de uma necessidade discursiva, referente à textualização do político, para se estabelecer uma diretividade ao dizer.

A relativa explicativa intervém como suporte do dizer-e-sentido contido na oração independente por meio de uma relação de implicação entre um dizer-e-sentido contido na oração independente e outro contido na oração relativa. Essa relação de implicação Pêcheux (1975) enunciou como *o que é α é β* , denominando-a efeito de sustentação⁵ e destacando que ela articula/movimenta dizeres-e-sentidos provenientes de um efeito do interdiscurso no intradiscurso.

O interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso, que fornecem, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito-falante, com a formação discursiva que o assujeita. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consiste em reverter a determinação. A forma-sujeito (pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro já-dito do intradiscurso, no qual ele se articula por co-referência. (Pêcheux, 1975:167)

Pêcheux (ibid.:164) distingue o pré-construído e o efeito de sustentação como efeitos da determinação dos sentidos e do sujeito pelo interdiscurso. *O pré-construído corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe à realidade e ao seu sentido a forma da universalidade, enquanto o efeito de sustentação constitui o sujeito*

⁵Uma espécie de retorno ao interdiscurso que produz um efeito de identificação do sujeito do discurso consigo mesmo, ou melhor, com o lugar histórico e ideológico de sua inscrição-identificação.

em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a forma-sujeito. Nesta medida, podemos entender o efeito de sustentação como a incidência explicativa que provém da linearização/disciplinarização de um efeito do interdiscurso no intradiscurso.

(30) O que houve aqui foi a passagem do pensamento jurídico para o pensamento sócio-econômico. É isso, basicamente, em grandes pinceladas. Na área das ciências sociais, portanto, o que aconteceu foi que o pilar do pensamento brasileiro, que era jurídico, passou para a esfera sócio-econômica, mais econômica do que social, e isso cansou. (FHC)

A oração relativa, em (30), mantém uma relação inter-seqüencial, isto é, remete a um dizer-e-sentido presente na memória discursiva (interdiscurso), denotando ao dizer um valor explicativo, o que contribui para a construção da ilusão de que o sujeito é fonte do dizer com controle estratégico e intencional do sentido produzido no discurso. É que a oração relativa explicativa resulta do gesto de interpretação do próprio sujeito-falante erigido pelo efeito da tomada de posição, o que a caracteriza como um retorno do sujeito sobre o *seu* próprio dizer. Retorno esse que se caracteriza como uma relação do sujeito com o que diz e que constrói, no imaginário, a ilusão de subjetividade.

A oração relativa explicativa, portanto, funciona como um lugar próprio para mostrar um dizer-e-sentido, proveniente de um efeito do interdiscurso, que a determinação ideológica faz emergir como parte do processo discursivo de subjetivação do discurso e de diretividade do dizer.

(31) Quando alguns pensadores brasileiros iam para o concreto nós os desclassificávamos. Guerreiros Ramos, que é um sociólogo que vocês conhecem, por exemplo, queria fazer uma sociologia meio tropical, e isso para nós era uma coisa meio aberrante. (FHC)

Em (31), a oração relativa evoca um dizer-e-sentido proveniente de um efeito do interdiscurso que (re)significa o dizer-e-sentido intradiscurso. Ela funciona como um

argumento de sustentação para o dizer intradiscursivo, porque traz para o discurso um dizer-e-sentido proveniente de um efeito do interdiscurso que lhe autoriza o dizer. É como se o sujeito discursivo dissesse *vocês conhecem o sociólogo Guerreiros Ramos e, conseqüentemente, sua produção intelectual, portanto sabem que o que estou dizendo é verdade.*

Por outro lado, podemos dizer que o nome próprio contido na dobra interdiscursiva pode assumir diferentes posições. Há uma não-coincidência entre Guerreiros Ramos e o sociólogo. A modalização epistêmica recai sobre o sociólogo, construindo um predicado definatório para Guerreiros Ramos. A não-coincidência é homogeneizada pela identificação entre os sujeitos-outros narrados no dizer. Essa identificação é um processo discursivo inalienável à construção enunciativa dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito.

(32) Bem, eu já tenho um treinamento, que não é acadêmico, e cada vez mais sou obrigado a lidar com resultados imediatos. Mas não vou negar que tenho alguma dificuldade. (FHC)

Neste recorte de linguagem-e-situação, Fernando Henrique se diz apto a lidar com resultados imediatos e essa qualidade é relevante para um bom político. Por conseguinte, em termos de diretividade do dizer, podemos dizer que a relativa explicativa *que não é acadêmico* mostra que o dizer intradiscursivo se refere ao político. A relativa estabelece o jogo entre a representação do intelectual e a representação do político, direcionando o dizer-e-sentido para um lugar discursivo que constrói uma imagem para o sujeito-falante: a imagem do intelectual-político, ou seja, do bom político, uma vez que ele não se diz um político por vocação, mas um intelectual-político. Aquele que se preocupa com os problemas do cotidiano, que não embroma, que está apto a lidar com resultados imediatos, que não é movido por interesses pessoais, etc.

A oração relativa descortina uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos. A posição-sujeito que participa no acontecimento enunciativo é a posição-sujeito "político". No

entanto, há uma tensão discursiva proveniente do fato de que o treinamento para lidar com resultados imediatos é marcado por um tempo passado. Essa marcação temporal entreabre a possibilidade do dizer-e-sentido se deslocar para outro lugar discursivo de significação - o lugar acadêmico. Daí a necessidade discursiva, referente à textualização do político, de administrar/silenciar os dizeres-e-sentidos-outros.

A homogeneização desta não-coincidência produz, no imaginário, uma identificação do intelectual com o político, podendo ser parafraseado por *enquanto intelectual-político estou apto a lidar com resultados imediatos*. A emergência da relativa ocorre porque, neste ponto do discurso, há uma sobreposição de diferentes lugares discursivos e, por conseguinte, de diferentes dizeres-e-sentidos. A relativa administra/silencia os dizeres-e-sentidos marginais⁶ que não dormem, mas existem e que podem quebrar a ilusão de unidade do discurso. É a relação da relativa com a oração principal que sustenta o dizer intradiscursivo, homogeneizando a sobreposição e construindo a imagem de intelectual-político para Fernando Henrique.

(33) eu gostaria de fazer um paralelo entre esta eleição e a última eleição direta para presidente da República (...) O único ponto com o qual os dois candidatos, o senhor Jânio Quadros e o senhor marechal Lott, estiveram de acordo foi o de continuar com o projeto de desenvolvimento do Nordeste dentro das diretrizes que foram sendo traçadas pela Sudene, que era o organismo que eu dirigia. Hoje eu vejo uma nova mobilização do país em torno de uma eleição presidencial. O Nordeste praticamente não existe.(CF)

Em (33), Celso Furtado estabelece um paralelo entre passado/presente, ou melhor, entre a representação da Sudene em sua época e a representação da Sudene depois dele. No passado, o Nordeste estava mobilizado através da Sudene. O projeto de desenvolvimento do Nordeste era traçado pela Sudene. Após Celso Furtado, o Nordeste está esquecido. A Sudene tornou-se uma instituição corrupta que beneficia apenas

⁶ Os sentidos marginais são aqueles sentidos provenientes do interdiscurso que tangem o intradiscorso. São sentidos recortados do interdiscurso que se põem no discurso por tensões discursivas.

uma minoria de nordestinos. No âmbito deste dizer, a relativa *que era o organismo que eu dirigia* constrói um lugar de significação que assevera o dizer intradiscursivo, outorgando-lhe uma diretividade de sentido calcada em um lugar discursivo que denota autoridade ao dizer. Ela funciona como um predicado argumentativo, produzindo um efeito de veracidade ao dizer, uma vez que a relativa produz um efeito de presentificação que pode ser parafraseado por *eu era o diretor da Sudene, portanto sei muito bem o que estou dizendo*. Esse efeito administra/silencia um dizer-e-sentido-outro que adere ao intradiscorso e que constata a autoridade e/ou o conhecimento que outorga ao sujeito afirmar tais coisas.

A relativa concorre para a diretividade do dizer, construindo um imaginário de autoridade para o entrevistado, o que denota ao dizer um caráter persuasivo e convincente. Esse jogo enunciativo-discursivo é estabelecido pela relação do intradiscorso com um efeito do interdiscorso. Daí podermos dizer que a diretividade do dizer é pre-determinada pela formação discursiva de referência do sujeito. Isso nos permite dizer ainda que as contradições subjacentes ao discurso advêm dos lugares de significação por onde o sujeito passa ao dizer. Por conseguinte, a relativa não aparece por acaso no discurso (como supõem os gramáticos quando lhe conferem um caráter contingente). Ao contrário, ela emerge sempre em virtude de uma necessidade discursiva, referente à textualização do político, derivada do próprio funcionamento dos mecanismos discursivos da construção enunciativa dos sentidos.

(34) Havia uma paixão por participar, um desejo de pensar o país, de debater o país, de lutar pelo país e uma tremenda esperança de construir um mundo melhor, a idéia de que está ao alcance de suas mãos fazer o futuro. O país havia se transformado. O Brasil, que era antes um conjunto de fazendas de café e de cacau, havia se transformado num país urbano, com uma classe média, com gente indo às universidades em grande escala, industrializado, com acesso ao exterior e que começou a ter grande fé em si mesmo. (CF)

Em (34), a relativa corrobora o dizer intradiscursivo, ao trazer à tona um dizer-

e-sentido-outro que constrói um lugar discursivo de sustentação para o dizer intradiscursivo. A emergência da relativa no discurso explicita a transformação do Brasil. Na verdade, ela emerge como resultado de uma tensão discursiva engendrada por um dizer-e-sentido-outro que contesta o dizer intradiscursivo e que podemos parafrasear por *qual foi a transformação ocorrida no Brasil?* Por conseguinte, a relativa administra/silencia dizeres-e-sentidos-outros que perpassam o discurso e que poderiam erigir, no(s) interlocutor(es), gestos de interpretação que contradiriam o lugar discursivo que sustém o intradiscurso.

Por outro lado, podemos dizer que a relativa explicativa, em (34), trabalha duas imagens do Brasil: uma presente na dobra interdiscursiva e outra no intradiscurso. A primeira imagem remete-nos, de certa forma, ao período histórico brasileiro denominado República Velha, ou seja, a República dos fazendeiros ou das oligarquias agrárias e a segunda imagem remete-nos a um Brasil urbano, com uma classe média consciente e preocupada com o desenvolvimento do país, a qual, de certa forma, remete-nos a época de Celso Furtado na direção da Sudene. Por conseguinte, a emergência da relativa explicativa colabora para a diretividade e a consistência do dizer, posto que assevera as mudanças ocorridas no Brasil, denotando ao dizer uma certa veracidade.

(35) Em segundo lugar, espero que ela (Luíza Erundina) conte com a cooperação de toda a sociedade paulista para levar adiante seu projeto de administração, que não é propriamente partidário pelo que vejo. É um projeto profundamente social e que vai beneficiar a população desta cidade. (CF)

Em (35), Celso Furtado comenta a eleição de Luíza Erundina para a prefeitura de São Paulo. Para ele, a prefeita eleita possui um projeto de governo social que deve beneficiar os paulistanos. O aparecimento do especificador *seu* (pronome possessivo) no dizer de Celso Furtado movimenta dizeres-e-sentidos-outros que fazem ecoar verticalmente no discurso um dizer-e-sentido que apregoa que os projetos de administração são partidários. A relativa, portanto, emerge para administrar/silenciar esses

dizeres-e-sentidos-outros, corroborando a ilusão de unidade do discurso e garantindo a diretividade do dizer, uma vez que funciona como suporte argumentativo para o dizer-e-sentido intradiscursivo.

A relativa denota, ainda, um certo descompromisso com o dizer, pontuando o lugar discursivo no qual o sujeito-falante se inscreve-identifica ao dizer. Trata-se da posição do “político”. No entanto, a expressão *pelo que vejo* engendra, no imaginário, o efeito de comentário pessoal, atenuando a crítica que se estabelece em relação ao partido ao qual pertence Luíza Erundina. Essa expressão abarca uma sobreposição das posições discursivas que participam do/no acontecimento enunciativo, ao mesmo tempo que homogeneiza essa não-coincidência pelo poder de pôr em cena a simulação-identificação do sujeito do discurso com o *sujeito* da narrativa. Esse efeito de identificação é importante para o estabelecimento da ilusão de subjetividade e, por conseguinte, da ilusão de unidade do dizer.

*

A partir da análise das orações relativas explicativas, podemos dizer que elas são dobras interdiscursivas. Elas participam da diretividade do dizer e, por conseguinte, da argumentação e da ilusão de unidade do discurso. Por outro lado, elas colaboram para a ilusão de subjetividade, participando da construção imaginária do sujeito como fonte estratégica e intencional do *seu* dizer, posto que, seu aparente caráter acessório, produz no dizer a ilusão de que o sujeito se vale de uma oração relativa explicativa por livre arbítrio e espontânea vontade.

As relativas explicativas apresentam o funcionamento denegativo que define as dobras interdiscursivas, o que lhe outorga silenciar e/ou acomodar dizeres-e-sentidos-outros, provenientes de um efeito do interdiscurso, que ressoam verticalmente no intradiscorso e que se realizam na relativa como um dizer-e-sentido-outro negado.

Concluimos, a partir da observação de tais efeitos discursivos que se ligam ao funcionamento das relativas explicativas, que podemos considerá-las, assim como conside-

ramos as dobras interdiscursivas, um lugar de constituição dos sentidos do/no discurso, onde intervém o interdiscurso. Essa intervenção nítida do interdiscurso na diretividade do dizer intradiscursivo (formulação) é apreendida pelo funcionamento enunciativo-discursivo das dobras interdiscursivas. Por outro lado, podemos ressaltar que as marcas prosódicas que precisam e delimitam as dobras interdiscursivas apontam para o deslocamento e/ou movimento enunciativo-discursivo do sujeito por outros lugares de significação.

Tanto a emergência das dobras interdiscursivas como das relativas explicativas no discurso está ligada às condições de produção do discurso e às zonas de esquecimento no. 1 e no. 2. O caráter contingente que os gramáticos conferem às relativas explicativas descortina uma cegueira que se impõe dada a posição teórica assumida. Posição que não lhes permite compreender a importância de tais construções linguísticas, enquanto mecanismos de articulação discursiva (o mesmo ocorre com as orações parentéticas ou intercaladas). Elas comportam a materialização de um gesto de interpretação e, portanto, têm existência significativa (leia-se funcionamento discursivo) estritamente discursiva. Daí os gramáticos as tratarem como acréscimos contingentes. Acontece que, no e para o discurso, elas têm causas e efeitos.

Percebemos, por outro lado, que as relativas aqui analisadas apresentam uma sintaxe de definição em sua materialidade⁷. Essa sintaxe mostra, sobre as ilusões de unidade e de subjetividade, as posições assumidas no gesto de interpretação do sujeito-falante, ancorando o dizer ao lugar discursivo de inscrição-identificação do sujeito do discurso. A sintaxe de definição que subjaz à relativa traz à tona, pela especificação dos domínios do dizer (formação discursiva da qual participa) e pela posição-sujeito que lhe outorga, um dizer-e-sentido-outro. É esse dizer-e-sentido-outro que se constrói na relativa explicativa que remete o dizer ao espaço de interpretação que o valida e, por conseguinte, a definição.

A sintaxe de definição das relativas se constituem pela presença do verbo *ser*, que

⁷ Considerações (re)significadas de Mazière (1989).

liga o antecedente a um predicativo. A definição constitui um processo de disciplinarização dos dizeres-e-sentidos que participam do/no acontecimento enunciativo. Ela determina a diretividade do dizer, contribuindo para a consistência do dizer. Ou seja, a definição produz um efeito de sustentação para o dizer intradiscursivo. No imaginário, a definição contida na dobra interdiscursiva produz uma explicação que administra/silencia a polissemia do dizer, estabelecendo uma direção para os dizeres-e-sentidos. Portanto, podemos afirmar que a sintaxe de definição das relativas aqui analisadas confirma nossas colocações sobre tais orações, posto que as relativas explicativas, assim como as dobras interdiscursivas, emergem no discurso para estabilizar, administrar, silenciar e/ou acomodar dizeres-e-sentidos-outros no fio do discurso (intradiscurso).

Considerações Finais

Na apresentação deste trabalho, colocamo-nos algumas questões sobre o fenômeno das dobras interdiscursivas, a saber, (1) qual(is) o(s) funcionamento(s) enunciativo-discursivo(s) das dobras interdiscursivas? (2) Que fator ou fatores reclama(m) a sua emergência no intradiscurso? (3) As dobras seriam um modo da presença de um efeito do interdiscurso? (4) Qual o seu papel no intradiscurso? (5) Que relação há entre as dobras interdiscursivas e o silenciamento?

Para responder tais questões, servimo-nos, em nossa reflexão, de duas entrevistas como material de análise, posto que ao ser afetado pelo contato com o social e suas coerções, o sujeito-falante se torna mais suscetível a interpretar seu dizer e a administrar/silenciar os dizeres-e-sentidos-outros que aderem ao intradiscurso, entreabrindo a possibilidade de fuga dos dizeres-e-sentidos para outros lugares de significação que poderiam contradizer o lugar discursivo de sua inscrição-identificação. Consequentemente, em uma entrevista os processos de disciplinarização dos sentidos - as dobras interdiscursivas os exemplificam - são mais visíveis, uma vez que a determinação histórica e ideológica inscreve o sujeito-falante em um modo de dizer padronizado e institucionalizado.

O nosso interesse estava centrado especificamente em compreender e explicitar o(s) funcionamento(s) enunciativo-discursivo(s) das dobras interdiscursivas e os seus efeitos imaginários na construção enunciativa dos sentidos. Sendo assim, a partir do dispositivo de análise, percebemos que a polissemia e a paráfrase são dois processos atuantes no fenômeno. É devido à polissemia, que a formulação intradiscursiva não consegue silen-

ciar, que as dobras interdiscursivas emergem. As dobras interdiscursivas são paráfrases denegativas. Por conseguinte, o efeito do interdiscurso permanece, mas a dobra interdiscursiva o nega.

Vimos na análise das entrevistas de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso uma dualidade discursiva marcada por um jogo entre duas representações: o intelectual-político *versus* o político por vocação em FHC e o político honesto *versus* o político corrupto em CF. Em ambas as entrevistas, a direção argumentativa converge os dizeres-e-sentidos para um lugar discursivo que estabelece uma imagem “diferenciada” de político para os sujeitos-falantes que faz parte do modo padronizado e institucionalizado do político dizer. Esse modo consiste em falar mal dos outros políticos e se dizer/colocar como o bom político. Por conseguinte, a posição-sujeito “político” organiza o dizer em uma determinada configuração discursiva que é afetada pelas constantes variações nas conjunturas históricas e sociais dos sujeito-falantes.

A (re)organização imaginária da história configura um espaço de legitimação para a representação da imagem do sujeito-falante como o bom político. Tanto é assim que, dependendo do lugar discursivo que se inscreve-identifica(m) o(s) interlocutor(es), ao interpretar os dizeres-e-sentidos, podem acabar por acreditar na imagem construída pelos dizeres-e-sentidos que constituem as entrevistas.

As dobras interdiscursivas apresentam um papel importante neste processo de representação, uma vez que elas silenciam o efeito do interdiscurso que contesta a legitimidade da representação. É a exposição da linguagem ao real que produz a contestação, não apagando a polissemia. A dobra interdiscursiva parafraseia negativamente os dizeres-e-sentidos-outros, administrando, assim, a polissemia e garantindo a diretividade e a consistência dos dizeres-e-sentidos “desejados” pelo sujeito-falante.

Sob nossa perspectiva teórica, denominamos ao fenômeno *dobras interdiscursivas* e o definimos, enquanto efeitos de sentido, como paráfrases denegativas do próprio efeito do interdiscurso que irrompe no intradiscurso, (re)significando-o. Essa definição refere-se ao funcionamento discursivo do fenômeno. São paráfrases denegativas que

silenciam/administram os dizeres-e-sentidos-outros que aderem ao intradiscurso e que poderiam deslocar os dizeres-e-sentidos para outros lugares de significação que estabelecem uma relação de contradição com a formação discursiva de referência do sujeito. Para o reconhecimento das dobras interdiscursivas consideramos a relação de seu funcionamento discursivo com as marcas prosódicas que sinalizam a sua emergência no dizer.

É a determinação histórica e ideológica do sujeito-falante em sujeito do discurso que mobiliza várias posições de sujeito que podem representar diferentes formações discursivas. A relação entre as formações discursivas mobilizadas podem ser de diferentes naturezas, ou seja, a relação pode ser de sustentação, de gradação, de exclusão, de confrontação, de contradição, etc. Sendo assim, as dobras interdiscursivas emergem para administrar/silenciar os dizeres-e-sentidos-outros que, de alguma forma, constituem o sujeito, mas com os quais não se identifica em seu gesto de interpretação erigido pelo efeito de tomada de posição.

A partir da compreensão da heterogeneidade do discurso, podemos entender melhor o funcionamento das dobras interdiscursivas e a sua importância na construção enunciativa dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito. Para tanto, estabelecemos uma analogia ilustrativa entre o discurso e uma colcha de retalhos.

Comparando-os, podemos dizer que o discurso resulta de recortes do interdiscurso que o sujeito-falante, imbuído histórica e ideologicamente por um lugar discursivo, (re)corta e costura. Em alguns pontos da colcha, o acabamento perfeito não permite vislumbrar os arremates, mas há outros lugares em que os arremates são visíveis (dobras interdiscursivas). Os arremates não são, portanto, acidentes do/no tecido. São processos enunciativos próprios do funcionamento do discurso. São tecidos interdiscursivos que se torcem, se evaginam e se dobram no processo de confecção da colcha. A unidade da colcha reside, por conseguinte, no sistema que torna possível e que rege a confecção.

Essa analogia discurso-colcha nos permite compreender e explicitar que todo discurs-

so se constrói por um retorno constante a outros discursos presentes no interdiscurso. Sendo assim, podemos argumentar que, para nós, a noção de heterogeneidade refere-se aos recortes do interdiscurso que conformam os dizeres-e-sentidos intradiscursivos e que neles permanecem como aquilo que é dito. Nesta medida, podemos considerar o fenômeno das dobras interdiscursivas como um lugar onde a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso se torna visível. Daí que o fenômeno é a prova material do primado da memória discursiva, a qual Pêcheux denominou interdiscurso.

Os recortes de interdiscurso que participam na construção enunciativa dos sentidos denotam o movimento do sujeito por diferentes lugares de significação. Há pontos do discurso que movimentam dizeres-e-sentidos que contradizem os dizeres-e-sentidos pertinentes ao lugar de inscrição-identificação do sujeito-falante e que, por conseguinte, entreabrem a possibilidade do equívoco, da deriva dos sentidos. É essa tensão discursiva que entreabre a possibilidade do equívoco que reclama a emergência das dobras interdiscursivas, para administrar/silenciar a polissemia do dizer e direcioná-lo para um lugar discursivo que, no gesto de interpretação do(s) possível(is) interlocutor(es), acabe por colaborar para a construção do processo de argumentação. Sendo assim, as dobras interdiscursivas funcionam, no imaginário, como acréscimos contingentes que se caracterizam como recursos da estratégia retórica do sujeito-falante.

A emergência das dobras interdiscursivas está relacionada aos processos imaginários da construção enunciativa dos sentidos. Expliquemo-nos. As dobras interdiscursivas, ao administrarem a polissemia que a formulação intradiscursiva não consegue silenciar, garantem os efeitos imaginários de linearidade, literalidade e completude do dizer. Isso ocorre porque, no imaginário, as dobras interdiscursivas aparecem como comentários que denotam ao dizer a ilusão de subjetividade.

A ilusão de subjetividade é uma condição necessária para o estabelecimento da ilusão de unidade do discurso, para silenciar/administrar a polissemia e produzir os efeitos de linearidade, literalidade e completude que permitem ao sujeito significar e se significar. Por conseguinte, podemos dizer que o sujeito-falante não opera com estes

efeitos como algo fixo e irreduzível, mas os institui em uma relação dinâmica com os sentidos nas diferentes instâncias do acontecimento enunciativo.

As dobras interdiscursivas contrapõem-se ao caráter unívoco dos mecanismos positivistas de redução contextual da polissemia. Se não há o *trabalho* de silenciar os dizeres-e-sentidos-outros, é porque estes não existem para nós; eles não transpõem o limiar de nossa visão ou consciência. O que ouve/lê não é mais exposto que aquele que fala/escreve a se deixar turvar pelos dizeres-e-sentidos-outros que se põem no discurso por meio de um efeito do interdiscurso. Por conseguinte, cada dobra interdiscursiva manifesta o *trabalho* que o sujeito realiza para silenciar/administrar estes dizeres-e-sentidos-outros que não dormem, mas existem e que não são anulados em um ponto *x* do discurso.

Apêndice

Neste apêndice não pretendemos aludir a nenhuma relação com nossa reflexão. Vamos simplesmente relatar algumas propriedades da Faixa de Möbius⁸, com a finalidade de fornecer parâmetros para uma compreensão ilustrativa desta superfície bidimensional não-orientável com bordo.

Faixa de Möbius

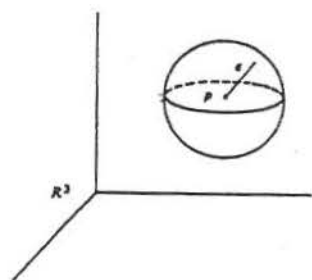
A Faixa de Möbius é uma superfície bidimensional com bordo que apresenta propriedades muito interessantes, dentre as quais destacaremos algumas.

Em primeiro lugar, definamos, grosso modo, o que entendemos por superfície bidimensional *sem bordo*. Como para nossos propósitos não é necessário um rigor matemático, não estudaremos as superfícies sob o ponto de vista abstrato; utilizaremos o espaço euclidiano $\mathbb{R}^3 = \{p = (x, y, z) : x, y, z \in \mathbb{R}\}$ (espaço físico *usual* de três dimensões) para precisar a definição.

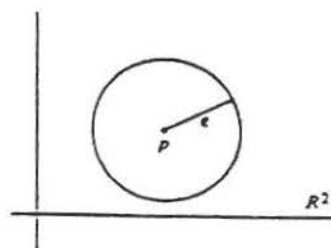
Para entendermos o conceito de superfície bidimensional sem bordo, chamemos de $B(p, \varepsilon) = \{q = (x, y, z) \in \mathbb{R}^3 : \text{dist}(p, q) < \varepsilon\}$ a bola *usual* tridimensional de centro $p \in \mathbb{R}^3$ e raio $\varepsilon > 0$ sem bordo. Para ilustrar, podemos pensar em uma bolha de sabão ou mesmo em uma bola de futebol cujo volume interior é levado em consideração e a sua “casca” não. De modo análogo, chamemos de $D(p, \varepsilon) = \{q = (x, y) \in \mathbb{R}^2 : \text{dist}(p, q) < \varepsilon\}$

⁸ Agradeço a Edson Agustini pelos esclarecimentos e pelas explicações sobre a Faixa de Möbius, dos quais resulta esse apêndice, pelas ilustrações e pela formalização matemática minimamente estabelecida aqui.

o disco *usual* bidimensional de centro p e raio $\varepsilon > 0$ sem bordo. .

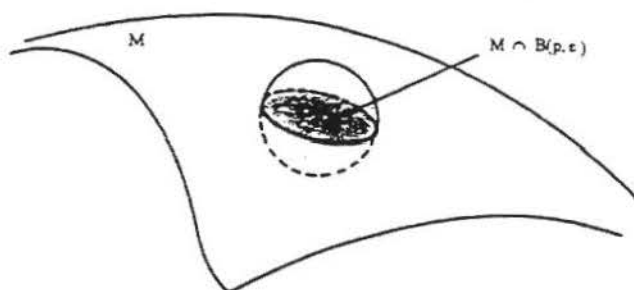


Bola de centro p e raio ε .



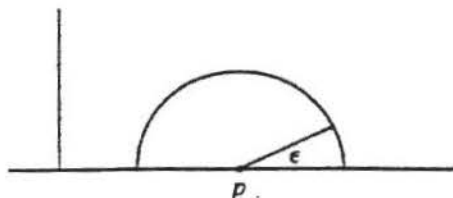
Disco de centro p e raio ε .

Um conjunto $M \subset \mathbb{R}^3$ de pontos é chamado de superfície bidimensional sem bordo se para qualquer ponto $p \in M$, existe $\varepsilon > 0$ tal que a intersecção $M \cap B(p, \varepsilon)$ pode ser deformada continuamente (sem “rasgar”) em um disco $D(p, \varepsilon)$. Intuitivamente, superfície bidimensional sem bordo é todo conjunto que *localmente* é um disco *usual* bidimensional.



Intersecção de M com a bola $B(p, \varepsilon)$.

Quanto à noção de superfície bidimensional com bordo, consideremos o conjunto $R = \{(x, y) \in \mathbb{R}^2 : y \geq 0\}$. Intuitivamente R é um semi-plano superior *usual* cujo bordo $S = \{(x, y) \in \mathbb{R}^2 : y = 0\}$ é levado em consideração. Chamemos de $\bar{D}(p, \varepsilon)$ a intersecção $D(p, \varepsilon) \cap R$ sendo $p \in S$ e raio $\varepsilon > 0$.



Semi-disco $\bar{D}(p, \varepsilon)$

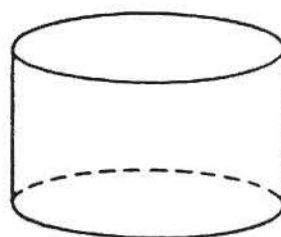
Um conjunto $M \subset \mathbb{R}^3$ de pontos é chamado de superfície bidimensional *com bordo* se, para qualquer ponto $p \in M$, existe $\varepsilon > 0$ tal que a intersecção $M \cap B(p, \varepsilon)$ pode ser deformada continuamente em um disco $D(p, \varepsilon)$ ou em um semi-disco $\overline{D}(p, \varepsilon)$, sendo que esta última opção deve ocorrer para algum $p \in M$, posto que esta é a condição necessária para que uma superfície possua bordo. Caso contrário, a superfície é sem bordo.

Construção da Faixa de Möbius

A Faixa de Möbius pode ser representada fisicamente. Façamos uma fita retangular com uma tira de papel. Colemos os dois bordos opostos de menor comprimento após uma torção de 180° em um deles. Se colarmos sem a torção de 180° , obteremos um cilindro de papel.



Faixa de Möbius



Cilindro

A superfície obtida constitui uma representação da Faixa de Möbius. Trata-se de uma superfície bidimensional com bordo. O bordo da Faixa de Möbius é composto por uma única linha, enquanto o bordo de um cilindro é composto por duas linhas desconectadas.

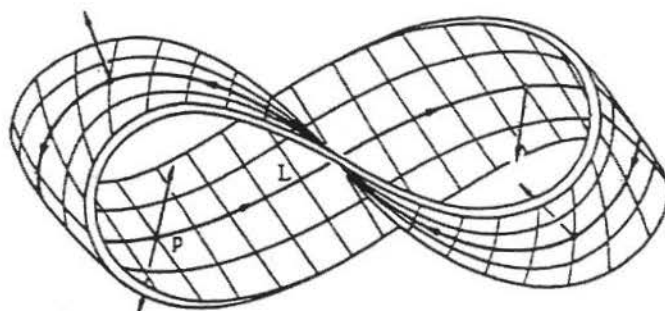
A Faixa de Möbius possui uma “única face” e um cilindro possui “duas faces”. É fácil percebermos isso. Imagine que iremos pintar a faixa continuamente, respeitando o limite do bordo, ou seja, sem “atravessarmos o bordo” com tinta. Deste modo, *toda* a faixa será pintada, enquanto, no cilindro, apenas uma face será pintada.

Outra propriedade interessante da faixa refere-se à orientabilidade. A Faixa de Möbius é não-orientável, enquanto um cilindro é orientável. Podemos perceber esta

noção da seguinte forma. Tanto a Faixa de Möbius quanto o cilindro possuem uma “linha central” L equidistante do bordo. Nos dois casos, esta linha é deformável continuamente em uma circunferência.

Consideremos a faixa e um ponto $p \in L$. Tracemos uma pequena circunferência em torno de p e a orientemos no sentido horário. Agora, deslizemos esta circunferência orientada através da linha L até que ela volte ao ponto $p \in L$, porém “do outro lado da faixa” (termo impreciso, visto que a Faixa de Möbius possui apenas um lado ou face). Verificaremos que, ao se sobrepôr à circunferência original, a circunferência transportada apresenta uma orientação anti-horária, quando ambas são vistas pelo mesmo ângulo de visão. A não-orientabilidade da faixa também pode ser percebida utilizando-se uma seta perpendicular à faixa ao longo da linha L , como ilustrado na figura abaixo. Isto não acontece no cilindro, como é facilmente verificável.

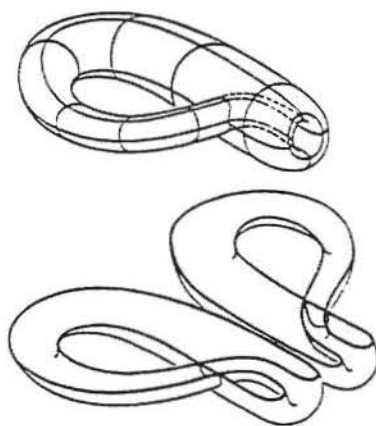
Essa característica da faixa é interessante, posto que, se o nosso “mundo” fosse uma Faixa de Möbius, seria impossível definir de *maneira global* noções como sentido horário e sentido anti-horário, norte-sul, leste-oeste, direita-esquerda, etc. Estas orientações seriam possíveis apenas *localmente*. Note que em um cilindro ou em uma esfera (como o planeta em que vivemos) estas noções podem ser globais.



Não-orientabilidade da Faixa de Möbius através de setas.

Há uma outra superfície bidimensional com as mesmas propriedades da faixa mas que não possui bordo. Ela é chamada de *Garrafa de Klein*. A Garrafa de Klein é obtida tomando-se duas Faixas de Möbius e colando os seus bordos de modo a formar uma

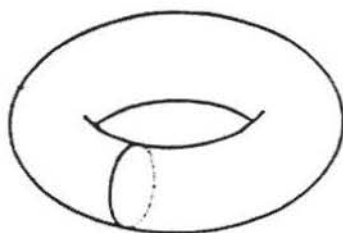
única superfície. Deste modo, eliminamos os bordos das duas faixas. A desvantagem deste procedimento é que fisicamente não podemos fazer esta colagem, uma vez que o mundo no qual vivemos é tridimensional e para representá-la precisamos de um espaço de, no mínimo, quatro dimensões. Apesar disso, existem algumas ilustrações - pouco fiéis - no espaço tridimensional.



Garrafa de Klein

A figura superior é uma representação da Garrafa de Klein no espaço tridimensional. A figura inferior ilustra a obtenção da garrafa por meio da colagem de duas Faixas de Möbius pelos bordos.

Quanto ao cilindro, se colarmos os bordos de dois cilindros, obteremos o que é denominado de *Toro*. Grosso modo, um *Toro* se assemelha a uma câmara de ar inflada de um pneu de automóvel. O *Toro* é orientável e possui duas faces, mas não possui bordo.



Toro

Résumé

Ce travail examine le fonctionnement des plis interdiscursifs dans la construction énonciative des sens, sous la perspective théorique de la *sémantique historique de l'énonciation*. Les plis interdiscursifs, en tant qu'effet de sens, sont des paraphrases dénégatives de l'effet même de l'interdiscours qui fait irruption dans l'intradiscours, en le (re)signifiant. Une formulation intradiscursive de l'effet de l'interdiscours nécessaire pour administrer/silencier une non-coïncidence de dires-et-sens; qui aide à l'établissement des illusions de subjectivité et d'unité du sujet et du discours.

Cette définition présuppose une conception hétérogène du langage, puisqu'elle met en jeu des discours-autres comme des espaces virtuels de lecture. En effet, le phénomène indique un processus ininterrompu: la détermination de l'intradiscours par l'interdiscours. Il y a plusieurs sens traversant le dire simultanément, lesquels peuvent ou non se faire écho pour le sujet dans le geste d'interprétation érigé par l'effet de la prise de position. Quand a lieu la résonance de l'interdiscours, une nécessité discursive, qui se réfère à la textualisation du politique, réclame l'émergence d'un pli interdiscursif.

Les plis interdiscursifs travaillent la politique du silence dans la textualisation du politique *en tant que façon de faire dire une chose pour ne pas ce (laisser) dire d'autres choses* (Orlandi, 1995:55), en dévoilant le mouvement du sujet à travers différents lieux de signification, en ponctuant la position-sujet d'où il énonce et la formation discursive de référence et en montrant une non-coïncidence de dires-et-sens.

Mots-clés: sémantique, énonciation, sujet, plis interdiscursifs.

Bibliografia

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L.(1973) *Réponse à John Lewis*. Paris: François Maspero.
- AURÉLIO, B.(1986) *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- AUTHIER, J.(1982) Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* (26):91-151, Paris.
- _____. (1990) Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages* (73):98-111, mars 1984.
Trad. Bras. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (19):25-42, Campinas, SP: IEL - UNICAMP, Jul-dez.
- _____. (1994) "L'enunciateur glosateur de ses mots: explicitation et interprétation" In: *Langue française*. Paris: Larousse, no. 103, septembre.
- _____. (1998) *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- BARBOSA, N.(1962) *Interpretação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: MEC.
- BECHARA, E.(1978) *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo, SP: Campanhia Editora Nacional.

- BRÉAL, Michel.(1897) *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Bras. São Paulo, SP: EDUC/Pontes, 1992.
- CAGLIARI, L.C.(1992) "Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos" In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP: IEL-UNICAMP, (23): 137-151, jul./dez.
- CUNHA, C.(1992) *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: FAE.
- DELEUZE, Gilles. (1986) "As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação)" In: *Foucault*. Trad. Bras. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.
- FERREIRA, C. e VASCONCELLOS, J.(1990) *Certas Palavras*. São Paulo, SP: Estação Liberdade/Secretaria de Estado da Cultura.
- FOUCAULT, Michel.(1969) *L'archéologie du savoir*. Paris: Editions Gallimard. Trad. Bras. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- _____. "O sujeito e o poder" In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Bras. Rio de Janeiro, RJ: forense universitária, 1995.
- GUIMARÃES, E.(1989) "Enunciação e história" In: GUIMARÃES, E.(org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. (1995a) *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1995b) "Texto e enunciação" In: *Organon* (23):63-67, vol.9, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HENRY, P.(1975) *Constructions relatives et articulations discursives*. *Langages* 37. Paris: Didier-Larousse. Trad. Bras. "Construções relativas e articulações discursivas" In: *Cadernos de estudos lingüísticos* (19):43-64, Campinas, SP: IEL-UNICAMP, 1990.

- JUBRAN, C.(1993) "Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica"
In: CASTILHO, A.(org.) *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo, SP: FAPESP, v.3, 1993.
- _____. (1996) "Para uma descrição textual-interativa das funções da parentetização" In: KATO, M.(org.) *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo, SP: FAPESP, v.5, 1996.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S.(1998) *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de doutorado, Campinas, SP: IEL-UNICAMP.
- MAZIÈRE, F.(1989) "O enunciado definidor: discurso e sintaxe" In: GUITMARÃES, E.(org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- ORLANDI, E.(1978) "Protagonistas do/no discurso" In: *Série Estudos*, n.4, Uberaba.
- _____. (1984) Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Uberaba, (10):9-26, Faculdade Integrada de Uberaba.
- _____. (1990) *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez-Editora da Unicamp.
- _____. (1993) "Língua Brasileira" In: *Anais*, Abralín, SBPC, São Paulo.
- _____. (1994) *Discurso, imaginário social e conhecimento*. mimeo.
- _____. (1995) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3a.ed, Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (1996a) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez / Editora da Unicamp.
- _____. (1996b) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- _____. (1998a) *Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico*. Campinas, SP: LABEUB/UNICAMP. Mimeo.
- _____. (1998b) *Discurso e argumentação: um observatório do Político*. Campinas, SP: LABEUB/UNICAMP. Mimeo.
- ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. (1988) Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. *Série Cadernos PUC/SP*, São Paulo, (31):17-36.
- PÊCHEUX, Michel. (1969) "Análise automática do discurso (AAD-69)". In: Trad. Bras. GADET & HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, pp.61-161.
- _____. (1975) *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspero. Trad. Bras. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. (1975) "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas" In: Trad. Bras. GADET & HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, pp.163-246.
- ROCHA LIMA, C. (1992) *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- SERRANI, S. (1993) *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (1998) "Abordagem transdisciplinar na enunciação em segunda língua: a proposta areda" In: CAVALCANTI, M. e SIGNORINI, I. (orgs.) *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 1998, pp.143-167.

TENANI, L.(1996) *Análise prosódica das inserções parentéticas no corpus do projeto da gramática do português falado*. Dissertação de mestrado, Campinas, SP: IEL-UNICAMP.

ZOPPI-FONTANA, M. G.(1991) "Os sentidos marginais" In: *Leitura: teoria e prática* (revista semestral da Associação de Leitura do Brasil) n.18, ano 10, Brasil: Mercado Aberto.

_____. (1997) *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Bibliografia Consultada

AUSTIN, J.(1990) *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

ALTHUSSER, L.(1985) *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Trad. Bras. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.

CAGLIARI, L.C.(1982) "O sistema entoacional do português brasileiro" In: *Tese de livre docência*. Campinas, SP: IEL-UNICAMP.

_____. (1989) *Prosódia e discurso*. Campinas, SP: IEL-UNICAMP. Mimeo.

FOUCAULT, M.(1970) *L'ordre du discours*. Paris: Collège de France. Trad. Bras. *A ordem do discurso*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUCHS, C.(1982) "La paraphase entre la langue et le discours" In: *Langue Française*. n.53, Paris: Larousse.

GUIMARÃES, Eduardo.(1987) *Texto e argumentação*. Campinas, SP: Pontes.

_____. (1995) "Enunciação, argumentação e interdiscurso" In: *Anais do IX encontro nacional da ANPOLL*. João Pessoa, PB, v.2, tomo I.

- HAROCHE, Claudine.(1984). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo, SP: Hucitec.
- HAROCHE, C.; HENRY, P. & Pêcheux, M. (1971) "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours" In: *Langages*, 24. Paris, Didier-Larousse, pp. 93-106.
- HENRY, P.(1993) "Sentido, sujeito, origem" In: ORLANDI, E.(org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- INDURSKY, F.(1997) *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- JUBRAN, C.(1994) *Tipologia de parênteses*. Assis, SP: UNESP, mimeo.
- _____. (1995) *Tipologia de parênteses*. Assis, SP: UNESP, mimeo.
- ORLANDI, E.(1996) "Exterioridade e ideologia" In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, SP:IEL-UNICAMP, (30): 27-33, jan./jun.
- _____. (1987) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1987) "Inusões na(da) linguagem" In: TRONCA, I.(org.) *Foucault vivo*. Campinas, SP: Pontes.
- PÊCHEUX, M.(1984) "Sur les contextes épistémologiques de l 'analyse de discours" In: *Mots*. n.9, pp.7-17.
- PÊCHEUX, M.(1988) *Discourse: structure or event?* Trad. Bras. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, SP: Pontes, 1990.
- TENANI, L.(1997) *Características formais das inserções parentéticas na fala*. São José do Rio Preto, SP: UNESP. Mimeo.